

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**A CORPORATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CONCEIÇÃO DO MATO
DENTRO (MG) PELA MINERADORA ANGLO AMERICAN:
ESTRATÉGIA CORPORATIVA E SUBORDINAÇÃO DO LUGAR**

CARLOS BITTENCOURT

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

A CORPORATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CONCEIÇÃO DO MATO
DENTRO (MG) PELA MINERADORA ANGLO AMERICAN:
ESTRATÉGIA CORPORATIVA E SUBORDINAÇÃO DO LUGAR

CARLOS BITTENCOURT

Sob a Orientação dos Professores

Prof. Dr. Héctor Alimonda †
Prof^a. Dr^a. Verónica Secreto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Rio de Janeiro, RJ
Setembro, 2017

B624c Bittencourt , Carlos Alberto , 1981-
A corporatização do território de Conceição do Mato
Dentro (MG) pela mineradora Anglo-American:
Estratégia corporativa e subordinação do lugar /
Carlos Alberto Bittencourt . - 2017.
147 f.: il.

Orientador: Hector Alimonda.
Coorientador: Maria Verónica Secreto.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, CPDA, 2017.

1. Corporatização dos Territórios. 2. Mineração. 3.
Anglo American. 4. Conflito Ambiental . 5. Teoria da
Dependência. I. Alimonda, Hector , 1949-, orient. II.
Secreto, Maria Verónica, 1967-, coorient. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CPDA.
IV. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

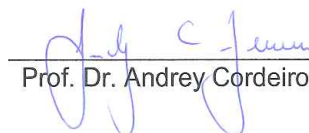
CARLOS ALBERTO LUCIO BITTENCOURT FILHO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 11/09/2017.



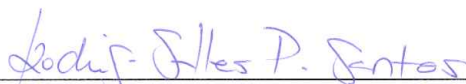
Prof.^a Dr.^a Maria Verónica Secreto de Ferreras (UFF)
(Co-orientadora)



Prof. Dr. Andrey Cordeiro Ferreira (CPDA/UFRRJ)



Prof.^a Dr.^a Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)



Prof. Dr. Rodrigo Salles Pereira dos Santos (PPGSA/UFRRJ)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Hector Alimonda vai meu agradecimento especial, por sua trajetória intelectual inspiradora e por ter sido o responsável principal para que eu não desistisse desse mestrado, como quase ocorreu logo em seu início. Sua solidariedade e espírito generoso e perspicaz foram fundamentais nesse breve percurso que trilhamos juntos. A sua memória, que persistirá, e a ela dedico esse trabalho.

Minha enorme gratidão também a minha companheira Lelê, sem ela não seria possível. Ao Pablito e ao Leon agradeço, mas quase pedindo desculpas, pelas horas que abdiquei de estarmos juntos, especialmente nos finais de semana e horas vagas, para estudar e escrever.

Minha orientadora da reta final também salvou minha pátria, com serenidade e doçura me ajudou a moldar esse trabalho. Foi bom reencontrá-la Verónica! Apesar das circunstâncias, devo bastante desse desenlace final do texto aos nossos diálogos.

Nessa empreitada às vezes tão solitária a insegurança ameaça nos paralisar, o medo de estar tudo ruim. Mas lá de casa, de minha mãe, de meu pai e irmão, vem um olhar pra mim que me enche de confiança e estimula. “Eu sou o caso deles”.

Algumas pessoas meteram a mão na massa ao meu lado, revisando o texto, ajudando na formatação, dialogando sobre as minhas questões. Tia Andréia, Maria Júlia, Lelê, Raffaele e Denise Brown muito obrigado mesmo.

O amigo Danielzinho, viveu comigo as agruras de enfrentar esse mestrado trabalhando. Nos apoiamos desde antes da seleção até os últimos dias decisivos da entrega. A ele também devo minha gratidão.

A nossa turma do mestrado XMÑL (2015) foi uma das coisas mais interessantes nesses dois anos de CPDA. O espírito crítico e o coração quente dessa moçada sempre me instigaram muito e também foram fundamentais nisso tudo. Com vários de vocês tive conversas sobre minha pesquisa que sempre

acrescentavam, especialmente os que cursaram comigo Metodologia 2, ali a coisa tomou forma a várias mãos.

Agradeço também aos professores e servidores do CPDA por levarem adiante esse espaço público tão relevante para a construção do pensamento crítico, referenciado na vida real e em seus conflitos.

Preciso fazer um agradecimento especial às pessoas que contribuíram para que essa temática em torno das indústrias extrativas entrassem na minha vida, ao Ibase e a Moema Miranda, especialmente. Foi o Ibase quem me proporcionou o primeiro contato com Conceição do Mato Dentro, ao realizar o “intercâmbio das resistências” entre os atingidos do município mineiro e os atingidos de São João da Barra, no Rio de Janeiro, onde se instalou o Porto do Açú. Essa experiência resultou na elaboração de um dossiê sobre o Projeto Minas-Rio que envolveu vários pesquisadores que se tornaram referências e direta ou indiretamente compõem essa dissertação, como Andreia Zhouri, Ana Flávia, Rodrigo Santos, Eduardo Barcellos, Bruno Milanez, Ana Costa, Gabriela Scotto...

Devo também muito do que aprendi no tema ao querido trossko peruano Carlos Monge e aos diversos pesquisadores e pesquisadoras de várias nacionalidades que atuam em torno da Red Latinoamericana sobre las Industrias Extractivas (RLIE).

Ao meu xará, Carlos Walter, dedico um grande abraço, por estar disponível para as minhas dúvidas, quando eu precisei. Pelas permanentes referências que me apresentou e pela amizade.

Agradeço também a todas e todos que constroem o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. Foi tanta gente, camponesa, indígena, quilombola, pesquisadores e ativistas do movimento social que construíram e constroem essa ferramenta que hoje é imprescindível na luta por uma outra estratégia de desenvolvimento no Brasil. Um agradecimento especial aos “emblemáticos” Charles Trocate, Maria Júlia, Jarbas Vieira, Marcio Zonta, Kátia

Visentainer e, por tudo que vivemos juntos enfrentando os desmandos das grandes empresas de mineração e seus representantes políticos.

Agradeço muito às pessoas de Conceição do Mato que me receberam com minhas indagações em seus locais de trabalho, moradia e doaram um pouco de seu tempo a essa pesquisa, seja dando entrevistas, seja me recebendo em suas casas para uma conversa (sempre com queijo e café), seja me ajudando nas questões logísticas. Sempre correndo o risco de esquecer de alguém, não poderia deixar de citar a Patrícia Generoso, o Júnior, Sr. Zé Pepino, Juliana Deprá.

Por fim, um agradecimento também muito consistente aos que tiveram paciência e interesse de ler este trabalho até o final. Mas ainda aos que quiserem comentar e criticar. Há sempre o medo de que o trabalho seja apenas devorado pela “crítica roedora dos ratos”.

RESUMO

BITTENCOURT, Carlos. **A corporatização do Território de Conceição do Mato Dentro (MG) pela Mineradora Anglo American:** estratégia corporativa e subordinação do lugar. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2017.

A instalação do projeto Minas-Rio no município de Conceição do Mato Dentro (MG) gerou transformações profundas na dinâmica territorial local. Essa pesquisa busca apontar em que medida essas transformações podem ser compreendidas como fruto da corporatização do território dessa cidade e como a dinâmica de apropriação territorial e da natureza por parte da mineradora Anglo American está relacionada com a condição de dependência da sociedade brasileira no interior do sistema-mundo capitalista, reproduzindo hierarquias, desigualdades e conflitos.

Palavras-chave:

Mineração, Território, Corporatização dos Territórios, Estratégia Corporativa, Justiça Ambiental, Sistema-mundo, Teoria da Dependência

ABSTRACT

The installation of the Minas-Rio project in the municipality of Conceição do Mato Dentro (MG, Brazil) generated profound changes in the local territorial dynamics. The objective of this research is to show to what extent these transformations could be a result of the corporatization of the territory of the city. It also points out the dynamics of appropriation of the territory and of nature, made by the mining company Anglo American. These issues are related to the dependency of the Brazilian society within the capitalist world system, reproducing hierarchies, inequalities and conflicts.

Key-words:

Mining, Territory, Corporatization of Territories, Corporate Strategy, Environmental Justice, World System, Dependency Theory

Lista de figuras

Figura 1: Destino das Exportações em 2015 (Principais Países*)	28
Figura 2: Mapa Projeto Minas-Rio	47
Figura 3: Mina em Conceição do Mato Dentro	48
Figura 4: Mapa dos Atingidos pela extensão Mina Sapo	65
Figura 5: Foto Mineroduto Minas-Rio	69
Figura 6: Ampliação da unidade de saúde realizada pela Anglo American	72
Figura 7: Restauração da Igreja Matriz realizada pela Anglo American	73
Figura 8: Capa da revista Diálogo Anglo American	75
Figura 9: Obra de contenção de terreno realizada pela Anglo American	76
Figura 10: Mapa Conceição do Mato Dentro	81
Figura 11: Cachoeira do Tabuleiro	96
Figura 12: Website do Anglo American Brasil	97
Figura 13: Mapa das áreas prioritárias para a conservação em Conceição de Mato Dentro	99
Figura 14: Mapa Hidrogeológico de Conceição do Mato Dentro	101
Figura 15: Fluxo de sintropia e aumento de entropia	105
Figura 16: Despejo em ação ajuizada pela Anglo American	117

Lista de tabelas

Tabela 1: Exportações de minérios de ferro e seus concentrados	13
Tabela 2: Participação no Mercado e Produção de Minério de Ferro (2012-2016)	40
Tabela 3: Tabela DNPM	54
Tabela 4: Grandes consumidores industriais: consumo específico de eletricidade (1), por segmento (kWh/t)	107
Tabela 5: Grandes consumidores industriais: consumo total de eletricidade (1), por segmento (GWh)	108
Tabela 6: Projeções Populacionais Conceição do Mato Dentro (2014-2020)	111
Tabela 7: Número de Empresas no Município de Conceição do Mato Dentro (2006- 2015)	112
Tabela 8: Número e percentual de estabelecimentos e vínculo formais (empregados) por setores econômicos	112

Lista de gráficos

Gráfico 1: Carvão Mineral de Ferro spot (2001-2015)	27
Gráfico 2: Receitas Orçamentárias Realizadas (Unidade: R\$ x1000)	62
Gráfico 3: Receitas orçamentárias realizadas / tributárias (Unidade: R\$ x 1000)	63
Gráfico 4: Número de Moradores por Localidade	66
Gráfico 5: Lavoura Temporária (toneladas)	86
Gráfico 6: Lavoura Temporária (hectares)	87
Gráfico 7: Lavoura Permanente (toneladas)	88
Gráfico 8: Lavoura Permanente (hectares)	89
Gráfico 9: Pecuária (número de cabeças)	92
Gráfico 10: Produção de leite e ovos de galinha (mil litros e dúzias)	93
Gráfico 11: Composição das exportações em volume	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO: Diálogos Teóricos – Ecologia Política, Dependência e Sistema-Mundo Capitalista	4
1.1 Sistema-mundo capitalista e desenvolvimento do subdesenvolvimento	5
1.2 Elites orgânicas internacionais e operacionalização da acumulação capitalista	14
1.3 Ecologia Política e colonização da natureza	17
1.4 Consenso das commodities, imperialismo extrativo e neoextrativismo	20
2 CAPÍTULO II: Corporatização do território e dispositivos expropriatórios	26
2.1 O Sistema Mineral Brasileiro pré-boom das commodities	28
2.2 As redes globais de produção e a estratégia corporativa	37
2.3 Breve história e posição atual da Anglo American	41
2.4 Estratégia corporativa e dispositivos expropriatórios	44
2.5 A aquisição do empreendimento	49
2.6 A atuação prévia da MMX	54
2.7 Licenciamento e estratégia institucional	57
2.8 A busca por legitimação junto à sociedade civil	73
2.9 Criminalização e repressão	76
2.10 Passos e descompassos de uma estratégia	77
3 Capítulo III: Corporatização do território e subordinação do lugar	79
3.1 Breve história social e econômica de Conceição do Mato Dentro	80
3.2 Desestímulo agrícola	85
3.3 Mineração e transformações ecológicas	93
3.4 Especialização econômica, conflitividade e violência	109
3.5 Predominância corporativa	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

*Antes mundo era pequeno
Porque Terra era grande
Hoje mundo é muito grande
Porque Terra é pequena*

Gilberto Gil

A conjuntura da América Latina na virada do milênio sofreu uma significativa reorientação no que diz respeito ao perfil dos governos à frente da maioria dos países da região. Se a década de 90 tinha sido marcada por governos abertamente liberais e com diálogo prioritário com Washington, as eleições de Chávez, Lula, Evo Morales, Correa, Bachelet, Mujica, etc. para a direção política de seus respectivos países apontavam em outro sentido. Em grande medida os alicerces programáticos desses novos governos advinham da teoria crítica latino-americana, bebiam fortemente na fonte da soberania frente ao imperialismo (especialmente o norte-americano) e da crítica da dependência de nossas economias.

No entanto, o que se viu, para além de uma tendência de continuidade macroeconômica, foi o aprofundamento de um modelo de expansão que buscava surfar no aumento dos preços das commodities especialmente as carboníferas, metálicas e agrícolas para alavancar um processo de desenvolvimento autônomo. No caso do Brasil, esta contradição se tornou ainda mais evidente quando uma série de intelectuais e pesquisadores iniciaram a busca por qualificar e conceituar este perfil de governo. Um dos termos que se destacou no período foi o “neodesenvolvimentismo” e é bem representativo das contradições no seio desse projeto político e econômico (SAMPAIO JR., 2012). Como reivindicar o desenvolvimentismo, que mesmo guardando uma diversidade significativa em seu interior, é bem explícito quanto à necessidade de um caminho que fortalece os setores de maior agregação de valor e tecnologia em território nacional, enquanto baseia seu modelo de desenvolvimento na intensificação da exportação de produtos primários? Não coube aqui analisar os motivos que fizeram com que o liberalismo seguisse como a espinha dorsal do desenvolvimento econômico brasileiro, mas esse é um elo fundamental para compreender como as teses das vantagens comparativas de David Ricardo se revitalizaram na ação estratégica desse novo ciclo de governos, chamados por alguns de “progressistas”.

O projeto Minas-Rio, aqui analisado, é uma espécie de monumento dessa contradição. Ao lado do projeto S11D em Carajás, faz parte de um aporte significativo na capacidade da extração de ferro do subsolo brasileiro e se destina, através de longas viagens marítimas, a fornecer matérias-primas para as economias industrializadas e por isso dominantes no sistema-mundo capitalista.

O objetivo principal aqui é verificar a hipótese de que no processo de interseção da pequena cidade de Minas Gerais com a Rede Global de Produção de Ferro se desdobrariam para a escala local, de forma desigual e combinada, as assimetrias constituintes do sistema-mundo capitalista contemporâneo. A esse processo, Milton Santos denominou de “corporatização dos territórios”, ou seja, a dinâmica de instalação de grandes corporações nos territórios possibilitam, através da ação estratégica corporativa, que a necessidade de criação de valor (e por conseguinte, de destruição de valor) por parte da firma, predomine sobre uma série de outras atividades e modos de vida desenvolvidos previamente no território.

Essa corporatização tem diversas dimensões e afeta os territórios de distintas maneiras. A ampliação da circulação de dinheiro e da arrecadação municipal, a instalação de um ferramental técnico e logístico de ponta, a promessa e a oferta de novas opções de trabalho, a redistribuição do acesso aos bens naturais em termos mais desiguais, entre outras, estão entre os aspectos aqui apresentados que reterritorializam a região estudada. O decréscimo da produção agrícola, o aumento dos preços das terras e moradias, a crise em torno do acesso à água, o aumento da violência e da criminalização, a constituição de um movimento por justiça ambiental seriam efeitos desse processo.

O estudo que segue busca demonstrar como a articulação entre essas causas e efeitos determina o processo de corporatização, ou seja, como institui o predomínio na escala local dos interesses da corporação global. Essa ação local seria a forma pela qual se desdobraria a dinâmica do capitalismo contemporâneo de acumulação por espoliação, reinstituindo permanentemente novas configurações territoriais e conflitos, em uma velocidade histórica baseada em técnicas cada vez com maior capacidade de decisão e ação instantânea e com uma rede logística e comunicacional que conecta uma extensão territorial planetária, na qual o aspecto financeiro cumpre um papel estratégico.

Diferente da maioria dos trabalhos monográficos sobre o conflito e os impactos da instalação do empreendimento da Anglo American, sobre os quais se baseiam muitas das informações e abordagens presentes neste trabalho, o objeto aqui não é exclusivamente a

dinâmica em nível local. Especialmente os trabalhos construídos em torno do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), que tem acompanhado muito cotidianamente o processo local. O centro dessa pesquisa é buscar comprovar os nexos que ligam, através das Rede Global de Produção de Ferro, a exploração de ferro em Conceição do Mato Dentro com a reprodução da dinâmica da Dependência entre o Brasil e os países centrais do sistema-mundo capitalista.

Essa opção impõe um perfil metodológico à pesquisa. Não se realizou, portanto, um trabalho etnográfico no município, foram feitas 8 entrevistas chaves com representantes da sociedade política e civil da cidade. Como foi possível estar em Conceição por algumas ocasiões, a apreensão da dinâmica local foi paulatinamente ampliada através da observação participante e de conversas, sem gravador e caderno. Ocasões importantes foram as visitas aos terrenos locais, conversas com as pessoas que representam um pouco do modo de produzir localmente para a subsistência, seu ritmo camponês, aspectos de sua ancestralidade africana, café, queijo.

A perspectiva das Redes Globais de Produção e especialmente a relacionada ao minério de ferro, são a forma concreta sob a qual se estrutura a relação local/global na pesquisa. A partir das contribuições de Henderson para a formulação teórica dessa categoria, buscando estruturá-la em torno de uma perspectiva multiagente e multisetorial. Para aproximação desse rede com o empreendimento da Anglo American estudado, as contribuições de Rodrigo Santos e Bruno Milanez são fundamentais. A partir dessa perspectiva foi possível abrir um diálogo metodológico e teórico com a Teoria da Dependência, a do sistema-mundo capitalista de Wallerstein e com a Ecologia Política.

O empreendimento da Anglo American em Conceição do Mato Dentro seria, enfim, um modelo operacional da dinâmica da Dependência, pelo menos que no que se refere à exploração ferrífera, que cumpre atualmente um papel estratégico no modelo de desenvolvimento brasileiro. Isso, obviamente, não o alça a papel superior a outros empreendimentos até mais significativos do que ele, como é o caso da duplicação da mina de Carajás através do projeto S11D. Este trabalho é uma contribuição na reflexão acerca de como nossa dependência e o desenvolvimento do subdesenvolvimento têm implicações em uma diversidade significativa de níveis e escalas.

CAPÍTULO: Diálogos Teóricos – Ecologia Política, Dependência e Sistema-Mundo Capitalista

Seria vão procurar nas propriedades inerentes ao ferro das serras de Minas Gerais os motivos que levam à sua exploração em larga escala. As jazidas ferríferas que se encontram no município de Conceição do Mato Dentro e nas cidades vizinhas não trazem em si a necessidade de sua extração. O processo de valorização mercantil desse bem natural, da transformação da natureza em *commoditie* — que é transformada, inclusive discursivamente, em matéria-prima ou recurso natural — se encontra, tanto no espaço geográfico, quanto no tempo histórico, bem distante da pacata cidade de Conceição do Mato Dentro.

Os processos de valorização econômica dos minérios estão intimamente ligados à expansão do capitalismo na busca de se constituir como sistema global. Nesse sentido, Conceição do Mato Dentro viveu dois ciclos importantes dessa expansão, nos séculos XVII/XVIII, com a mineração de ouro e diamantes, mais vinculado ao processo de entesouramento de metais preciosos e como alavancagem do processo de industrialização inglês (com mais vigor a partir do Tratado de Methuen em 1703, intensificando desde a metade do século XVIII e com um impulso ainda mais vigoroso a partir da vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, sob a proteção da frota inglesa), especialmente, o que genericamente se definiu como capitalismo mercantil ou comercial. O segundo ciclo, tem início ainda nos anos 30 no Brasil, e transita dos metais preciosos para as matérias-primas voltadas para as indústrias e à construção civil; e terá, no minério de ferro, um dos seus componentes centrais.

É possível, ainda, determinar um terceiro ciclo nacional da extração mineral brasileira que teria como marco simbólico a inauguração da mina de Carajás no Sudeste Paraense. Segundo Stephen Bunker (2011),

a escala e a distância da mina em relação aos centros industriais mundiais, bem como a escala dos veículos de transporte, embarcações e infra-estrutura necessária para vencer essa distância de forma suficientemente barata para manter competitivo nos mercados internacionais o minério de ferro produzido, fazem da inauguração da mina de Carajás um dos maiores e mais significativos passos individuais e

intensivos em capital dentre os milhares que já movimentaram a economia mundial em direção à globalização (2011, p. 127)¹.

Para compreender a operacionalização da mina de ferro da Anglo American em Conceição do Mato Dentro é necessário compreender a dinâmica da divisão internacional do trabalho, a inserção do Brasil no sistema-mundo capitalista e a ação concreta dos grupos transnacionais.

1.1 Sistema-mundo capitalista e desenvolvimento do subdesenvolvimento

O argumento principal para a instalação de empreendimentos como o Sistema Minas-Rio (mina de ferro em Conceição do Mato Dentro - MG, mineroduto de 550 Km e Porto do Açu em São João da Barra -RJ), tanto em nível local e regional, quanto em nível nacional, é a promessa de desenvolvimento. Ela vem relacionada a pontos-chaves de uma determinada ordem social e econômica baseada na promessa de geração de emprego e renda, aumento de arrecadação, criação de oportunidades de negócio e sustentabilidade. No entanto, a análise da inserção dos países grandes exportadores de produtos primários na divisão internacional do trabalho e mesmo na geopolítica mundial tem a dizer sobre o processo efetivo de extração mineral nas diversas localidades e o suposto desenvolvimento que o acompanha.

A teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (2011a) apresenta-se, em termos geo-históricos, sob a confessada influência de Fernand Braudel, como uma das mais amplas análises da integração internacional fundamentada na dinâmica da acumulação capitalista. Mesmo as estruturas fundamentais da modernidade, que são os estados-nações, estariam subordinadas a essa dinâmica do sistema-mundo capitalista.

Segundo Wallerstein (1983), há em alguma medida uma contradição entre os interesses dos agentes da acumulação de capital e os estados nacionais, que por serem os “controladores das armas” poderiam, e assim o fizeram em diversas ocasiões, apropriar-se da riqueza e distribuí-la. Esta é uma contradição básica entre o papel do estado e o do “acumulador”, ao mesmo tempo que o estado pode ser um agente indutor do processo de acumulação — “reprimindo a força de trabalho, criando vantagens monopolísticas superiores a de outros acumuladores” (WALLERSTEIN, 1983, p. 16) —, ele pode se apropriar da riqueza acumulada através de seu monopólio da força militar. O sistema-mundo capitalista é uma das

1 É necessária uma reflexão mais profunda para saber em que medida, a inauguração do projeto S11D na Mina de Carajás, que duplica a capacidade da maior mina de ferro do mundo, pode representar um novo marco na extração mineral brasileira.

garantias supranacionais de que se um estado se voltar contra o processo de acumulação, aqueles que acumulam poderão seguramente recorrer à proteção de outros estados, e este é um aspecto central para o impulso do capitalismo (WALLERSTEIN, 1983). O problema fundamental consistiria no ilogismo desse sistema no qual a acumulação “em si e por si mesma não tem nenhum sentido social, posto que coletivamente os seres humanos desejam consumir e desfrutar, não acumular” (WALLERSTEIN, 1983, p. 17).

Alguns aspectos colaboram no desenvolvimento desse sistema-mundo, que na visão desse autor já se iniciavam como processo histórico desde o século XVI, com o primeiro movimento sólido de expansão europeia pelo mundo. Apesar de representar uma unidade analítica, em seu seio encontram-se profundas desigualdades e conflitos. A forma como a Inglaterra vai conseguir a dianteira econômica e geopolítica, ultrapassando e subordinando as potências responsáveis pela Expansão Marítima e determinar o conteúdo do processo de integração mundial, combinando sua revolução técnica, seu cercamento dos campos e sua potente armada militar é um exemplo importante acerca desses conflitos e desigualdades no interior do processo de expansão do capitalismo em nível mundial.

Seguindo as análises de Wallerstein (1983) é possível destacar quatro eixos sobre os quais se assentam o sistema-mundo como o conhecemos contemporaneamente:

1. a transformação tecnológica representou uma arma na dinâmica da acumulação, a geração de uma nova era de máquinas que substituiu por um lado, e intensificou por outro, o uso da energia humana na produção de mercadorias. A forma como essas transformações ocorreram, permitiram que se alcançasse uma capacidade técnica monopolista, cujos “resultados foram em alguns aspectos espetaculares, que se tendeu a ignorar o quão poucos se beneficiaram destes avanços tecnológicos e, em especial, como na realidade o uso das máquinas implicou um aumento e não uma diminuição no gasto médio de energia humana absoluta por pessoa” (WALLERSTEIN, 1983, p. 17).
2. a hierarquização do espaço está diretamente relacionada à forma como essa diferenciação das capacidades técnicas e produtivas vai determinar certo perfil monopolista àqueles que reduzirem o tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias. Se isso em um primeiro momento determina um processo de diferenciação interna nas economias nacionais,

posteriormente esta diferenciação será acoplada a uma tendência ascendente de divisão internacional do trabalho, representada do ponto de vista econômico e geopolítico com a constituição de centros e periferias. Ao mesmo tempo, não contraditoriamente, que a economia-mundo capitalista se tornasse ainda mais integrada. Este aspecto relaciona-se com a afirmação de Elmar Altvater (1995) de que a “industrialização é um bem oligárquico”.

3. a polarização de classes como uma estrutura de alcance mundial, dividida entre acumuladores e os produtores diretos, combinadas com a criação e a manutenção de estruturas domésticas que alimentam a reprodução da estrutura de classes é uma determinante central nesse jogo de forças. Este aspecto apesar de sua ampla diversidade de contextos e níveis de conflitividade, marca e determina muito a forma conjuntural sobre a qual se estabelecerá o domínio de classes, como podemos perceber na distinção dos exemplos históricos do *welfare state* e do Consenso de Washington.
4. a constituição de estados nacionais que no interior do sistema interestatal concentram poder superior aos demais, relativamente correspondentes à hierarquização do espaço imposta pela economia e pela técnica.

Essas contradições presentes no seio dessa sociedade mundial capitalista fazem com que “os mecanismos úteis para alcançar um conjunto de objetivos vão minando ou contradizendo, de forma simultânea, a realização desses mesmos objetivos” (WALLERSTEIN, 1983, p. 18).

Para as finalidades deste estudo será utilizada a periodização apresentada por Porto-Gonçalves, em diálogo com a teoria do sistema-mundo, de Wallerstein. Basicamente, esse processo de mundialização e integração hierárquica desigual estaria dividido em 4 fases: 1ª fase - colonialismo e implantação da moderno-colonialidade; 2ª fase - capitalismo fossilista e imperialismo; 3ª fase — capitalismo de estado fossilista fordista e a 4ª fase — globalização neoliberal. Obviamente estas separações têm a finalidade de sistematização analítica e de apresentação pedagógica, pois um dos aspectos fundamentais de qualquer periodização é a compreensão das diacronias e da amalgamação de aspectos de um período em outros. Mais a frente, voltaremos a essa periodização para compreender melhor o momento no qual se insere o objeto dessa pesquisa.

Essa tese, a de que o desenvolvimento dos objetivos engendram as causas da sabotagem dos mesmos, está em consonância, reconhecida pelo próprio autor da teoria do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2011b), com o que desenvolve André Gunder Frank (1974) acerca do desenvolvimento do subdesenvolvimento. As condições, portanto, que engendram o desenvolvimento capitalista, são as mesmas que aprofundam a dinâmica do subdesenvolvimento.

Fundamentalmente, tal modelo analítico nega as teses, muito difundidas até hoje, de que o processo de desenvolvimento dos países periféricos cumpriria as mesmas etapas do desenvolvimento dos países centrais. Esta abordagem traz semelhanças com a elaborada por Leon Trotsky, fundamentada em seu livro “1905”, publicado em 1909. Segundo o revolucionário russo, diversas fases do desenvolvimento econômico e social estariam amalgamadas no território russo: “todos os estágios da civilização: desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais onde alimentavam-se de peixe cru e faziam suas preces diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera como participante ativo da política mundial e segue atentamente... os debates do Reichstag. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais primitiva” (*apud* LOWY, 1998, p. 75). O capital financeiro seria a locomotiva que determinaria uma série de modificações e novas interconexões entre estes diferentes “estágios”, fundamentando uma espécie de dependência dos países periféricos, no caso a Rússia, com relação ao centro dinâmico do capitalismo.

A refutação do etapismo e da linearidade histórica no processo de desenvolvimento do capitalismo nas periferias tem repercussões inclusive na abordagem do que seria o pré-capitalismo no Brasil e mesmo se haveria um pré-capitalismo após a dominação portuguesa. Não houve, segundo os autores desse campo teórico, feudalismo nas colônias ibéricas; o período colonial estava, desde o princípio, conectado com o processo de constituição e expansão capitalista. Essa perspectiva busca refutar a tese de que teria sido o isolamento das sociedades periféricas que seria a causa do subdesenvolvimento. Ao contrário, seria justamente a conexão da periferia com o centro que forjaria o subdesenvolvimento. Esse processo institui, inclusive, uma dinâmica de centros e periferias no interior do próprio território nacional - no caso do Brasil, por exemplo, entre o que seriam as economias do Sul e Sudeste e as do Norte e Nordeste. Essa reflexão, tem vinculações importantes com o que formulou Pablo González Casanova (2006) acerca do colonialismo interno.

Gunder Frank (1974) aponta como aspecto central para a inserção subordinada do Brasil, com relação aos centros do capitalismo, a ideologia e a política econômica do livre comércio - que podem ser identificadas desde o governo de Dom João VI. Os instrumentos de controle do capitalismo mercantil, com a substituição do centro metropolitano de Portugal para a Inglaterra, foram deslocados por mecanismos mais modernos e vantajosos para a acumulação, que tinham como base o livre comércio (FRANK, 1974).

Um dos desdobramentos dessa perspectiva analítica diz respeito à forma como a burguesia nacional se relaciona com os centros de acumulação do capitalismo. Para Gunder Frank (1974),

a estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista estão convertendo, portanto, a burguesia industrial do Brasil e outros satélites, em burguesias dependentes da metrópole imperialista, como antes que elas, as burguesias comerciais dos satélites. Assim, pois, a burguesia nacional brasileira, se existe, vive apenas da exploração do povo brasileiro, mantendo a estrutura metrópole-satélite do capitalismo e o subdesenvolvimento regional e setorial que ela gera; só subsiste mediante sua dependência da metrópole imperialista do sistema capitalista mundial (1974, p. 145, tradução nossa²).

Seguindo orientação similar, Ruy Mauro Marini (1982) vai demonstrar que os processos de intercâmbios desiguais, com centralidade nas formas de apropriação de mais-valor, através especialmente da superexploração do trabalho e, creio ser possível incluir aqui, da natureza, determinam a posição de dependência das economias periféricas, mais especificamente na América Latina (MARINI, 1982). A visão de Marini (1982) acrescenta uma concepção mais dinâmica da relação centro-periferia, ampliando a ênfase na dialética dessa relação.

Marini questiona a tese de que foi o aumento da produtividade nos países industrializados que, isoladamente, permitiu a constituição de um modo de produção capitalista nos países centrais, baseado na exploração de mais-valia relativa. Os ganhos oriundos do aumento da produtividade estão relacionados à redução do valor da unidade da mercadoria produzida. O crescimento da produtividade aumenta o número de produtos feitos no mesmo espaço de tempo, mas não cria mais valor. Esse ganho monopolista de

2 “La estructura y el desarrollo del sistema capitalista están convirtiendo, por tanto, a la burguesía industrial de Brasil y otros satélites en burguesías dependientes de la metrópoli imperialista, como, antes que ellas, las burguesías comerciales de los satélites. Así, pues, la "burguesía nacional" brasileña, si existe, vive sólo de la explotación del pueblo brasileño, manteniendo la estructura metrópoli-satélite del capitalismo y el subdesarrollo regional y sectorial que ésta genera; sólo subsiste mediante su dependencia de la metrópoli imperialista del sistema capitalista mundial.”

produtividade tende sempre a arrefecer na medida que outros agentes capitalistas alcancem o mesmo nível de produtividade. Portanto, a produtividade em si não explica, sozinha, o abismo que se aprofunda entre as capacidades de acumulação de capital no centro e na periferia do capitalismo, sempre em favor das economias centrais. (MARINI, 1982)

O aumento da produtividade técnica e tecnológica precisa estar combinado com a diminuição do valor necessário para a reprodução da força de trabalho. Para consolidar a dinâmica da ampliação da mais-valia relativa é fundamental a diminuição do valor dos bens necessários para a reprodução da força de trabalho, o que o autor chama de “desvalorização dos bens-salários”. A diminuição do valor desses bens está intimamente ligada à entrada, no mercado mundial, da América Latina - como provedora de alimentos em larga escala e com preços depreciados. Esse mecanismo tem papel fundamental na luta por reverter a tendência regressiva das taxas de lucro, derivada do próprio processo de acumulação, pois a cada realização de lucros amplia-se o valor do capital constante em relação ao capital variável.

Este aspecto é também um ponto de contato com a exposição de Gunder Frank (1974), no sentido de que resta às burguesias dos países periféricos a superexploração do trabalho como forma de auferir lucratividade, mesmo subordinada às burguesias dos países industrializados. Esta desigualdade de posições no sistema-mundo permitiu que a determinação de preços dos produtos primários, ao contrário dos produtos com maior agregação de valor, se desse sob a lógica da dependência, qual seja, beneficiando mais uma vez os países e economias compradoras desses produtos em detrimento das sociedades que os exportam.

Vale acrescentar ainda a essa visão da dependência com marcado perfil socioeconômico, uma perspectiva mais espacial da questão. Uma abordagem mais geográfica pode ajudar a fazer uma aproximação mais qualificada da relação entre a mineradora de capital inglês e a cidade de Conceição do Mato Dentro. Para isso a contribuição de Milton Santos (2004), muitas vezes negligenciada pelas ciências sociais, agrega, dentro da perspectiva de uma divisão internacional e territorial do trabalho, elementos inovadores e que contribuem sobremaneira com esse debate.

Para Santos (2004) uma das formas de caracterizar a divisão internacional do trabalho é perceber como se distribuem os recursos (entendidos amplamente, como todas as possibilidades materiais ou não de “ação oferecida aos homens - indivíduos, empresas, instituições”) (SANTOS, 2004, p.132). Essa distribuição geográfica dos recursos (“coisas

naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores”) “cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições” (SANTOS, 2004, p.135). A divisão internacional do trabalho engendra a divisão territorial do trabalho.

Esse processo articula diversas escalas espaciais e temporais e faz com que convivam justapostas e/ou sobrepostas diferentes modalidades de divisão social do trabalho. Esta reflexão, desde o ponto de vista espacial, dialoga com os debates acerca do desenvolvimento desigual e combinado, e também com as reflexões sobre a relação de formas arcaicas de exploração do trabalho; como a servidão e o escravagismo, convivendo por um período com as mais modernas formas de acumulação capitalistas.

O tempo da divisão do trabalho, afirma Santos (2004), é genericamente o que se denomina modo de produção.

Todos os lugares existem em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam, obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo (SANTOS, 2004, p.138).

Cada lugar é, portanto, “teatro de tempos ‘externos’ múltiplos”.

Haveria uma transformação dos espaços nacionais em um “espaço nacional da economia internacional”, dentro de um processo de “redução da arena”, no qual as cada vez mais intensas e grandiosas dinâmicas de concentração de capitais, fixos e constantes, dependem cada vez mais dos fluxos e dos movimentos, que aumentam em intensidade e volume. Essa aparente contradição se materializa no mineroduto Minas-Rio. A maior estrutura do mundo com esta finalidade, qual seja, bombear minério diluído em água, por 550 Km, atravessando 32 cidades, 1.555 propriedades privadas. É um investimento em capital fixo gigantesco, que só faz sentido por permitir os intensos fluxos de minério, sob menor custo operacional e maior velocidade do que o outro meio predominante no transporte de ferro no Brasil, as ferrovias.

Milton Santos (2004) acrescenta ainda mais uma dimensão a essa discussão. A divisão internacional do trabalho não diria respeito apenas ao trabalho vivo, ativo em uma determinada sociedade. Além dessa divisão, haveria uma divisão do trabalho morto. “O trabalho morto, na forma de meio ambiente construído (*buil environment*) tem um papel fundamental na repartição do trabalho vivo” (SANTOS, 2004, p.139).

O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a densidade ou a distribuição da população participam dessas categorias de prático-inerte, e prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas (SANTOS, 2004, p.140).

“O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer” (SANTOS, 2004, p.141). Em um mundo cada vez mais “globalizado” estes aspectos são fundamentais para não nos perdermos nas funções localmente exercidas, deixando de ver que, muitas vezes, suas motivações podem ter fundamento em outro local distante dali, respondendo também a outras temporalidades.

Por fim, o geógrafo brasileiro acrescenta uma contribuição que faz mais uma aproximação entre as análises dos primeiros autores que trabalham mais com economia-política e o espaço vivido realmente existente, aproximando-se, assim, do conceito de território usado nesta dissertação. Ele vai afirmar que a tendência atual (1996) é da unificação vertical dos lugares. Que, por exemplo, a capacidade do sistema financeiro de disponibilizar créditos para países e regiões mais pobres permite que se estabeleçam redes que respondem aos interesses do grande capital. Essa é a forma como materializam-se, do ponto de vista espacial, os interesses corporativos nos territórios concretos.

Com isso, chegamos a um conceito fundamental nesta pesquisa. A “corporatização do território”, que dá título a este trabalho, é uma excelente síntese geográfica dessas diferentes perspectivas que viemos abordando até aqui, que tratam basicamente de uma fórmula de dominação econômica e política e também espacial e temporal. Milton Santos define assim:

A corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que desse modo a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e locais (SANTOS, 2004, p.336).

Essa corporatização diz respeito à busca pela dominação econômica e política, e também ao “efeito desestruturador da tecnologia”, que determina uma reorganização do território, com novos papéis e novas agendas, até então desconhecidas àquele território. Simultaneamente, se transformam as vias e meios de transportes e comunicação, a estrutura produtiva, os hábitos de consumo, as formas de troca, as relações de trabalho, a monetarização, as formas de controle e etc., criando novos e mais profundos desequilíbrios.

A presença, em pontos espalhados ou concentrados do espaço, de firmas monopolistas ou transnacionais com vocação a utilizar todo o território orienta a escolha desses capitais dormentes, qualificando os espaços nacionais à imagem de

seus interesses próprios, porque essas empresas dispõem da força política para impor o que hoje se chama de modernização do território. A esse processo, intitulamos “corporatização do território (SANTOS, 2004, p. 252).

Essa perspectiva coaduna-se com o que aponta Elmar Altvater:

A natureza, as áreas, as relações sociais, os regimes de tempo são integrados ao mundo dos valores (inversamente gerado por essa integração). A lógica da valorização do capital domina o tempo e o espaço por meio da aceleração e da expansão territorial, por meio da apropriação e da desapropriação dos concorrentes no território (ALTVATER, 2010).

E assim, após esse passeio teórico em torno de algumas teses de Gunder Frank (1974), Marini (1982) e Milton Santos (2004), reencontramos os minérios das serras de Minas Gerais, não mais naquela condição do início desse capítulo, como bem-natural, inerte no subsolo. O que esses autores trouxeram nessa breve exposição é, em linhas gerais, o método a partir do qual a sociedade contemporânea valoriza e precifica o minério, fazendo-o sair das profundezas dos territórios para abastecer mercados a milhares de quilômetros de distância, negociado em bolsas de valores internacionais, inclusive no mercado futuro, valendo até de espécie de moeda hipotecária na busca dos investimentos que viabilizam a extração.

Tabela 1: Exportações de minérios de ferro e seus concentrados

Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)
01/2016 até 12/2016	13.289.340.681	373.962.968.024
01/2015 até 12/2015	14.076.103.623	366.194.449.825
01/2014 até 12/2014	25.819.090.176	344.384.843.999
01/2014 até 12/2014	25.819.090.176	344.384.843.999
01/2013 até 12/2013	32.491.530.731	329.638.705.898
01/2012 até 12/2012	30.989.292.505	326.528.805.825

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da AliceWeb/Mdic

Criam significado também para o papel que cumpre a extração de minério de ferro no conjunto da economia brasileira, justamente por determinar uma forma de inserção na divisão internacional do trabalho. Ruy Mauro Marini (1982) ressalta que a necessidade da América Latina exportar uma massa de produtos cada vez maior, a um preço cada vez menor, é uma das condições para a expansão produtiva dos países industrializados. Como verificamos na

tabela acima, apesar da exportação brasileira de ferro ter crescido mais de 35 milhões de toneladas entre 2012 e 2016, o valor total alcançado por essas exportações diminuiu mais de 17 bilhões de dólares. É mesmo para se perguntar porque tamanha queda de preços não redundou na diminuição do ritmo da extração mineral, pois essa dinâmica nega, de imediato, qualquer explicação baseada na lei da oferta e da procura.

1.2 Elites orgânicas internacionais e operacionalização da acumulação capitalista

Se as contribuições de Milton Santos (2004) acrescentam uma dimensão espacial e territorial às análises da dinâmica da dependência de perfil mais sociológico e econômico, as reflexões de René Dreifuss (1986), acerca da ação das elites transnacionais, adicionam a dimensão da ciência política nos estudos dos processos de dependência entre as nações periféricas e centrais. Como praxe do autor, é desvelada uma rede real e concreta de sujeitos políticos e econômicos em ação, ao mesmo tempo que se sugere a estruturação de sistemas de gestão global dos interesses capitalistas, com vinculação direta com os agentes públicos nacionais.

Esta perspectiva é importante para a compreensão tanto da ação concreta dos agentes econômicos junto aos agentes públicos de forma direta, como para compreender o papel de mediação das instituições e a forma como se moldam as mesmas para se tornarem permeáveis a esses interesses. Pensar a forma como se articulam os burocratas dos governos, dos partidos, das forças militares, dos sindicatos de trabalhadores e dos empresários, suas associações, federações e confederações, com interesses corporativos locais e multinacionais e como suas articulações determinam a resultante final dos processos políticos e econômicos.

Dreifuss (1986) parte da seguinte questão:

Como é que os indivíduos dominantes numa sociedade se organizam e desenvolvem a luta política, destinada a perpetuar seus privilégios ou conquistar novas posições? Como desarmam e cooptam, anulam ou liquidam seus adversários ou neutralizam e desviam as questões em pauta? Como que uma classe traduz suas capacidades estruturais (o predomínio econômico na esfera da produção, sua formação intelectual e seu acervo cultural, suas ligações pessoais e vínculos familiares ampliados) em capacidades político-organizacionais? (p. 21)

Trata-se, portanto, da análise do exercício do poder pelas classes dominantes. Não apenas nos momentos nos quais os conflitos se mostram abertos, quentes e mais ostensivos, mas especialmente nos períodos de normalidade, de relativa calma, com uma intervenção fria, persistente e sistemática nas diferentes esferas da decisão política. Seguindo a distinção

de Gramsci entre a pequena e a grande política, o autor busca se concentrar nos aspectos relacionados à grande política, quais sejam, as ações e conflitos relacionados à criação de poder radicalmente novas, em contraposição à pequena política, que seria a busca de soluções de conflitos no interior de uma correlação de forças existentes, sem buscar substituí-la ou ultrapassá-la. Estariam integradas nessa dimensão da política grande os diversos níveis de reflexão acerca da tática e da estratégia, das manobras e campanhas, análises de conjuntura, conservação e transformação das estruturas, a política parlamentar e cotidiana e a política de Estado.

O interesse principal desta perspectiva é o caráter premeditado e a intencionalidade planejada da ação política. Para que essas dimensões se realizem na atuação política demandam organização, informação, análise e operacionalização, sem citar seu aspecto militar. Por isso, a importância dos conceitos da ciência política de estratégia e tática, que determinam a capacidade de agentes coletivos em conceber objetivos globais e operacionalizar a condução de ações em diversos terrenos para alcançar suas metas, face à resistência de forças sociais e políticas adversas. Dreifuss (1986) acrescenta ainda a esse instrumental analítico duas noções ao caráter deliberado e planejado da ação política: a de *córtex político*,

órgão capaz de visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis e a noção de estado-maior, órgão capaz de operacionalizá-los, modificando com a sua ação as relações de força. [...] Trata-se, por conseguinte, de um núcleo de vanguarda político-intelectual e de um braço operacional, organicamente vinculado a uma classe, bloco ou fração (p.24).

A partir dos elementos acima, o autor passa a utilizar o conceito de elites orgânicas. Em suas palavras, “agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe” (DREIFUSS, 1986, p. 24). Essas elites não estariam vinculadas mecanicamente às classes e grupos sociais dos quais são representantes, mas teriam uma atuação relativamente autônoma; o que permite que elas cumpram o papel de mediação entre as diversas frações de classe, possibilitando traduzir as exigências da esfera da produção para o plano da ação política e da realização institucional.

Na sua qualidade de córtex político a elite orgânica tem funções conectivas e organizacionais, intervindo no interior das classes dominantes, almejando uma articulação hegemônica e procurando regular relações conflitivas, visando à

produção de coesão interna de classe, numa organização adequada e factível (DREIFUSS, 1986, p.26).

Essa atuação como “mentora intelectual” da classe tem também um desdobramento político-ideológico importante para além do interesse específico das classes que elas visam representar. A capacidade de fundir ideologia político-econômica e análise político estratégica permite que seus argumentos ganhem um revestimento aparentemente lógico e racional para o conjunto da sociedade, fazendo com que as demandas das classes dominantes venham à luz como expressão da consciência nacional e exigência societária.

Como *estado-maior* as elites orgânicas atuam articulando e operacionalizando um conjunto de ações táticas e manobras em sequência, orientadas para preparar, desenvolver e acompanhar a realização dos projetos planejados. Faz a mediação desses objetivos com o cenário do conflitos de classes aberto, como frente móvel da classe dominante, usando de um amplo arsenal de medidas que vão desde a diplomacia, passando pela cooptação e o aliciamento, até as formas propriamente coercitivas de exercício da autoridade política.

Dreifuss, após essa apresentação conceitual acerca das elites orgânicas transnacionais, inicia uma análise histórica sobre o surgimento das redes na Grã Bretanha e Estados Unidos e seus posteriores desdobramentos, que resultam no aperfeiçoamento das suas capacidades de influência na dinâmica econômica e política e na ampliação da extensão dos domínios territoriais desses interesses. Se conectam com essa história duas figuras chaves para a criação e o desenvolvimento da empresa aqui estudada, a Anglo American.

O origem desse planejamento comum por parte de elites orgânicas transnacionais se dá com a constituição dos *Round Table Groups* (Grupos da Távola Redonda). Basicamente um grupo de grandes empresários, acadêmicos e diplomatas britânicos e norte americanos, que passam a se reunir a partir de maio de 1919 para discutir estratégias comuns de desenvolvimento em nível global, logo em seguida a I Guerra Mundial.

Nessa iniciativa, entre outras figuras eminentes, estavam Cecil Rhodes e J. P. Morgan, figuras fundamentais na criação da empresa Anglo American. Cecil, famoso personagem nos estudos do colonialismo e do imperialismo, cumpria duplo papel para o Império Britânico, homem de negócio e colonizador, iniciou a exploração de minérios no continente africano, sendo fundador da *Companhia De Beers Mining Company* em 1880³, explorando diversas minas de diamante, ouro e outros minérios inicialmente na África do Sul. Através da fusão da

3 Companhia existente até hoje e sob controle acionário da Anglo American.

Central Gold Search Association e da *Exploring Company, Ltd*, criou a Companhia Britânica da África do Sul (LITVIN, 2003). Tal Companhia estendeu os poderes britânicos por uma extensão territorial maior do que a França, compreendendo hoje os países de Botswana, Zimbábue, Zâmbia e Malawi, impondo um massacre em nome do colonialismo e da suposta superioridade branca de cerca de 60 milhões de pessoas. Por outro lado, o grupo J P Morgan é quem vai ser o sócio-investidor para que Ernest Oppenheimer fundasse em 1916 a Anglo American. Desde o século XIX o grupo J P Morgan é uma das principais instituições financeiras do mundo, movimentando ativos em diversos setores capitalistas e nas mais diferentes partes do globo.

Esses grupos iniciais como os *Round Table Groups* passarão por diversas modificações de conformação e assumirão feições similares às atuais após a II Guerra Mundial e a criação dos organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a ONU. A ação orgânica das elites atuantes nesses espaços tem grande capacidade de influência no sistema-mundo, inclusive na manutenção de suas hierarquias. Mais adiante, será possível perceber os efeitos de sua influência na constituição do marco legal brasileiro de regulação da mineração.

1.3 Ecologia Política e colonização da natureza

Este trabalho se insere na perspectiva da Ecologia Política latino-americana. Desta escola plural de intelectuais latino-americanos de diferentes matizes, apropria-se aqui especialmente de três perspectivas: a ênfase no momento traumático da conquista ibérica e com ela a compreensão da ubiquidade da dinâmica colonial como marca do processo de desenvolvimento desigual de nossas sociedades, inclusive do ponto de vista epistemológico; a compreensão da humanidade como extensão da natureza e crítica da ruptura em nível global da relação metabólica sociedade-natureza; por fim, seu acúmulo recente sobre as atividades extrativas no continente, especialmente a mineração.

A conquista da América não é apenas um evento ocorrido na virada do século XIV, é um processo permanente e em muitos níveis. No caso do Brasil, a própria manutenção quase integral de uma unidade territorial gigantesca, em torno de uma língua oficial comum e sem processos históricos que conseguissem instituir rupturas, apesar de uma série de tentativas esmagadas, conformando-se a partir do que muitos autores vão denominar como o caminho da “revolução passiva”, são evidências de que a dinâmica colonial necessita, em alguma

medida, manter uma colonização permanente para se consolidar. Essa dinâmica da colonialidade, de abordagem mais histórico-filosófica, deve ser acrescentada ou acentuada às análises relativas à dependência estrutural das sociedades latinoamericanas. Segundo Alimonda, é necessário dar “uma maior importância geo-epistemológica [ao processo da Conquista] porque permite visualizar a América como a primeira periferia do sistema colonial europeu, o lado oculto originário da modernidade” (ALIMONDA, 2011, p.23, tradução nossa)⁴. Parte dessa conquista geo-epistemológica é realizada através do constructo e da legitimação de algumas ideias-chave no interior das ciências econômicas e sociais, assim como no planejamento estratégico. Muitas dessas ideias - como desenvolvimento, progresso, crescimento econômico, modernização - por omitirem da narrativa esse reverso periférico da moeda, são profundamente eurocêntricos, para não dizer racistas. Bebem de uma modernidade que oculta o seu reverso (ALIMONDA, 2011).

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) reforça esta perspectiva ao analisar o que se constitui a partir da descoberta da América pelos colonizadores europeus. A partir daí tivemos a constituição do que muitos autores vão chamar de mundo moderno, expressão na qual a palavra forte é moderno e não mundo. Isto não é um detalhe, ao contrário, subtrai parte importante da história e revela um forte aspecto ideológico, mesmo nas pesquisas científicas sobre o tema. “Com frequência esquece-se que junto com o processo de modernização se deu o de colonização. Não fosse a colonização da América, a Europa não teria reunido forças para se impor ao mundo como seu verdadeiro centro hegemônico.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 24). É interessante perceber que há uma ligação profunda entre esta perspectiva e a abordagem da história de Walter Benjamin (1987), especialmente a vinculação que o autor apresenta acerca da relação entre os objetos da cultura e da barbárie:

Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. (BENJAMIN, 1987, p.225).

No que diz respeito ao processo efetivo de transformação dos bens naturais em matérias-primas para o processo de produção de mercadorias, a ecologia política, identifica uma subvalorização da natureza, desde o começo representada pela destruição sistemática dos

4 “una mayor importancia geo-epistemológica porque permite visualizar a América como la primera periferia del sistema colonial europeo, el lado oculto originario de la modernidad”.

ecossistemas para a exportação das espécies e minerais (pau-brasil, prata, ouro) para as metrópoles e posteriormente pela substituição de diversos sistemas biodiversos por imensos monocultivos de espécies exóticas para exportação. Há estimativas de que apenas no primeiro século da exploração colonial a população originária das Américas tenha sido reduzida a cerca de 10% se comparada ao período imediatamente anterior à invasão ibérica (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Apesar das evidentes mudanças das circunstâncias, da escala e mesmo da forma do regime de acumulação, algumas continuidades no modelo de exploração da natureza e dos territórios chamam a atenção. A centralidade que ocupa ainda o sistema agrícola baseado no latifúndio, no monocultivo e no cultivo de espécies exóticas para a exportação e a exploração mineral de grande escala faz com que sejam inevitáveis paralelos analíticos entre os sistemas coloniais e a atual dinâmica da dependência. Nesse contexto, a natureza é *commoditizada*, tornada unidade de valor comum e comercializada no mercado mundial, através de um sistema de preço determinado nos países centrais e cada vez mais relacionado ao mercado futuro e de ações.

Arturo Escobar, acrescentando o aspecto cultural à definição de Martinez Alier da Ecologia Política, apresenta a seguinte definição para essa área do conhecimento: “uma visão da ecologia política que incorpore sistematicamente o econômico, o ecológico e o cultural, definindo este campo como o estudo dos conflitos distributivos econômicos e culturais” (ESCOBAR, 2005, p. 17, tradução nossa)⁵.

Ainda nessa perspectiva teórica em torno da Ecologia Política há a importante contribuição de Aníbal Quijano acerca da Colonialidade do poder. Quijano (2003) acrescenta ao processo de divisão do trabalho a questão do determinismo racial, fazendo com que se verificasse nitidamente uma divisão racial do trabalho com início no processo colonial, mas que criou derivações históricas de longo prazo. Este aspecto não tem importância menor na compreensão da constituição do domínio econômico europeu sobre o resto do mundo, pois além do acesso ilimitado aos bens naturais encontrados na América, especialmente ouro, prata e alimentos, foi possível através da determinação por parte da elite europeia branca da inferioridade racial dos povos originários e dos povos negros trazidos da África, garantir uma exploração quase sem limites sobre a força de trabalho desses povos, o que representou

5 “una visión de la ecología política que incorpore sistemáticamente lo económico, lo ecológico y lo cultural, definiendo este campo como el estudio de los conflictos distributivos económicos, ecológicos y culturales”.

também uma importante fonte de riqueza extraordinária. Portanto, esse processo que se convencionou chamar modernidade significou na prática a expansão do domínio dos brancos europeus sobre uma ampla diversidade étnica mundial.

Essa dimensão é ampliada pelo autor na interpretação da formação dos estados-nacionais latino-americanos. Como a constituição dos estados-nações na América Latina esteve em geral associada à substituição das elites brancas europeias por elites brancas americanas. Quijano (2005) vai denominar esse processo com o conceito de *dependência histórico-estrutural*, que guardaria uma relação causal com a dependência posterior desenvolvida nos processos capitalistas mais contemporâneos e já exposta acima.

Nesse sentido, o processo de Independência dos estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo para o desenvolvimento dos estados-nações modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais (QUIJANO, 2005, p. 255, tradução nossa)⁶.

Apesar de controversa, esta visão sobre a constituição das institucionalidades nacionais baseadas no processo estrutural de dominação colonial é fundamental para compreender a forma subordinada como os estados latino americanos, com foco nesse caso para o brasileiro, lidam com os grandes interesses forâneos.

1.4 Consenso das commodities, imperialismo extrativo e neoextrativismo

Nos últimos anos, se produziu uma vasta literatura acerca da forte expansão da atividade extrativista⁷ na América Latina. Será apresentada aqui a sistematização de algumas das principais contribuições em torno desse tema, privilegiando os pontos de contato com o objetivos desta pesquisa.

Um aspecto importante que aparece em estudos diversos é a vinculação entre a liberalização econômica e o fortalecimento do perfil primário-exportador das economias latino americanas. Esta perspectiva aparece na formulação apresentada por Maristella Svampa

6 “En este sentido, el proceso de independencia de los Estados en América Latina sin la descolonización de la sociedad no pudo ser, no fue, un proceso hacia el desarrollo de los Estados-nación modernos, sino una rearticulación de la colonialidad del poder sobre nuevas bases institucionales”.

7 Aqui é necessário uma breve ressalva relativa ao uso da expressão “extrativismo” em português no Brasil. O termo é aqui utilizado como corriqueiramente se usa em inglês e espanhol, referindo-se a atividade de extração de grande escala, mecanizada. Diferente do sentido que lhe é empregado quando trata, por exemplo, das Reservas Extrativistas ou das comunidades extrativistas que praticam a extração de elementos da natureza em pequena escala, segundo hábitos ancestrais, para subsistência ou para circuitos comerciais de pequeno porte.

(2012) que sustenta que a América Latina transitou do *Consenso de Washington*, baseado na valorização financeira, para o *Consenso das Commodities*, baseado na exportação de bens primários em grande escala. Não trata-se apenas de uma ruptura de sentido histórico, nesse processo interconectam-se rupturas e continuidades. A autora relaciona a aplicação das medidas do *Consenso de Washington* como um elemento base para a constituição do período posterior, ao mesmo tempo, no período em que se consolida o perfil primário-exportador baseado no setor agro-mineral são governos, em sua maioria, que se opuseram com Consenso de Washington e constroem seus discursos em oposição ao neoliberalismo e com perspectiva de esquerda ou centro-esquerda.

A autora apresenta o processo de privatizações, financeirização econômica e reorganização jurídico institucional de diversos países como o eixo da continuidade e a mudança da centralidade das operações financeiras para a aposta na extração massiva de bens primários. Não que o aspecto financeiro tenha perdido centralidade, ao contrário. O que ocorre é um acoplamento mais profundo e intenso entre os investimentos financeiros e a atividade minerária, catapultando a ambos para um papel protagonista na nova conjuntura internacional.

James Petras (2014), por seu turno, dá ênfase na continuidade entre as medidas de caráter liberalizante e privatista, especialmente dos governos de Fernando Henrique Cardoso, para a consolidação do que o autor vai chamar de capitalismo extrativo e imperialismo extrativo. “As políticas de Cardoso deram um impulso decisivo rumo à desnacionalização e à privatização da economia, elementos essenciais à reconfiguração da economia brasileira e à ascendência do capital extrativista” (PETRAS, 2014, p.304).

Uma interessante discussão se abriu em torno da questão desse novo modelo extrativo que se consolidou após os anos 2000 e que se convencionou chamar de neoextrativismo. A similaridade dos contextos nacionais no interior da América Latina chamam a atenção. Tanto no que diz respeito ao incremento da extração mineral, petrolífera e agropecuária de grande escala, que se estende desde Magallanes, na Antártida Chilena, até as explorações petrolíferas do Golfo do México, passando pelos empreendimentos na Amazônia (EJATLAS, 2017). Essa expansão se verificou em números, que veremos mais adiante ao abordar o contexto do empreendimento da Anglo American em Conceição do Mato Dentro, tanto dos volumes de matéria extraída, quanto do montante de dinheiro movimentado pelas corporações e suas correspondentes parcelas de renda extrativa captadas pelo estado. No aspecto político e

institucional, foi possível ver uma hegemonia de certo perfil, chamados por alguns autores de “governo progressistas” (GUDYNAS, 2011) ou pós-neoliberais (VELTMEYER; PETRAS, 2014a), com diferenças entre si, mas com um diálogo particular e uma postura relativamente comum na contradição de advirem da tradição crítica à dependência primário-exportadora e se tornarem os defensores dos recordes de exportação primária, tratados como “bilhetes premiados”, lembrando a forma como o presidente Lula tratou a descoberta de petróleo no pré-sal .

Um aspecto ainda em comum é o papel econômico e também geopolítico que cumpriu a China nesse processo de intensificação da exploração dos bens naturais. Os autores latino-americanos, como Alberto Acosta, Maristella Svampa, Eduardo Gudynas, iniciaram um interessante debate em torno do neoextrativismo. Henry Veltmeyer e James Petras (2014a) refletem sobre o conceito de neoextrativismo, negando que este seria um novo modelo de desenvolvimento, mas uma nova expressão do imperialismo extrativista. Destacam o papel dos investimentos estrangeiros diretos que são sincronicamente operações técnicas e materiais para a expansão extrativista e vetor de deságue de capital financeiro.

Esse imperialismo extrativo de Petras e Veltmeyer (2014b), também guarda relação com o debate acerca da acumulação por espoliação trazida por David Harvey (2004), que por sua vez resgata a polêmica aberta por Rosa Luxemburgo (1970) acerca do processo de acumulação do capital, no qual a autora vai afirmar a necessidade de uma acumulação primitiva permanente, incorporando sempre novas fontes de lucratividade, com a expansão da fronteira das relações capitalistas sobre espaços e relações sociais nas quais a dinâmica do capital não existia ou não era predominante.

Nesse mesmo sentido Altvater vai afirmar que para o processo de expansão do capital é necessário garantir - jurídica, política e até militarmente - mais do que o direito à propriedade; é preciso garantir o direito à apropriação e, muitas vezes, o direito à desapropriação. O autor aponta então quatro formas de apropriação privada no capitalismo, que atuam de forma imbricada. A valorização primária, a produção de mais-valia absoluta, a produção de mais-valia relativa e a geopolítica e o novo imperialismo. Para os objetivos dessa pesquisa, vale a pena destacar a primeira e as duas últimas formas de apropriação apresentadas por Altvater.

A primeira delas, a apropriação primária, muitas vezes foi resumida aos processos de acumulação primitiva apresentados por Marx no capítulo XXIV de O Capital. No entanto,

trata-se, como afirma Harvey (2004), de um processo permanente, pois todas as formas de acumulação primitiva tratadas por Marx permaneceram presentes na geografia histórica do capitalismo até a atualidade. Trata-se, portanto, de um processo de incorporação permanente de uma espécie de “lugar externo” ao processo de acumulação de capital. Por isso a questão da territorialidade e do domínio privado sobre a apropriação da natureza tem tanta centralidade.

A terceira forma de apropriação privada, a produção de mais-valia relativa poderia parecer estranha ao processo de extração mineral. No entanto, é possível estabelecer ao menos três vinculações importantes dessa forma de apropriação com a atividade minerária. O aumento da mais-valia relativa ocorre quando se consegue produzir mais produtos na mesma unidade de tempo ou a mesma quantidade de produtos em um menor tempo (de trabalho), nesse sentido, a mineração contemporânea de larga escala responde tanto ao aumento da produtividade nos países centrais para onde, por exemplo, o ferro é exportado, quanto está determinada pela intensidade de capital (trabalho morto) no local mesmo da extração, fazendo com que a produtividade do trabalho para a extração mineral seja altíssima por unidade de trabalho. Este último aspecto revela outra vinculação importante do aumento da mais-valia relativa com a contemporânea indústria extrativa de ferro, estudada nesta dissertação. Ela diz respeito a uma amalgamação cada vez mais efetiva entre técnica, ciência e capitalismo (ALTVATER, 2010). A mina de Conceição do Mato Dentro e sua conexão logística para exportação é um exemplo concreto de técnica a serviço da aceleração do tempo de circulação do capital e da redução de custos. Este por fim é o elemento geral que domina os processos de produção em geral e, por conseguinte, a extração mineral, que é a compressão do espaço e do tempo, o aprofundamento da máxima “*time is money*” e a constituição de processos corporativos cada vez mais ávidos (ALTVATER, 2010).

Por último, a quarta forma de apropriação, através da geopolítica ou imperialismo traz também um complemento importante de Altvater (2010) às reflexões até aqui realizadas. Aqui há uma mudança fundamental na própria compreensão do imperialismo que não se trata mais da dominação do território estrangeiro (colonial) pelo Estado imperialista, criando segurança para os aplicadores de capitais. O que passa a ocorrer é a sujeição de todos os espaços a um conjunto comum de regras de validade global, que zela pela liberdade da apropriação global em livres mercados. (ALTVATER, 2010).

Essa dinâmica, com as formas de financeirização contemporâneas, cria a figura dos *shareholders* que podem investir em qualquer ramo, seja industrial, serviços ou minerários, através do sistema de ações, se preocupando apenas com o rendimento que podem obter e não com o processo de produção desse rendimento. Isto faz com que os investidores exigem retorno do capital investido, que possam concorrer com os rendimentos mais elevados pagos em qualquer recanto da Terra. (ALTVATER, 2010).

Outro aspecto interessante das leituras contemporâneas sobre o neoextrativismo é a relação que ele mantém com a intensificação dos conflitos socioambientais, a partir da instituição e reconstituição da desigualdade ambiental (ACSELRAD et al, 2012), que determinam uma espécie de giro eco-territorial (SVAMPA, 2011) nas dinâmicas espaciais do continente. Nesse sentido, apesar da vinculação da maioria desses pesquisadores atuais com as teorias clássicas acerca da dependência dos países latino americanos, suas perspectivas quanto ao debate acerca do conflito entre o desenvolvimento e a natureza, o progresso e as comunidades indígenas e tradicionais, acrescentam uma dimensão nova à crítica de dependência .

Se destaca também nessa literatura um processo de homogeneização sócio-territorial e econômica a partir da instalação de grandes empreendimentos minerários. O fato desses empreendimentos serem intensivos em capital, qual seja, instituir em uma determinada localidade uma tal monta de investimentos muito superior à soma dos valores monetários produzidos nessa localidade antes da chegada do empreendimento, impõem uma reorganização do mercado local, que passa a girar em torno dessa nova dinâmica. Isso significa dizer que algumas atividades diminuem de importância e chegam a sofrer desinvestimento, como em muitos casos ocorre com a agricultura e com o turismo, outras atividades ganham maior peso, especialmente as relacionadas a abastecer de insumos diversos a empresa mineradora e seus funcionários. Há ainda um processo importante nas mudanças das relações de trabalho e uma pressão significativa sobre o preço das terras e dos imóveis.

Há ainda, nesse campo, uma literatura relacionada ao debate da maldição dos recursos (AUTY, 2003), ou mais especificamente da doença holandesa -- Dutch disease -- (CORDEN; NEARY, 1982). Ambas perspectivas dialogam, de um ponto de vista crítico, com a tese das vantagens comparativas de David Ricardo. A formulação da maldição dos recursos aponta uma relação entre a determinação geológica e geográfica da abundância de recursos naturais e a incapacidade de gerar processos de desenvolvimento e crescimento econômico similares a

algumas economias mais diversificadas. A doença holandesa tem termos mais restritamente econômicos, inclusive por conta da sua origem no exemplo holandês da alta do gás nos anos 1960, a relação é menos com uma determinada abundância estrutural de recursos naturais, mas com uma relativa especialização na exploração de recursos naturais em detrimento do setor industrial (BRESSER-PEREIRA, 2008). Um aspecto importante no desenvolvimento dessa “doença” é a sobrevalorização cambial por conta da entrada de divisas oriundas das exportações de commodities, o que joga contra a competitividade das exportações de bens manufaturados intensivos em tecnologia (VERÍSSIMO; XAVIER; VIEIRA, 2012) .

É a partir do encontro desse conjunto de perspectivas, que nem sempre abordam as questões desde um mesmo ponto de vista, mas que guardam entre si um diálogo, que será abordado o caso concreto da corporatização do território de Conceição do Mato Dentro.

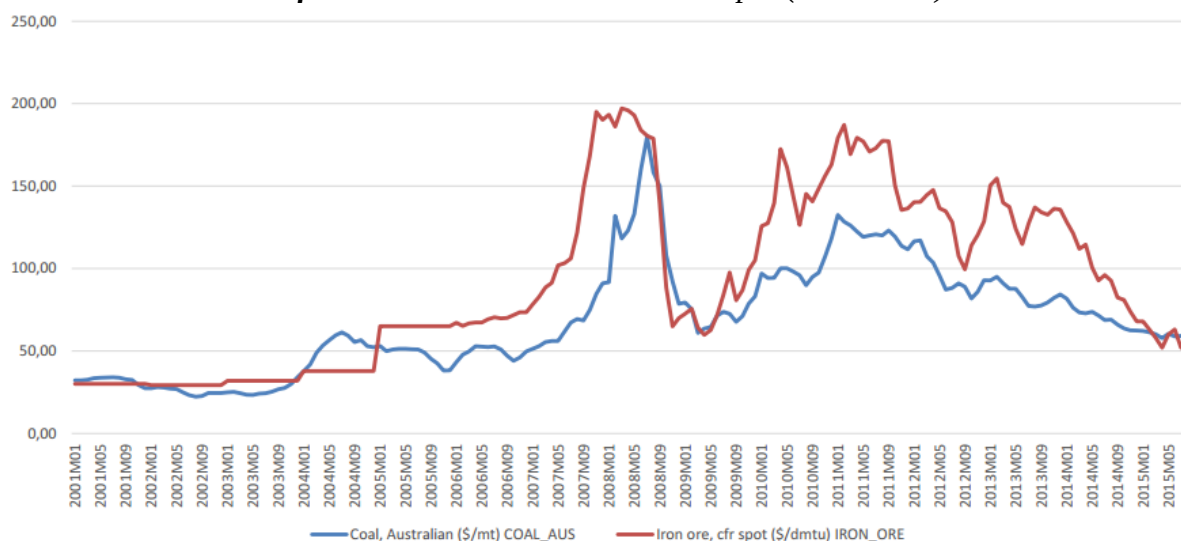
CAPÍTULO II: Corporatização do território e dispositivos expropriatórios

No dia 25 de outubro de 2014, concluiu-se o primeiro embarque de minério de ferro do Porto do Açu, com destino à China. Com a viagem do navio Key Light, de bandeira panamenha, transportando 80 mil toneladas, conclui-se a acoplagem final da mina da empresa Anglo American com a rede global de produção de ferro. A partir deste momento o projeto Minas-Rio (mina em Conceição do Mato Dentro, mineroduto de 550 Km e Porto do Açu) adquiriria, senão a sua forma acabada ou a projetada, a forma suficiente para iniciar os objetivos finalísticos da empresa Anglo American. Em condições normais, são necessárias cerca de 33 horas para o embarque de minério de ferro em um navio de 180 mil toneladas. Para mover essa imensa massa são necessárias apenas 40 pessoas, entre empregados da mecânica, elétrica, programação, navegação e outros (DIÁLOGO ANGLO AMERICAN, 2016a). Só a repetição incessante desses embarques podem pagar os cerca de US\$ 13 bilhões investidos no projeto, somando a compra dos ativos de Eike Batista (US\$ 7 bilhões) e a construção do empreendimento (US\$ 5,8 bilhões).

Antes de chegar ao porto, o minério percorreu mais de 500 Km em um mineroduto em forma de polpa, transportado por bombeamento d'água. Inicialmente foi beneficiado através da britagem, separação, concentração e pelletização. Ao final resulta um minério granulado (6,00 – 31,00 mm) ou os finos de minério. Esses finos são classificados em sinter-feed (0,15 – 6,00 mm), que passarão por processos de sinterização (que consiste em submeter os minérios a temperaturas elevadas, ligeiramente menores que a sua temperatura de fusão, para que haja mudanças na estrutura microscópica do corpo, homogeneizando-o) e pellet-feed (< 0,15 mm), que são processados nas usinas pelletizadoras (MILANEZ; SANTOS, 2015).

A aprovação no Conselho da Anglo American da compra dos ativos da MMX referentes ao projeto Minas-Rio estava sustentada nas altas⁸ remunerações que vinham sendo oferecidas em troca das commodities minerais. O preço do minério de ferro saltou de cerca de US\$30 no início dos anos 2000 para quase US\$200, às vésperas da crise que se abriu em 2008. Esse período, que foi capaz de se sustentar no tempo mesmo após a queda brusca de preços posterior à retração econômica mundial ativada com a crise imobiliária americana, ficou conhecido como boom das commodities. A intenção de compra e sua posterior efetivação dos ativos de ferro da MMX destaca-se nos processos de aquisição minerária no período. Isso se deve tanto pela capacidade estimada de produção da mina, 26 milhões de toneladas por ano, em um projeto *greenfield*⁹, quanto pela centralidade do sistema logístico adotado; e também porque a própria viabilização desse sistema, estava a cargo da empresa - o mineroduto e o porto desenvolvem-se em paralelo ao desenvolvimento da mina.

Gráfico 1: Carvão Mineral de Ferro spot (2001-2015)



Fonte: Banco Mundial

Vale a pena analisar brevemente a estruturação econômica e institucional brasileira que recebe esse cenário expansivo das commodities. Houve iniciativas em nível nacional que colaboraram para a inserção destacada do Brasil no ciclo mundial expansivo do comércio

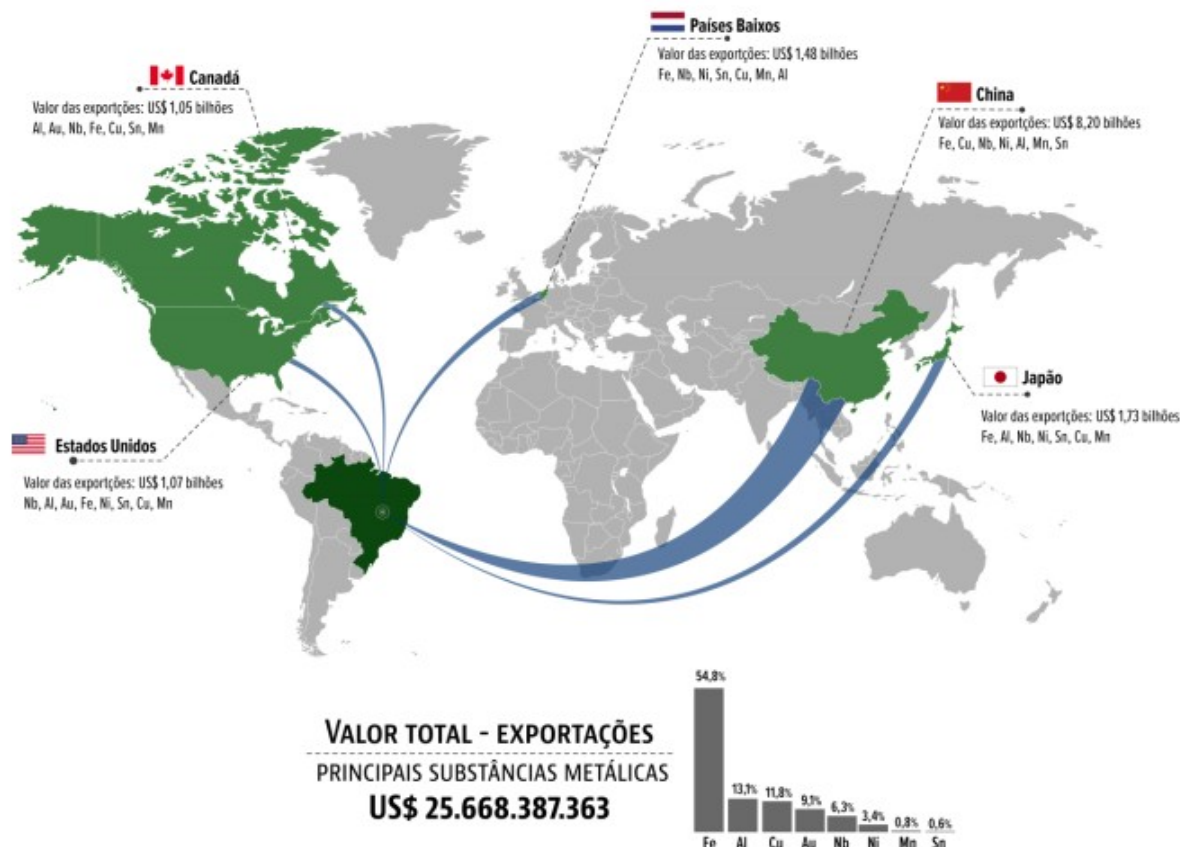
8 É necessário fazer uma ressalva quanto ao preço dos bens minerais. De fato, eles tiveram uma forte alta nos anos 2000. E é apenas no sentido de aumentado em relação a si mesmo que pode-se chamar de alta. O minério de ferro é uma das mercadorias mais baratas da pauta exportadora.

9 Os investimentos “greenfield” são aqueles que envolvem projetos incipientes, ainda no papel.

de minérios? Em que medida elas dialogam com as reflexões apresentadas pelos pesquisadores acima?

A produção de minério de ferro no Brasil tem nítido perfil extrovertido, a maioria da extração realizada aqui se dirige a processos siderúrgicos realizados no exterior.

Figura 1: Destino das Exportações em 2015 (Principais Países*)



* Principais países de destinos das exportações brasileiras de alumínio, cobre, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel e ouro.

Fonte: DNPM

2.1 O Sistema Mineral Brasileiro¹⁰ pré-boom das commodities

Para compreender os nexos entre a escala global e a local no caso concreto de instalação da mina de ferro em Conceição do Mato Dentro (MG), é preciso analisar o contexto da questão mineral brasileira no pré-boom das commodities.

¹⁰ Se denominará Sistema Mineral Brasileiro o conjunto de leis, regras, instituições e empresas do ramo da mineração com o intuito de criar uma unidade analítica que integre estas diferentes variáveis.

Na década de 1990, consolidou-se no Brasil o processo de liberalização econômica e institucional que já vinha sendo implementado em muitas partes do mundo. Houve mudanças em muitos âmbitos de nossa sociedade e, especialmente, o Estado brasileiro passou por importantes transformações. É possível perceber nessas transformações uma coerência interna, um padrão que se estende para o conjunto de medidas. O nível de articulação no tempo e no espaço dessas medidas só poderia ser alcançado por agentes que atuassem coordenadamente. O já mencionado aqui Consenso de Washington foi a operacionalização em nível mundial de uma estratégia comum tanto no âmbito econômico, como no institucional. Por exemplo, no caso da legislação minerária na América Latina, apesar da diversidade de contextos, foi possível verificar, em especial na década de 90, uma tendência comum de modificações dos Códigos de Mineração em diversos países em um sentido liberalizante (CHAPARRO, 2002). O termo Consenso não é frágil apenas porque se intitula como verdade comum única, mas por parecer tratar de algo que se expressa apenas no mundo das ideias. Nessa expressão a palavra autêntica é Washington. Dessa forma, a categoria de elites orgânicas transnacionais poderia expressar a forma material e orgânica através da qual se articulou uma atuação agressiva em torno do objetivo de generalizar o chamado livre mercado com um enraizamento global jamais visto. Certamente, esta categoria necessitaria passar por uma atualização, já que a abordagem de Dreifuss alcança apenas o ano de 1986. Mas poderiam ser úteis para compreender os vínculos entre os agentes econômicos e políticos em nível mundial e o Federal Reserve norte-americano, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, para ficar nos exemplos de maior vulto. Fato é que após a vitória na segunda guerra, os EUA impuseram o padrão dólar-ouro a todo o mundo ocidental e em agosto de 1971 o presidente Richard Nixon põe fim a paridade dólar-ouro, decisão ratificada pelo FMI em 1973 e que na prática recolocou o ouro como mera mercadoria e o dólar como o equivalente geral de valor em escala mundial. Tornou-se comum nominar o modelo de desenvolvimento desenvolvido a partir daí como neoliberalismo ou globalização neoliberal.

Neste trabalho observaremos apenas as mudanças relacionadas à abertura econômica e institucional do Brasil para a atividade minerária. Colidindo a análise concreta dessas mudanças institucionais e econômicas com as interpretações que buscam encontrar a origem dos interesses por trás das mesmas.

Voltando brevemente para a questão da periodização da pesquisa, é válido salientar que apesar da mudança conjuntural que se verifica na extração mineral brasileira nos anos 2000, por conta do que se convencionou chamar de “boom das commodities”, não se trata de uma transição de período histórico. Ao contrário, compreende-se aqui que a especialização exportadora de produtos primários por parte da economia brasileira é uma consequência direta das políticas implementadas nos anos 90. Mesmo que a expansão econômica, sustentada principalmente na ampliação da exportação agrária e minerária, tenha permitido que políticas sociais como o Bolsa-Família e o aumento real do salário-mínimo fossem desenvolvidas, o que prevaleceu na dinâmica socioeconômica do Brasil, seguiu sendo a estratégia neoliberal. Isto é dito para que sigamos a periodização proposta por Porto-Gonçalves (2006), que caracteriza esse período como globalização neoliberal e que, em diálogo com Milton Santos, aponta ser também o período técnico-científico-informacional. Esta periodização tem implicações tanto para se compreender o enquadramento político e institucional na qual se dá o processo estudado, como será útil também no momento em que formos analisar a discrepância entre a dinâmica territorial instalada em Conceição do Mato Dentro, previamente ao projeto, e o potestado técnico-científico-informacional que representa um empreendimento como o Sistema Minas-Rio.

Em um período muito breve foram realizadas quatro modificações de grande monta na estrutura do Sistema Mineral Brasileiro. Entre 1993 e 1997, foram promulgadas duas Emendas Constitucionais com efeitos diretos sobre a atividade mineral; aprovada uma Lei que gerou 126 emendas ao Código da Mineração e, por fim, realizado o processo de privatização da empresa Vale do Rio Doce. Além dessas medidas com efeito direto sobre a mineração, mencionaremos outras iniciativas que tiveram efeito associado a elas. Não será possível, no entanto, fazer todas as correlações possíveis, já que o universo de transformações legais e institucionais do período é bastante amplo.

Datavam de 1967 as últimas iniciativas que traziam alterações de conjunto ao Sistema Mineral Brasileiro. O governo militar com o Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro, substituiu o antigo Código de Minas de 1940 e criou uma lei que está em vigor até hoje. A legislação de 1940 instituiu modificações importantes que perduram, especialmente a distinção entre a propriedade privada do dono do solo sobre o subsolo, determinando o domínio da União sobre o mesmo. Entre 1967 e 1995, as modificações legais e institucionais relacionadas ao tema mineral foram parciais e de impacto relativamente moderado.

O *impeachment* de Fernando Collor, sua substituição por seu vice Itamar Franco e o empossamento de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, em 09 de maio de 1993 são antecedentes fundamentais para compreender as medidas em questão. A criação do Plano Real e a eleição de FHC para dois mandatos sucessivos com relativa maioria no Congresso Nacional, colhendo os louros do controle da inflação e da supervalorização cambial, criaram um cenário de uma ampla hegemonia política que se desdobraria em medidas de impacto significativo na sociedade brasileira. Se considerarmos o conceito de hegemonia para além do quantitativo de cadeiras por partido no parlamento, ou mesmo sobre quem é oposição ou situação ao governo central, é possível dizer que muitos aspectos daquela hegemonia persistem nos dias atuais.

É nesse período que além das transformações institucionais e econômicas concretas em nível nacional acoplando a economia brasileira ao *Consenso de Washington* vai se consolidar também uma transformação de caráter epistemológico e cultural através da qual se assentaram e difundiram uma forma de ver o mundo através dos valores da economia de mercado. É nesse âmbito que vai se consolidar toda uma arquitetura institucional em torno da chamada “governança” ou “boa governança”, fazendo com que o estado atue cada vez mais sob a forma de “governo empresarial”.

A governança do Estado toma emprestada da governança da empresa uma característica importante. Da mesma forma que os gerentes das empresas foram postos sob a vigilância dos acionistas no âmbito da corporate governance predominantemente financeira, os dirigentes dos Estados foram colocados pelas mesmas razões sob o controle da comunidade financeira internacional, de organismos de expertise e de agências de classificação de riscos. A homogeneidade dos modos de pensar, a semelhança dos instrumentos de avaliação e validação das políticas públicas, as auditorias e os relatórios dos consultores, tudo indica que a nova maneira de conceber a ação governamental deve muito à lógica gerencial predominante nos grandes grupos multinacionais (DARDOT; LAVAL, p. 276, 2016).

O *Impeachment* de Fernando Collor não havia sequer esfriado e, em 17 de março de 1993, promulgava-se a Emenda Constitucional número três. Dentre outros efeitos, o novo texto da Constituição da República passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

§ 3.º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. (BRASIL, 1993)

Sozinha, essa medida ainda não revela a lógica da estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado. Temos apenas o primeiro passo no sentido de desoneração de determinados segmentos de capital. No entanto, é possível perceber uma orientação de política econômica já nesse passo inicial.

Em 15 de agosto de 1995 aprova-se a Emenda Constitucional Número 6, que revoga o artigo 171 da Constituição Federal, que tratava da constituição de empresas, inclusive estrangeiras, em território nacional. Essa Emenda altera ainda o parágrafo primeiro do artigo 176 da Constituição, revelando o interesse explícito relativo à regulação minerária no Brasil, mais especificamente à possibilidade praticamente irrestrita da exploração de capital estrangeiro na mineração em território nacional. O texto promulgado em 1988 afirmava o seguinte:

Art. 176...

§ 1º - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas (BRASIL, 1988).

Com a aprovação da Emenda Constitucional em 1995, o texto passa a vigorar com a versão que segue abaixo:

Art. 176...

§ 1º - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas (BRASIL, 1995).

Na prática, esta mudança significou a equivalência entre capitais estrangeiros e capitais nacionais no setor mineral. A medida vai exatamente no sentido que foi discutido no primeiro capítulo, reforçando a inserção brasileira dentro do chamado livre-mercado, abrindo ainda mais a economia para fluxos de capitais de origem internacional, com foco no setor minerário.

Em 1993, o Brasil extraía cerca de 150 milhões de toneladas de minério de ferro. Em 2011, ponto mais alto da série histórica, foram extraídas cerca de 400 milhões de toneladas,

crescimento de mais de 160%. Houve uma intensificação sem precedentes nos anos posteriores, especialmente a partir da virada para os anos 2000, principalmente por conta da fortíssima subida dos preços verificada após a virada do milênio. Viabilizando um forte processo de oligopolização, apesar da marca discursiva permanente no período da defesa da livre-concorrência no mercado.

A Lei Kandir de 13 de setembro de 1996, vem lapidar esse impulso de desoneração e abertura para o capital:

Art. 3º O imposto [sobre a circulação de mercadorias e serviços] não incide sobre:

II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;

Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:

I - empresa comercial exportadora, inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa;

II - armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro (BRASIL, 1996a).

Recheadas de minério de ferro, as desoneradas exportações brasileiras saltaram de 38,6 bilhões de dólares em 1993, para 191,1 bilhões de dólares em 2015. Em volume, nesse mesmo período, as exportações brasileiras saltaram de 182,8 bilhões de quilos para 637,6 bilhões de quilos (MDIC, 2017). Com esses dados constata-se que o aumento das exportações foi acompanhado de uma diminuição do preço do quilograma dos produtos exportados, mesmo com a significativa subida do que veio a se tornar o principal item da pauta exportadora nos anos 2000, o minério de ferro. Se, em 1993, o preço do quilograma brasileiro exportado era de 4,7 dólares por quilo, em 2014 esse preço caiu para 3,3 dólares por quilo, sem a correção da inflação do período.

Em novembro de 1996, foi promulgada a Lei 9.314, que fez 126 emendas ao Código de 1967. Sua orientação geral buscava criar um novo regime de governança para a gestão mineral no Brasil. Se antes o artigo 7º mantinha um maior controle do poder central da República sobre o processo de concessão de lavra, este poder passa, então, para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A comparação entre as duas redações deixa bastante evidente a tendência liberalizante do novo texto, tanto neste aspecto de retirada da decisão final do Presidente da República, quanto na omissão posterior acerca de quem

poderia adquirir tais concessões. A vinculação da extração na lavra a uma decisão presidencial sugere que tal ato administrativo não é corriqueiro, pois está subordinado ao ente maior do Poder Executivo. É válido lembrar que todo esse novo enquadramento do marco legal da mineração se adequa também às mudanças constitucionais realizadas, fortalecendo assim essa tendência ao ajuste neoliberal.

O artigo:

Art 7º O aproveitamento das jazidas depende de Alvará de Autorização de Pesquisa, do Ministro das Minas e Energia; e de Concessão de Lavra, outorgada por decreto do Presidente da República, atos êses conferidos, exclusivamente, a brasileiro, ou a sociedade organizada no País como Empresa de Mineração (BRASIL, 1967).

Foi alterado para:

Art. 7º O aproveitamento das jazidas depende de alvará de autorização de pesquisa, do Diretor-Geral do DNPM, e de concessão de lavra, outorgada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia (BRASIL, 1996b).

Diversas mudanças ali instituídas vão nesse mesmo sentido. Vem responder ao novo ordenamento instalado a partir da Lei 8.876, de 02 de maio de 1994, no qual se autoriza o Poder Executivo a transformar o DNPM em uma autarquia, transferindo para ele diversas funções, patrimônio e recursos humanos, antes localizados no Ministério de Minas e Energia.

Outro aspecto que merece destaque é a reformulação das regras de cessão das autorizações de pesquisa. Se no Código de 1967 afirmava:

I - O título será pessoal e somente transmissível no caso de herdeiros necessários ou cônjuge sobrevivente, bem como no de sucessão comercial, desde que o sucessor satisfaça os requisitos dos números I, IV e V, do Art. 16 (BRASIL, 1967).

Na reformulação passou a vigorar da seguinte maneira:

I - o título poderá ser objeto de cessão ou transferência, desde que o cessionário satisfaça os requisitos legais exigidos. Os atos de cessão e transferência só terão validade depois de devidamente averbados no DNPM (BRASIL, 1994).

A flexibilização dos critérios para transmissão das autorizações de pesquisa é acompanhada pela flexibilização das regras sobre o número máximo de autorizações que cada pessoa, natural ou jurídica. No Código de 1967, o artigo 26 estabelecia o limite de no máximo 5 autorizações de pesquisa para jazidas da mesma classe. Um decreto de 1969 ampliou esse limite para no máximo 5 autorizações para cada substância mineral e 50 da mesma classe. A redação do artigo 26 em vigor, dada pela lei 9.314 de 1996, sequer menciona qualquer limite

numérico para aquisição de autorizações de pesquisa. E o parágrafo único do artigo 37, fruto da reforma de 1996, explicita:

Parágrafo único. Não haverá restrições quanto ao número de concessões outorgadas a uma mesma empresa (BRASIL, 1996b).

Essa lógica flexibilizante permeia a maioria das emendas. O artigo 30 da lei original determinava que após a apresentação pelo minerador dos resultados da pesquisa seria necessária uma verificação “in loco” do DNPM da exatidão das informações prestadas. Após a reforma essa verificação por técnicos do estado fica abolida, bastando as informações e documentos produzidos pelas próprias mineradoras.

Todo o Capítulo VII da lei de 1967, “Das empresas mineradoras”, foi revogado. As regras, portanto, do que seriam as empresas aptas a operarem minas ou realizarem pesquisa minerária, deixam de existir. As determinações quanto à constituição nacional das empresas, por exemplo, foram suprimidas, indo na mesma direção da Emenda Constitucional Número 6.

Por fim, o último ato desse processo, aprofunda a sua coerência interna e dá ao conjunto a marca de transformação histórica de grande porte: a privatização de uma série de empresas do Sistema Mineral Brasileiro, com destaque para a venda da Companhia Vale do Rio Doce.

Entre 1991 e 1997, foram privatizadas 33 empresas federais (ALMEIDA, 2010), dentro de um total de 56 empresas desestatizadas. Uma gama importante de empresas públicas de diferentes setores econômicos. Com destaque para os setores de petroquímica, siderurgia, fertilizantes e mineração.

Sob argumentos que afirmavam a ineficácia da gestão pública e da insolvência das empresas administradas pelo estado, o governo Fernando Collor vai consolidar o Programa Nacional de Desestatização através da Lei 8.031, de 12 de abril de 1990. Esse programa ganhará mais clareza e força nos governos Fernando Henrique Cardoso. A Lei promulgada na gestão Collor foi revogada apenas em 1997, após a privatização da Vale do Rio Doce, e vigora em seu lugar, desde então, a Lei 9491, de 9 de setembro de 1997, que ostenta em seu primeiro inciso do primeiro artigo uma opção liberal muito evidente:

Art. 1º O Programa Nacional de Desestatização – PND tem como objetivos fundamentais:

I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; (BRASIL, 1997).

O PND se organizava em torno de 5 esferas principais, a Comissão Diretora do Programa, o órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND), o BNDES, uma equipe de consultores privados e auditores independentes. A partir de 1990 o BNDES assume a gestão do FND. Em 1995, é realizada uma mudança importante no PND, através da Medida Provisória 841, que incluiu entre os objetivos das privatizações a amortização da dívida pública, o que revela também a dimensão financeira de todo esse processo e a tentativa de legitimação da ação estatal diante dos credores.

A privatização da Vale do Rio Doce e de 13 subsidiárias é um marco do PND. O peso da privatização da Vale do Rio Doce também fica claro quando da análise setorial das privatizações de 1997. O setor da mineração representou 78% da receita do exercício, cabendo 6% a cada um dos setores elétrico portuário e financeiro (ALMEIDA, 2010).

A receita conquistada com a venda da Vale do Rio Doce, mesmo considerando a subavaliação de seu preço, fez com que o ano de 1997 fosse o de maior arrecadação desde 1991. A empresa foi arrematada pelo consórcio Valepar, composto da seguinte forma:

CSN – 25%

Eletron (BRADESPAR) – 17%

Litel (Fundos de Pensão) – 39%

BNDESPAR – 9%

Sweet River (Bank of America, BHP Billiton e os bancos Goldman Sachs e Lehman Brothers) – 9%

Investvale – 1%

As privatizações, somadas às mudanças institucionais e legais mencionadas acima, conformam o quadro geral das reformas neoliberais da década de 1990. A maior entrega de capitais à iniciativa privada já realizada. Para se ter uma ideia, somando os dois anos anteriores à privatização da Vale do Rio Doce, foram feitos por essa empresa mais requerimentos de pesquisa minerária do que na soma de todos os anos anteriores desde a sua fundação em 1942. Ou seja, houve uma acumulação de ativos que catapultaram o patrimônio da empresa e que foram subavaliados. Segundo Tadzio Coelho (2015):

No patrimônio da CVRD não foram contabilizados ativos no setor siderúrgico, transporte ferroviário e marítimo, portos, produção de alumínio e ouro, ferrovias e florestas replantadas. Além disso, é possível que existam reservas de urânio no Complexo de Carajás, que, de acordo com a Constituição, só poderiam ser exploradas por empresa estatal. A CVRD, em 1995, informou à Securities and Exchange Commission que suas reservas de minério de ferro em Minas Gerais eram

de 7,918 bilhões de toneladas. Dois anos depois, durante o leilão, havia apenas 1,4 bilhão de toneladas de minério de ferro. O mesmo aconteceu com as reservas de minério de ferro do Pará, com 4,97 bilhões de toneladas em 1995, e 1,8 bilhão de toneladas em 1997 (COELHO, 2015, p. 19).

Dito isto, é possível deduzir desse conjunto de medidas um padrão coerente que aponta no sentido da desregulamentação dos poderes anteriormente instituídos ao estado como órgão regulador. O estado não perdeu inteiramente seu papel, mas mudou seu perfil como agente regulador e, especialmente, com a venda da Vale do Rio Doce, abriu mão da maior empresa mineradora do Brasil, a segunda maior do mundo, abrindo espaço amplo para atuação das mineradoras privadas.

A agressividade do pacto entre os dirigentes políticos nacionais e os setores econômicos nesse breve período, esteve inserida no processo já apresentado nesta pesquisa, acerca do Consenso de Washington. Uma fusão dos interesses dos dirigentes do estado e o capital financeiro que preconizava os interesses voltados para a boa reprodução do capital, sobre as iniciativas estatais e, inclusive, a compreensão de que as boas práticas de governança e mesmo a capacidade de geração de bem-estar público depende dos processos de crescimento dos capitais investidos.

2.2 As redes globais de produção e a estratégia corporativa

A proposta analítica em torno das Redes Globais de Produção (HENDERSON *et al*, 2011) pode ser útil tanto para aterrissar uma visão geral sobre o desenvolvimento, quanto para integrar em torno de um conceito comum à multiplicidade de agentes, a temporalidades e a escalas envolvidas nos atuais processos de valorização do capital em nível global. Elas podem cumprir no plano da análise econômico-corporativa e social da ação empresarial o que a categoria de elites orgânicas internacionais cumpre no plano político institucional na viabilização dos interesses empresariais. Contribuem na busca de respostas a algumas questões importantes para para essa pesquisa. “O que as firmas fazem, onde o fazem, porque o fazem, porque são autorizadas a fazê-lo, e como organizam este fazer através de diferentes escalas geográficas” (HENDERSON *et al*, 2011, p. 146).

A análise através do conceito de Redes Globais de Produção, mais especificamente a relacionada à RGP do minério de ferro contribui para a compreensão do caso específico estudado aqui, a exploração de ferro da mineradora Anglo American em Conceição do Mato Dentro. Este empreendimento é fruto da expansão da atividade minerária no Brasil que no período foi marcado por um incremento significativo na extração de minérios do subsolo

brasileiro. O PIB mineral cresceu entre 2001 e 2013 mais de 500%. Os negócios agro-minerais se estabeleceram definitivamente como componentes essenciais da economia brasileira. A “indústria extrativa” alcançou a marca de 5% do PIB, crescendo cerca de 150% entre 2001 e 2011.

A mineração brasileira já nasceu de forma associada ao grande capital internacional. Desde os processos de acumulação originária, iniciados no século XVII com a mineração de ouro e diamantes em Minas Gerais, explorados diretamente por Portugal, mas que alimentaram a revolução industrial inglesa. Nesse novo período trata-se da mineração moderna em grande escala, sustentada em alta intensidade tecnológica e de capital, mais voltada para matérias-primas do que para metais preciosos. Segundo o geólogo Claudio Scliar:

O Interessante é que a grande indústria mineral no Brasil iniciou com um acordo concebido em 1942 em Washington em plena II Guerra Mundial. A Inglaterra 'doou' as minas da Itabira mining, os EUA montariam a Csn e o Brasil viabilizaria o carvão mineral e a infraestrutura sob o comando do Getúlio. Entendo que a chegada e o fortalecimento das grandes empresas mineradoras no Brasil não tem a ver apenas com as políticas neoliberais dos anos 1990. São anteriores como demonstra a chegada da Bethlenn Steel no manganês da serra do navio no Amapá e os investimentos em pesquisa mineral da United Steel que resultaram na descoberta de Carajás, repassado para a Vale pelos militares, os projetos da Alcan e Alcoa na extração de bauxita, produção de alumina e alumínio nos anos 1970 e muitos outros (SCLiar, 2016).

As RGP tem um fundamento interessante que é a busca por

reorientar a atenção para as circunstâncias sociais sob as quais as mercadorias são produzidas e consumidas e, assim, evitar o perigo constante de deslizar para uma percepção das mercadorias como blocos de construção desumanizados envolvidos na produção de outras mercadorias (RAMALHO; CARNEIRO, 2016, p. 82).

Complexificando tanto os processos analisados desde a perspectiva mais estatal, tanto os que tendem a se fixarem mais nas firmas.

A rede de produção global tal como proposta aqui, é um quadro conceitual que é capaz de apreender as dimensões social e econômica globais, regionais e locais dos processos envolvidos em muitas (embora de modo algum todas as) formas da globalização econômica. Redes de produção – o nexo de funções e operações interligadas através das quais bens e serviços são produzidos, distribuídos e consumidos – tornaram-se tanto organizacionalmente mais complexas quanto cada vez mais globais em sua extensão geográfica. Essas redes não apenas integram firmas (e partes de firmas) em estruturas que obscurecem fronteiras organizacionais tradicionais – por meio do desenvolvimento de diversas formas de relações de equidade e não-equidade –, mas também integram economias nacionais (ou partes dessas economias) de formas que possuem implicações colossais para seu bem-estar. Ao mesmo tempo, a natureza e a articulação precisas das redes de produção

centradas na firma são profundamente influenciadas pelos contextos sociopolíticos dentro dos quais elas estão enraizadas. O processo é especialmente complexo porque enquanto os últimos são essencialmente específicos ao território (principalmente, embora não exclusivamente, ao nível do Estado-nação), as redes de produção em si não o são. Elas ‘atravessam’ as fronteiras estatais de formas altamente diferenciadas, influenciadas em parte, por barreiras regulatórias e não-regulatórias e por condições socioculturais locais, para criar estruturas que são ‘descontinuamente territoriais’ (MILANEZ; SANTOS, 2013).

Em torno das noções de valor, poder e enraizamento, relacionados à RGP do minério de ferro podemos iniciar uma aterrissagem no processo de acumulação que relaciona a pequena cidade de Conceição do Mato Dentro, com Londres, Beijin. Como o mercado de terras, as dinâmicas comunitárias e ecológicas da Serra do Espinhaço em Minas Gerais, coincidem com a exploração de diamantes, o Apartheid, e o capital bancários da Família Rotschild e JP Morgan.

Na formulação original das RPGs, Henderson et al. fazem referência a duas formas básicas de enraizamento: territorial, que se refere às diferentes formas de ancoragem espacial e; de rede, concernente às relações inter-firmas em rede. A estas formas, Hess soma uma terceira, particularmente importante, o enraizamento social, que se refere à história e às origens sócio-culturais dos agentes – econômicos e não econômicos a partir da perspectiva aqui adotada (SANTOS, 2011, p. 136).

Rodrigo Santos, frisa ainda um aspecto importante na perspectiva de Henderson *et al* (2011), relacionando essa abordagem com a “acumulação por espoliação” de Harvey (2004) e com a abordagem das “trocas ecológicas desiguais”, de Martinez-Alier (2001) e Acselrad (2004). O regime da competição capitalista como a origem da expansão espoliativa, principal detonador de conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004). Essa perspectiva é fundamental para a análise aqui desenvolvida, pois relaciona o processo de conflitividade inaugurado com a aterrissagem da firma no território como uma dimensão importante em seu enraizamento.

Essa é uma das vantagens da abordagem das RPGs, a capacidade de conectar as ações dos agentes econômicos, político-institucionais, sociedade civil associada e agentes de contestação social, superando uma visão euclidiana de espaço, distância (HENDERSON *et al*, 2011) e fronteira. Sem perder de vista, no entanto, nem o destino centralizador do movimento em seu conjunto, que é a valorização do capital, nem o protagonismo irradiador da ação burguesa. Essa concepção multiagente das RPGs a diferencia das demais abordagens, como Cadeia de Valor, Cadeia Global de Commodity e Cadeia de Valor Global, que no mais das vezes se restringem ao aspecto econômico da análise da ação empresarial (HENDERSON *et al*, 2011).

A RGP do minério de ferro no Brasil tem destacada importância; é, em termos de valores em 2015, entre os minerais metálicos, 61,7% do total produzido e 54,84% do total exportado. Ultrapassou os US\$ 14 bilhões, do total de US\$ 26,67 bilhões exportados na forma de minerais metálicos. Em relação à produção bruta alcançou a marca de 430.836.327 toneladas (DNPM, 2016). Estes valores foram produzidos por 66 minas de ferro em operação, todas à céu aberto, sendo que 41 delas sendo consideradas grandes (produção bruta (ROM) anual maior que 1.000.000 toneladas), 15 médias (produção bruta (ROM) anual maior que 100.000 e até 1.000.000 de toneladas) e 10 de pequeno porte -- produção bruta (ROM) anual até 100.000 t (DNPM, 2016). A entrada em operação da mina da Anglo American contribuiu para que a partir de 2015 houvesse um incremento da extração de ferro no Brasil. Simultaneamente, como toda a sua produção é destinada à exportação, a mina da Anglo American reforça o perfil extrovertido da economia brasileira e, em especial, de seu setor minerário.

Bruno Milanez e Rodrigo Santos (2015), ensejam parte do objeto desta pesquisa em artigo intitulado “A RGP da Anglo American e Conflitos Socioambientais na Mineração de Ferro: valor, poder e enraizamento no Projeto Minas-Rio”:

Em resumo, defende-se um enfoque analítico centrado no território e no conflito de forma a ampliar a capacidade do modelo em apreender os nexos mutuamente condicionantes entre a estratégia corporativa e fenômenos não econômicos e formas de ação postas em práticas por agentes políticos e sociais na configuração de uma junção-chave da RGP da Anglo American (MILANEZ; SANTOS, 2015).

Tabela 2: Participação no Mercado e Produção de Minério de Ferro (2012-2016)

Empresa	Participação no mercado	Produção de minério de ferro (mil toneladas)		Varição
	2012	2012	2016	2012-2016
Vale	76%	360.000	425.000	18%
CSN e Namisa	8%	38.000	89.000	134%
MMX	3%	13.000	42.500	227%
Ferrous Resources	1%	3.000	40.000	1.233%
Anglo American	1%	5.500	35.000	536%
Samarco	5%	24.000	30.500	27%
Mineração Usiminas	3%	12.000	29.000	142%
Outras	3%	15.300	118.000	671%
Total		470.800	809.000	72%

Fonte: IBRAM e Brasil Mineral (MILANEZ; SANTOS, 2015)

A Rede Global de Produção do Ferro conecta-se com outras redes globais e se engrena, como em um sistema de polias, em outros processos históricos e espaciais. O

funcionamento dessa engrenagem é que vai fazer com que os destinos da pequenina cidade de Conceição do Mato Dentro e a gigante Anglo American venham a se cruzar.

2.3 Breve história e posição atual da Anglo American

A Anglo American é uma empresa de destaque no mercado de minérios, há décadas se encontra entre as maiores mineradoras do mundo. Fundada em 1917, foi fruto dos processos de concentração de capitais a partir do espólio das potências derrotadas na I Guerra. Uma breve biografia de seu fundador lança luz sobre a origem e os fundamentos dessa mega mineradora.

Ernest Oppenheimer, nasceu na Alemanha, em maio de 1880, aos 17 anos foi trabalhar na Dunkelsbuhler & Company, mineradora de diamantes na África do Sul. Na altura da I Guerra Mundial já havia se tornado um destacado investidor na indústria de diamantes, quando as ações dos investidores alemães da empresa foram apreendidas pelos governos britânico e sul-africano. Como saída para este confisco Ernest funda, em 1917, a Anglo-American em sociedade com John Pierpont Morgan (do Banco JP Morgan). A empresa tem uma rápida ascensão, fruto combinado da injeção de capital inglês e americano e do despojo dos investidores alemães, seus conterrâneos (KONCZACKI; PARPART; SHAW, 1991).

O crescimento da fortuna de Oppenheimer esteve ligado à quebra do cartel de diamantes da empresa De Beers, fundada em 1880, controlada por Cecil Rhodes e financiada pelo banco NM Rothschild & Sons (fundado em 1811) e do magnata dos diamantes Alfred Belt, no início do século XX. Após a descoberta da mina de onde foi extraído o maior diamante do mundo – o diamante Cullinan tinha duas vezes o tamanho de qualquer diamante já descoberto – essa mina logo igualou toda a extração sul-africana, mas seu proprietário recusou-se a vender para o monopólio da De Beers, vendendo para Ernest Oppenheimer, que em seguida foi nomeado para agente local do Londres Syndicate e depois prefeito de Kimberley por dez anos. Mais tarde, em 1926, entrará para o conselho da De Beers e em 1929 se tornará seu presidente. Atualmente a De Beers é a maior empresa de diamantes do mundo, controla o conjunto a cadeia produtiva e comercial. A Anglo American detém 85% do capital da empresa (em novembro de 2011, a família Oppenheimer anunciou a venda da totalidade da sua participação de 40% na De Beers para Anglo American. O negócio custou US\$ 5,1 bilhões) e o governo de Botswana detém os 15% restantes.

Trata-se de uma propulsão do capital financeiro, como o elemento dinâmico das iniciativas imperialistas (HOBSON, 1981). Bancos como NM Rotschild e o JP Morgan, associando-se a investidores que desempenhavam papel econômico destacado nos regimes coloniais, especialmente os subordinados à Coroa Inglesa. Há um exaustivo e interessante debate sobre o conceito e os desdobramentos históricos do imperialismo. Para os objetivos deste trabalho a exposição do Hobsbawn (1988) sobre esse período, denominado Era dos Impérios, é suficiente:

O imperialismo do final do século XIX foi indubitavelmente "novo". Foi produto de uma era de concorrência entre economias industrial-capitalistas rivais, falo novo e intensificado pela pressão em favor da obtenção e da preservação de mercados num período de incerteza econômica; em suma, foi uma era em que "tarifas alfandegárias e expansão tornam-se a reivindicação comum às classes dirigentes". Foi parte de um processo de abandono de um capitalismo de políticas públicas e privadas de *laissez-faire*, o que também era novo, e implicou o surgimento de grandes sociedades anônimas e oligopólios, bem como a crescente intervenção do Estado nos assuntos econômicos. O imperialismo pertencia a um período em que a parte periférica da economia mundial tornou-se crescentemente significativa. Foi um fenômeno que pareceu tão "natural" em 1900 como teria parecido implausível em 1860. Mas se não fosse por essa vinculação entre o capitalismo pós-1873 e a expansão ao mundo não-industrializado, há dúvidas até sobre se o "imperialismo social" teria tido o mesmo papel que desempenhou na política interna dos Estados que estavam se adaptando à política eleitoral de massa. Todas as tentativas de isolar a explicação do imperialismo do desenvolvimento específico do capitalismo no fim do século XIX devem ser encaradas como exercícios ideológicos, embora freqüentemente eruditos e às vezes argutos. Ainda nos restam as perguntas relativas ao impacto da expansão ocidental (e, a partir dos anos 1890, japonesa) sobre o resto do mundo, e as relacionadas ao significado dos aspectos "imperiais" do imperialismo para os países metropolitanos. A primeira destas perguntas pode ser respondida mais rapidamente que a segunda. O impacto econômico do imperialismo foi significativo, mas, é claro, o que ele teve de mais significativo foi sua profunda desigualdade, pois as relações entre metrópoles e países dependentes eram altamente assimétricas. O impacto das primeiras sobre os segundos foi dramático e decisivo, mesmo sem ocupação efetiva, ao passo que o impacto dos segundos sobre as primeiras pode ser insignificante e raramente foi uma questão de vida ou morte (HOBSBAWN, 1988, p. 69-70).

Essa passagem tem, além do intuito de demonstrar as origens históricas da empresa, relacionar o debate do novo imperialismo com a perspectiva das redes. Não se trata de criticar a multinodalidade e complexidade das redes, mas reforçar a dimensão do desenvolvimento desigual e combinado na relação entre os pontos nodais da rede. Ajuda também a perceber que os desdobramentos contemporâneos da entrada da Anglo American em Conceição do Mato Dentro estão inseridos em uma complexa teia de temporalidades, com origem pelo menos no século XIX.

Necessariamente, os padrões de atuação e os fundamentos da ação da mineradora fundada na África do Sul se modificaram nesses cem anos de sua existência. Não

necessariamente eles deixaram de se fundamentar pela lógica da dominação através do binômio colonialismo/imperialismo (HARVEY, 2004). A atuação junto ao regime colonial permitiu que a empresa conquistasse condições de exploração oligopólica dos bens naturais minerários na África do Sul, inclusive através da superexploração da força trabalho local, firmando apenas em 1983 seu primeiro contrato coletivo com o Sindicato Nacional de Trabalhadores da Mineração (National Union of Mineworkers) (MATTERA, 2008). Essa atuação incorpora uma quantidade significativa de trabalho morto, na forma de capital que lhe permite uma posição vantajosa no sistema de competição e acumulação capitalista contemporâneo.

A abordagem da acumulação por espoliação apresentada por David Harvey (2015) em seu livro “O novo imperialismo” na busca de sistematizar um debate secular acerca do subconsumo e da crise de sobreprodução, relacionados à expansão do capital (haveria apenas uma acumulação originária nos primórdios do capitalismo ou essa acumulação originária seria permanente? Nos termos da polêmica que Rosa Luxemburgo postulava ante o pensamento de Karl Marx), torna-se bastante relevante para este trabalho na busca da compreensão da dinâmica de subordinação dos lugares de Conceição do Mato Dentro ao processo de acumulação global do capitalismo. Nesse aspecto, esta perspectiva também se coaduna com o debate do imperialismo extrativo apresentada por James Petras.

Atualmente, a Anglo American opera 57 minas em nove países, rol dentro do qual o Brasil aparece em terceiro lugar com oito minas, atrás da Austrália com nove e da África do Sul com 26. Sete dessas minas extraem minério de ferro, fazendo com que o número de minas desse minério seja o quarto, atrás da Platina com nove, dos diamantes com 11 e do carvão com 19. Este quadro demonstra uma empresa razoavelmente diversificada, operando minas de 8 minérios diferentes. No entanto, em 2014, a exploração de ferro e manganês, cobre e diamantes somaram 76% dos resultados da empresa, mostrando que há uma concentração em torno de alguns minérios (ANGLO AMERICAN, 2016a).

As dificuldades na operacionalização do empreendimento brasileiro em Conceição do Mato Dentro somou-se ao cenário descendente dos preços das bens minerais e contribui para uma variação negativa do EBITDA¹¹ da empresa entre os anos 2008 e 2014, da ordem 33%, foram necessários US\$ 4 bilhões de investimentos adicionais que não estavam previstos no cronograma inicial do projeto. Ainda assim, a Anglo American foi apontada pelo Financial

11 EBITDA significa em inglês ‘Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

Times, em 2014, como a sexta maior mineradora do mundo em valor de mercado. (MILANEZ e SANTOS, 2013)

A Anglo American iniciou suas atividades no Brasil em 1973, com a exploração de níquel no estado de Goiás. Atualmente opera minas de níquel, nióbio, fosfatos e minério de ferro.

Nesses processos, e fixando-me a partir de agora mais detidamente sobre o meu objeto, não são estruturas para-humanas que se movimentam. Ao contrário, são ações deliberadas e relações humanas que enquadram os destinos da reprodução do capital. Buscar-se-á compreender aqui a estratégia corporativa para a viabilização do empreendimento minerário da Anglo American em Conceição do Mato Dentro. Este trabalho não se insere na longa série de estudos que aprofundam o tema do ponto de vista da Administração e da Economia sobre as estratégias corporativas. Aqui se deterá a atenção não exatamente na estratégia de business, apesar de levá-la em conta, mas na racionalidade estratégica para a viabilização do “enraizamento” da firma no território, em diálogo com a abordagem de Henderson *et al* (2011).

2.4 Estratégia corporativa e dispositivos expropriatórios

O conceito de estratégia é derivado da arte da guerra. Há uma miríade importante de diferenças entre seus usos, especialmente por conta de sua utilização em um período muito amplo e em regiões e situações muito diversas. Há muita distância entre seu significado para o general chinês Sun Tzu, que viveu meio século antes do nascimento de Cristo (apesar de seus escritos serem muito aplicados ainda na atualidade em diferentes áreas) e o significado dado a este conceito militar pelo general prussiano Carl von Clausewitz (1996). Este último, inclusive por conta do período histórico sobre o qual atuou, estabelece um laço indissociável entre guerra e política e, portanto, tem sua visão de estratégia permeada não apenas pela batalha. Essa visão pode guardar alguma semelhança, com a evidente diferença de não tratarmos aqui de batalhas militares, com a concepção de estratégia corporativa utilizada aqui, justamente por incorporar a dimensão política e social ao objetivo central estratégico, nesse caso econômico-corporativo.

No seu sentido genérico, estratégia é aquilo que se diferencia da tática por conta da natureza de seus objetivos, mas está associada a ela, pois complementam-se. Apenas como uma ilustração, a estratégia, em termos militares, pode ser a ocupação de uma cadeia de

montanhas, a tática seria a opção de ocupar essas montanhas por sua face sul, norte, leste ou oeste. Se diferenciariam, pois, por uma questão de escala, de qualidade e de importância dos objetivos.

O debate acerca das estratégias corporativas, no mais das vezes se resume à ação empresarial no mercado e teria quatro variações básicas: as estratégias competitivas, a estratégia de internacionalização produtiva, a estratégia de desenvolvimento tecnológico e a dinâmica de cooperação com outras empresas/instituições (DE PAULA, 2003). Não cabe aqui fazer uma longa digressão sobre a literatura tão diversa acerca das estratégias corporativas, especialmente na área de administração, mas balizar algumas questões centrais que terão determinação no nível da tática de enraizamento local da empresa.

As decisões de estratégia empresarial mais relevantes relacionadas ao objeto desta pesquisa dizem respeito ao movimento da Anglo American no sentido de diversificar sua carteira de operações minerárias dando maior centralidade à exploração do minério de ferro e, por conseguinte, de optar por adquirir no Brasil parte do projeto Minas-Rio. Essa decisão de escala internacional, no entanto, não tem implicações apenas no que diz respeito ao portfólio da empresa. Ela se desdobra em consequências que atingem tanto o país de origem dos investimentos, nesse caso a Inglaterra, e uma pequena parcela na África do Sul, quanto a estrutura produtiva do país para os quais se destinam esse investimento (Brasil) e também tem efeitos no mercado mundial de minérios. A empresa em seu site dá uma declaração que evidencia bastante este aspecto: “Our portfolio of world-class competitive mining operations and undeveloped resources provides the raw materials to meet the growing consumer-driven demands of the world’s developed and maturing economies” (ANGLO AMERICAN, 2017).

Essa ideia é complementada por um fact-sheet da própria empresa no qual afirma o seguinte: “It is company policy for excess cash balances to be repatriated to the Corporate Centres by way of dividends or deposits” (ANGLO AMERICAN, 2016b).

Após a tomada dessa decisão mais ampla e investidos os bilhões de dólares que ela impunha à empresa, foram necessárias uma série de ações estratégicas e táticas para viabilizar o empreendimento de acordo com as expectativas de rentabilidade que ele previa. Dentre elas, os acordos de longo prazo com os responsáveis pela operação do Porto do Açu, garantindo condições diferenciadas de tarifas no embarque de minério. A Anglo American, em acordo à época com a LLX, garantiu um contrato de 25 anos, no qual a mineradora pagará uma tarifa bruta portuária de US\$ 7,10 por tonelada, ou de US\$ 5,15 por tonelada se a participação da

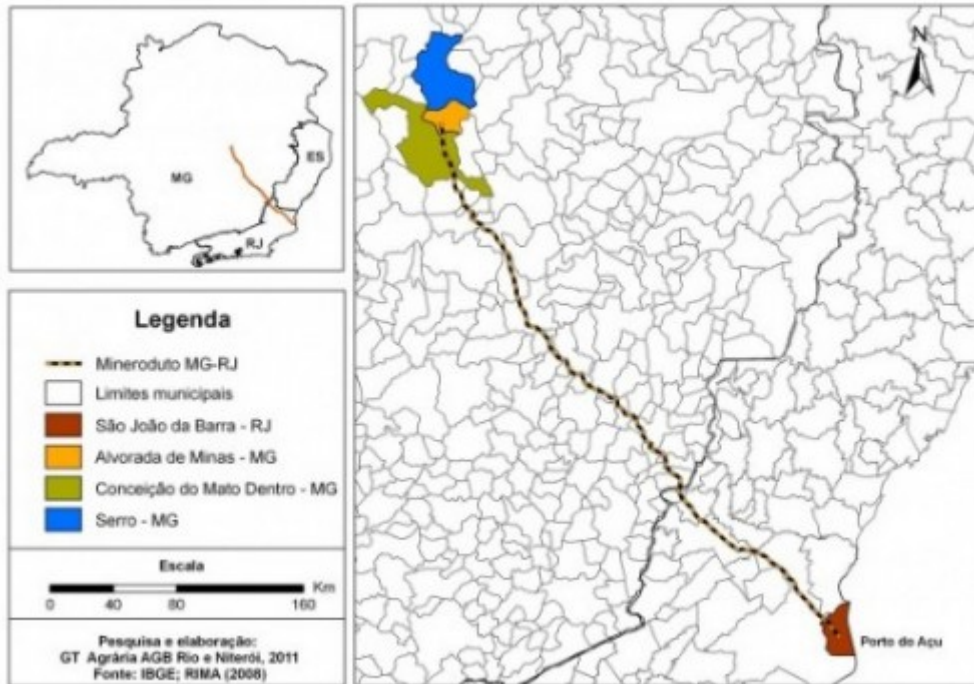
empresa no porto for levada em conta. A tarifa portuária será aplicada à primeira fase do projeto Minas-Rio, que está previsto para produzir 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Se o volume de minério de ferro transportado superar esse montante, será aplicada uma tarifa bruta mais baixa de US\$ 4,25 por tonelada, se não houver necessidade de expansão portuária (MANGUEIRA, 2010).

É necessário ressaltar uma outra dimensão, também de caráter estratégico, relativa à conexão do capital da empresa com o capital financeiro. Foge do escopo dessa pesquisa estudar essa relação de um ponto de vista totalizante sobre as diversas operações da empresa, mas faz-se necessário estudar esses vínculos no que diz respeito ao projeto no Brasil. A empresa conta atualmente com dois empréstimos no BNDES que totalizam cerca de R\$ 4,4 bilhões, que tem como prazo de amortização 2023. O método de amortização desses empréstimos também passa por um processo de trocas de moedas cruzadas, através da operação do mercado financeiro londrino chamado US\$ Libor¹². Estes movimentos atingem uma cifra de US\$ 1,8 bilhões, incluindo derivativos (ANGLO AMERICAN, 2016b).

O projeto Minas-Rio é um dos maiores empreendimentos mineiro-portuários do mundo. A mina em Conceição do Mato Dentro é uma das maiores do país, formará uma extensa cava na vertente leste das serras do Sapo/Ferrugem, em uma extensão contínua estimada de 12,25km, impactando uma área de aproximadamente 612,5 hectares e duas cavas em Itapanhoacanga, localizadas no município de Alvorada de Minas, que deverão impactar uma área de cerca de 342,27 hectares. Uma pilha de estéril externa à cava da Serra do Sapo/Ferrugem, totalizando uma área de 162,5 hectares, e outra pilha de estéril externa à cava sul de Itapanhoacanga, na vertente leste, totalizando uma área de 73,06 hectares. Além disso, possui uma barragem de rejeitos de grande porte, prevista para alcançar cerca de 875 hectares alagados, recebendo todo o efluente proveniente da usina de beneficiamento, situada à montante da referida barragem e com capacidade para receber 370 milhões de m³ de rejeitos. No projeto de expansão da mina do Sapo, conhecido como step 3, prevê-se o alteamento da cota da barragem para 700 metros. Esse é o primeiro alteamento previsto, em projetos futuros ainda deverão ocorrer mais dois alteamentos na presente barragem (FERREIRA ROCHA, 2015).

¹² A **taxa de juros LIBOR dólar americano** é a taxa de juros média interbancária utilizada por um grande número de bancos no mercado monetário londrino para empréstimos mútuos sem garantia realizados em dólares americanos.

Figura 2: Mapa Projeto Minas-Rio



Fonte: IBGE

Para o beneficiamento do minério a mina conta com uma área industrial localizada nos municípios Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro, sendo aproximadamente 70% em Alvorada e 30% em Conceição, na qual estão instaladas as plantas de beneficiamento, escritórios de apoio operacional, oficinas mecânicas e elétricas, além de pátios de insumos e resíduos, e sistemas de controle ambiental. Sua implantação impactará uma área de 162 hectares. Conta também com uma adutora de água nova no município vizinho de Dom Joaquim, com diâmetro de 30 polegadas e 32km de extensão, com captação no rio do Peixe até a área industrial e a implantação de uma subestação de energia e de uma estação de bombeamento. Na etapa de implantação foram construídas estruturas temporárias de apoio, como alojamentos e canteiro de obras (BARCELOS, 2014).

Figura 3: Mina em Conceição do Mato Dentro



Fonte: Google Earth

Do ponto de vista da estratégia corporativa para viabilização desse grande empreendimento, a logística sempre cumpriu um papel destacado. O gigantismo do Porto do Açu e do mineroduto (maior do mundo) são partes inseparáveis da mina e tem um papel central na possibilidade de auferir lucratividade em um mina onde o minério de ferro tem um teor relativamente baixo se comparado ao ferro encontrado em Carajás, por exemplo. Portanto, instalar e operar essa cadeia logística no menor prazo sempre esteve no centro das iniciativas da Anglo American. Quando a empresa adquire os ativos da MMX tratava-se muito mais de um projeto de empreendimento do que de um empreendimento em si.

Bunker e Cicantell (2005), inspirados no “Coração das Trevas” de Joseph Conrad e a expedição de exploração do Rio Congo, vão associar ao processo de constituição de cada vez maiores economias de escala, em lugares cada vez mais distantes dos principais centros industriais e explorando quantidade de recursos naturais nunca antes vistas; com a capacidade de desenvolver redes logísticas com uma capacidade de carga gigantesca, e com velocidade e custos cada vez menores. Essas novas economias de escala têm significação importante para a contemporaneidade, pois modificam as relações entre matéria, espaço e tempo e demandam intensamente para sua operacionalização energia e tecnologia. Apesar de voltado

especialmente para Carajás o livro lança luz sobre a questão fundamental em torno dessas mega-estruturas logísticas, discutindo a forma como se dão as configurações sistêmicas e as conexões interescares que determinam um predomínio dos países centrais nessa dinâmica, e fortemente voltado para estabilizar o acesso internacional a recursos naturais e a energia em países remotos, fundamentais para a acumulação das economias industrializadas. Ao mesmo tempo, como a tecnologia precisa criar formas de adaptação às condições concretas de traslado dessas matérias-primas, localização e características físicas dos recursos naturais.

Ao lado da logística, o enraizamento no território é um ponto chave para viabilização da operacionalização da Rede Global de Produção no território, o que torna a busca pela legalidade e legitimidade um ponto de partida, mas que em se deparando com as resistências, os impactos e as reações contrárias à instalação de corporação, combinam-se com iniciativas de criminalização, repressão e contra-insurgência. Nessa parte do trabalho se buscará compreender melhor como a busca por legalidade, legitimidade e a coerção se inserem no interior do estratégia corporativa da empresa.

No processo de enraizamento a categoria “poder” tem um papel fundamental, pois determina a configuração das relações multiagentes. Na perspectiva de Henderson *et al* (2002), essa variedade de agentes determina também o conteúdo, a forma e os objetivos do poder, que poderiam ser corporativo institucional e coletivo. No caso de Conceição do Mato Dentro a relação entres estas três formas de poder se mostra bastante evidente e mais uma vez é possível perceber que a interação entre estas dimensões da vida social não se dá de forma simétrica. Nesse sentido, é importante perceber o desequilíbrio que há entre a capacidade do poder coletivo, qual seja, aquele que emana da vida comunitária, e também das resistências ao empreendimento, e do poder corporativo, o poder da empresa, em acessarem o poder institucional, que na realidade brasileira cumpre um papel central na regulação/desregulação do empreendimento.

2.5 A aquisição do empreendimento

Em julho de 2007 a Anglo American iniciou a compra de sua participação na MMX Minas-Rio, alcançando o controle de 49% das ações do empreendimento. O comunicado obrigatório publicado no dia 16 de julho de 2007, regulado pela “Lei das Sociedades de Ações” é revelador dos fundamentos principais do projeto. Por isso vale a pena reproduzi-lo abaixo:

A MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX” ou a “Companhia”) vem, em atendimento ao disposto no artigo 157 da Lei nº. 6.404/76, bem como ao que prevê a Instrução CVM nº 358/02, comunicar o que segue:

Centennial Asset Mining Fund LLC (“Centennial Asset”), detentora de quase a totalidade das ações da Centennial Asset Participações Minas-Rio S.A. (“Centennial Minas-Rio”), nessa sexta-feira, 13 de julho de 2007, realizou a venda de 100% das ações de sua propriedade de emissão da Centennial Minas-Rio, por meio de um leilão na Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo, pelo preço de R\$1.317.336.806, equivalente na data a US\$ 704.081.671. As ações objeto do leilão foram adquiridas integralmente pela Anglo American Participação em Mineração Ltda. (“Anglo American”), uma subsidiária integral da Anglo American plc.

Mediante liquidação do leilão em bolsa, que deverá ocorrer na quarta-feira, 18 de julho de 2007, de acordo com as regras da Bovespa, a Anglo American subscreverá novas ações de emissão da MMX Minas-Rio Mineração S.A. (“MMX Minas-Rio”) e da LLX Minas- Rio Logística S.A. (“LLX Minas-Rio”), mediante a realização de aumento de capital no valor global de US\$ 874.349.788, fazendo com que a Anglo American aumente sua participação no capital da MMX Minas-Rio e da LLX Minas-Rio (as “Empresas Minas-Rio”) para 49%. Também na data da liquidação, a MMX e suas subsidiárias celebrarão acordos de acionistas com a Anglo American e a Centennial Minas-Rio, já em sua situação de subsidiária integral da Anglo American plc, relacionados à governança corporativa das Empresas Minas-Rio. No fechamento da operação, as partes também celebrarão outros acordos suplementares, que incluirão um contrato de prestação de serviços técnicos com uma coligada da Anglo American, por meio do qual as Empresas Minas-Rio terão acesso à inteligência e à expertise técnica e de mineração da Anglo American, e um contrato de prestação de serviços corporativos com a MMX, por meio do qual esta proverá serviços administrativos, gerais e especiais.

Também no contexto da operação, a MMX, sua subsidiária LLX Logística S.A. e a Anglo American acordaram reestruturar a reorganização societária das Empresas Minas-Rio.

Doravante, a MMX Minas-Rio será responsável pela construção e operação tanto das minas de minério de ferro em Minas Gerais como do mineroduto do Sistema Integrado MMX Minas-Rio. A LLX Minas-Rio será responsável por construir e operar o Porto do Açú, exclusivamente para o manejo de produtos de minério de ferro.

Adicionalmente, de acordo com os documentos que serão assinados na liquidação da operação, as partes acordaram que a LLX Açú Operações Portuárias S.A. (“LLX Açú”), uma subsidiária da LLX Logística S.A. (“LLX”), terá acesso ao Porto do Açú e a sua infraestrutura para construir e operar atividades logísticas e de carga para terceiros, mediante pagamento de uma taxa por navio/por tonelada para a LLX Minas Rio. A LLX Açú terá o direito de expandir o Porto do Açú conforme será acordado de tempos em tempos com a LLX Minas-Rio e terá o direito de realizar operações portuárias no Porto do Açú, sendo que o transporte de minério de ferro terá prioridade de embarque.

O Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração da MMX, Eike F. Batista, comentou que “o fechamento da operação com a Anglo American marca o início de uma associação altamente promissora. Esperamos e pretendemos promover o crescimento do Sistema Integrado MMX Minas-Rio até a sua capacidade plena, alavancando as aptidões geográficas e geológicas do Sistema. A MMX e a Anglo American, juntas, formarão a plataforma ideal para crescimento das atividades de

mineração na região. O fechamento deste negócio abrirá, também, o caminho para o crescimento da unidade de negócios independente da LLX (MACHADO, 2007).

O que justifica essa longa reprodução do comunicado da MMX é a diversidade de aspectos que contribuem para a compreensão do empreendimento, a partir desse momento, da Anglo American.

Em primeiro lugar, a multiplicidade de pessoas jurídicas que complexificam e quase nublam por completo a possibilidade de compreensão da cadeia dominial envolvendo as empresas. Em primeiro plano aparece uma figura praticamente desconhecida nesse processo que é empresa Centennial Asset Mining Fund LLC, empresa de Eike Batista, com sede nos Estados Unidos. Essa empresa é que fazia a alavancagem de capital para as empresas de Eike no Brasil, como a MMX e a LLX (GONÇALVES, 2012). A Anglo American adquiriu a totalidade das ações da Centennial referentes ao projeto Minas-Rio, por cerca de US\$ 705 milhões. Mas não adquiriu de forma direta e sim através da Anglo American Participação em Mineração Ltda, uma subsidiária. Há uma teia de empresas e subsidiárias tanto por parte da Anglo American como por parte das empresas de Eike Batista, que compartilham responsabilidades parciais comuns e distintas umas das outras.

Nessa teia, outra empresa crucial para a aquisição total por parte da Anglo American do projeto Minas-Rio é a IronX. Em 31 de março de 2008 a Anglo adquire 63,47% dessa empresa que por sua vez era dona de 51% da MMX e de 70% do Sistema MMX Amapá. Ao mesmo tempo, ela abre um leilão de compra de todas as outras ações da IronX que circulam no mercado aberto com o intuito de fechar seu capital e sair do chamado “novo mercado” (CVM, 2008), circunscrevendo a totalidade do projeto a um empreendimento Anglo American. A partir desse momento a IronX vai passar a ser denominada como Anglo Ferrous Brazil S.A.

Esse processo de incorporações, por sua vez, traz consigo as movimentações já realizadas pela MMX previamente, e aqui cabe destacar 3 delas:

1. O processo de aquisição de terras em Conceição do Mato Dentro e região, será tratado mais detidamente adiante, mas uma das chaves para sua compreensão está na análise da atuação da empresa Borbagato Agropastoril, que tem como finalidade a negociação, intermediação e administração de ativos imóveis. Seu nome é revelador de dois aspectos: a) Borba Gato, o famoso bandeirante que possibilitou o avanço colonizador para o interior do Brasil, foi um dos primeiros portugueses a alcançar a Serra do

Espinhaço e abrir caminho para novos colonizadores que em seguida iriam iniciar a exploração de metais preciosos na região. Utilizar seu nome para uma empresa de incorporação imobiliária na região é muito simbólico e reforça a ideia da continuidade colonial apresentada mais acima; b) apesar da empresa se chamar Agropastoril, sua vinculação não é com a atividade agropecuária e sim com a mineração, pois a data de sua fundação (06 de fevereiro de 2007) coincide com o processo de instalação da MMX no território e - misteriosamente, já que no mundo corporativo prevalece a máxima de que não existe “almoço grátis” - 99,9% de seu controle acionário foi cedido gratuitamente à MXX, ainda no primeiro semestre de 2007, que a incorpora em seu patrimônio e que em seguida seria transferido para a Anglo American.

2. Os empréstimos e financiamentos já concedidos ao empreendimento seguem em curso e suas garantias e bens penhorados passam a ser avaliados pela nova empresa controladora do negócio. O Unibanco abriu a maior linha de crédito (combinando empréstimos diretos, atuação como fiador para conseguir valores com outras instituições financeiras e financiamento por meio de penhora de títulos minerários) no valor total de cerca de US\$ 1,5 bilhões. O Itaú também abriu uma linha de crédito de cerca de US\$ de 9 milhões para o empreendimento e em junho de 2007 o BNDES reconhece o enquadramento do Sistema Minas-Rio para fins de financiamento e também abrirá linhas de crédito. Esses empréstimos e financiamentos vão aumentando e diversificando suas linhas de crédito; se eram 4 do Unibanco e um do Itaú em 2006, no primeiro trimestre de 2007 já eram dez linhas de crédito apenas no Unibanco. Esse encadeamento entre a empresa minerária e os bancos gera um processo de financeirização dos ativos minerários. A MMX penhorou um de seus títulos minerários, ainda em fase de pesquisa, para viabilizar um empréstimo do Unibanco no valor de R\$ 50 milhões. Há um alto grau especulativo nesses movimentos já que sem a conclusão dos processos de pesquisa não se pode precisar inteiramente a extensão e a qualidade das jazidas minerais.

Vale lembrar também das modificações no Código da Mineração em 1996, que tornavam o processo de aquisição de direitos minerários mais cartoriais, retirando da esfera do planejamento público e deixada mais sob o aspecto de cumprimento de ritos administrativos. Além disso, tornou-se mais fácil, também naquela ocasião, a

transferência de títulos minerários de um a outro interessado, o que é a brecha para a viabilização dessas mudanças de titularidades cada vez mais mercantis.

Um aspecto importante, que revela tanto a dimensão da financeirização do empreendimento, quanto seu encadeamento com a Rede Global de Produção do minério de ferro, é a decisão em estabelecer o padrão dólar como “moeda funcional” do empreendimento, como consta no Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

concluiu que o dólar norte-americano é a moeda funcional da Companhia e suas controladas a partir de 31 de julho de 2008. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram mensurados utilizando-se a moeda funcional dólar, que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Projeto Minas Rio está inserido e a forma como este é, de fato, administrado (ANGLO AMERICAN, 2013).

Os bancos têm, portanto, um papel central tanto no alavancamento do empreendimento, quanto no processo de avaliação e intermediação no processo de mudança do controle acionário do Sistema Minas-Rio e ainda no encadeamento do empreendimento com o mercado global. O Itaú BBA e o Credit Suisse atuaram como assessores financeiros da MMX e UBS Pactual como assessor financeiro da Anglo American. Isso se deve tanto à imbricação da indústria extrativa com o sistema bancário, quanto à complexidade da teia de ativos, holdings, negociações no mercado aberto de valores.

3. As vendas de ferro no mercado futuro também fazem parte dessa teia financeira e a empresa GULF Industrial Investment Co., com sede no Bahrain e com atuação no mercado de pelotas de minério de ferro, fez duas compras consecutivas (em novembro de 2006 e março de 2007) que alcançaram o montante de 13 milhões de toneladas de ferro a serem ofertadas tanto pelo Sistema Amapá, quanto pelo Minas-Rio. Vejam o quão prévio foi esse investimento futuro, apenas em 2014 realizar-se-ia o primeiro embarque de ferro oriundo da mina.

Outro aspecto relevante que o documento traz a tona diz respeito à divisão de responsabilidades quanto a construção e operacionalização da mina, do mineroduto e do porto. Estes aspectos são reveladores da centralidade da operação logística para a extração do minério propriamente dita. É interessante perceber também como o Porto do Açú, apesar de poder ser ampliado para outras atividades, inclusive previstas em seu projeto inicial, tem

como finalidade principal, e deverá priorizá-la frente às outras, a exportação de minério de ferro. Ele é ao mesmo tempo um empreendimento minerário e um empreendimento logístico. E na atual configuração a parte logística não é mero meio para a atividade extrativa, ela em si busca ser fonte geradora de receitas para seus detentores. Não à toa que em setembro de 2007 um fundo de pensão canadense (Ontario Teachers Pension Plan) adquire, por US\$ 185 milhões, 15% da LLX.

2.6 A atuação prévia da MMX

O primeiro passo para viabilização de um empreendimento minerário no Brasil é a aquisição dos direitos minerários referentes à área que se quer explorar. No caso do projeto Minas-Rio essas aquisições iniciaram em agosto de 2005 e prosseguiram ao longo de 2006, em torno de direitos minerários estratégicos de grande e de menor porte, e em torno de interesses de pesquisa mais secundários. As iniciativas de compra de direitos minerários mais importantes são as referentes à aquisição dos processos minerários da MPC Mineração e Pesquisa Ltda. por um total de US\$ 75 milhões e os processos minerários de José Marcílio Nunes Filho, por cerca de R\$ 40 milhões. A negociação é feita entre as partes e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) consolida estas transferências através de ato discricionário interno.

Tabela 3: Tabela DNPM

DNPM	Substância requerida	Infra-estrutura	Área Requerida (ha)	Titularidade	Localização
830.286/2004	Minério de ouro	Lavra	872,5	MMX	Itapanhoacanga
830.422/2006	Minério de ferro	Pilha de estéril e cava	1.470,72	MMX	Itapanhoacanga
832.978/2002	Cromo	Pilha de estéril e lavra	641,08	MMX	Sapo e Ferrugem
832.979/2002	Cromo	Lavra, Pilha de estéril, ITM, canteiro de obras, sub-estação de energia, estação de bombeamento e barragem	619,27	MMX	Sapo
830.359/2004	Minério de ouro	Lavra	1538,79	MMX	Sapo e Ferrugem
831.617/2005	Minério de manganês	Barragem de rejeito e ITM	1.439,52	MMX	Sapo
832.666/2005	Quartzito	Barragem de rejeito	3,21	MMX	Fazenda Água Santa
832.809/2005	Quartzito	ITM	56	MMX	Sapo
831.185/2006	Minério de ferro	Lavra	9,6	MMX	Ferrugem
830.407/2007	Minério de ferro	Lavra	17,48	Min. Trindade	Sapo e Ferrugem
830.409/2007	Minério de ferro	Lavra	2,08	Min. Trindade	Ferrugem
832.833/2007	Minério de ferro	Lavra	32,9	Mtransminas	Sapo
832.834/2007	Minério de ferro	Lavra	4,75	Mtransminas	Sapo
830.122/2007	Minério de ferro	Barragem de rejeito	3,75	Vale	Sapo
832.835/2007	Minério de ferro	ITM	94,5	Mtransminas	Sapo

Fonte: Parecer Único SISEMA 001/2008

Outro aspecto prévio fundamental para a viabilização do empreendimento é a aquisição de terras. A Constituição Federal considera os recursos minerais, inclusive os do subsolo como bens da União. O Código de Mineração em vigor em seu artigo 59 materializa essa prioridade ao afirmar que:

Art. 59. Ficam sujeitas a servidões de solo e subsolo, para os fins de pesquisa ou lavra, não só a propriedade onde se localiza a jazida, como as limítrofes.

Parágrafo único. Instituem-se Servidões para:

- a) construção de oficinas, instalações, obras acessórias e moradias;
- b) abertura de vias de transporte e linhas de comunicações;
- c) captação e adução de água necessária aos serviços de mineração e ao pessoal;
- d) transmissão de energia elétrica;
- e) escoamento das águas da mina e do engenho de beneficiamento;
- f) abertura de passagem de pessoal e material, de conduto de ventilação e de energia elétrica;
- g) utilização das aguadas sem prejuízo das atividades pre-existentes; e,
- h) bota-fora do material desmontado e dos refugos do engenho (BRASIL, 1967).

Portanto, o direito minerário se sobrepõe ao direito de propriedade da terra, ou seja, mesmo que o proprietário da terra se oponha à extração mineral, a legislação em vigor garante que o empreendimento possa se instalar (obviamente se cumprir os ritos do licenciamento ambiental e do aval municipal), depositando em juízo a TAH (Taxa Anual por Hectare), devida ao DNPM por quem explora o subsolo.

Mesmo assim o processo de aquisição de terras é fundamental em três aspectos: diminui as partes envolvidas na extração mineral em si e isso tem impactos tanto na possibilidade de contestação do empreendimento, quanto nos custos efetivos; viabiliza a operacionalização das atividades relacionadas à mineração como a planta de beneficiamento, as captações de água tanto para o mineroduto como para o uso no beneficiamento e a própria segurança do empreendimento já que se cria um cinturão de áreas privadas nas quais são proibidas a entrada; e além disso, as terras se tornam um ativo fundamental para as empresas já que seu processo de valorização foi exponencial. Segundo o Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Vulmar Procópio (Entrevista, 2016), houve uma supervalorização

das terras da região a partir da chegada da mineração, o hectare teria passado de cerca de R\$ 2.000 para R\$ 15.000 e R\$ 40.000 em áreas sem influência direta da mineração e em áreas de influência da atividade minerária, respectivamente. Essa aquisição de terras permite também que a empresa realize as compensações ambientais decorrentes do licenciamento em terras próprias, criando um cinturão verde de Reservas Particulares de Patrimônio Natural.

A estratégia inicial da MMX foi a ludibriação e a omissão dos verdadeiros intuitos com a aquisição de terras na região. Quem fez os primeiros contatos para a compra de terras foram representantes da empresa Borbagato Agropastoril S.A. Essa empresa se apresentava como voltada para interesses agrícolas na região, para alguns falava que estava interessada na compra de terras para plantações de eucalipto, para outros afirmou que tinha interesse em produção agropecuária, para outros na compra de cavalos. Em nenhum dos contatos iniciais para aquisição de terras a empresa mencionava o fato de ter ligações com interesses minerários. Ao final da ação pela aquisição de terras, iniciada pela MMX e concluída pela Anglo American, a extensão de terras adquiridas foi bastante expressiva, tornando o empreendimento um dos principais detentores fundiários da região. Vulmar Procópio estima que “a Anglo, hoje, deve ter aí em torno de quase 5.000 hectares de terras, ou mais” (PROCÓPIO, 2016).

Outro movimento foi no sentido de atuar na fragilidade da titulação de terras de muitas famílias. Em Conceição do Mato Dentro há uma forma particular na relação propriedade/posse da terra pelas famílias locais. Quando da morte dos proprietários, não se realiza a transferência do título para os herdeiros, mantendo o usufruto e a posse para o conjunto de herdeiros, sem a formalização da troca de titular. A essa forma de gestão das propriedades familiares denominam localmente como “terra de bolo” (PROCÓPIO, 2016).

Uma ação tomada pela empresa mineradora foi a compra de parcelas dessas terras, direto com um dos herdeiros e depois se aproveitar da insegurança jurídica dos demais para requerer a reintegração de posse do conjunto da área, muitas vezes impedindo a entrada dos demais proprietários/posseiros e sem esperar a anuência dos demais herdeiros ou mesmo aguardar a conclusão de inventários em curso. (BARCELOS, 2013).

Este processo de aquisição de terras tem efeitos importantes para além da modificação da estrutura fundiária do município. Há um impacto significativo sobre a produção agropecuária que declina e com a supervalorização imobiliária que vai ter desdobramento na própria estrutura socioeconômica da cidade. Estas transformações serão abordadas de forma

mais detida a seguir, quando será tratada justamente da corporatização do território de Conceição do Mato Dentro¹³.

2.7 Licenciamento e estratégia institucional

Paralelamente à aquisição de terras, dá-se início a um esforço concentrado para viabilização de 5 instrumentos legais imprescindíveis para operacionalização da mina: a autorização de lavra do DNPM, a Licença de Operação do licenciamento ambiental estadual e federal (o mineroduto foi licenciado pelo IBAMA), a outorga de recursos hídricos, a anuência municipal e o licenciamento do Porto do Açú, pelo INEA no Rio de Janeiro. Estes procedimentos são fundamentais do ponto de vista do enraizamento do projeto e reveladores das relações de poderes existentes para sua viabilização. Analisando tanto a sua forma, o que diz respeito ao ritmo e ao fatiamento de diversos processos comuns em etapas distintas, quanto ao seu conteúdo, ou seja, seus objetivos declarados nos Estudos de Impacto Ambiental, por exemplo, e também as omissões e as subnotificações de questões que dizem respeito aos impactos ao meio ambiente e à afetação de famílias e comunidades.

No dia 19 de setembro de 2014, a Anglo American conseguiu a autorização de lavra junto ao DNPM. Nesse órgão o processo tornou-se bastante cartorial, ou seja, pouco determinado por uma visão estratégica pública e mais subordinado ao cumprimento de rituais relativamente burocráticos, como foi demonstrado acima, quando tratou-se das modificações no Código de Mineração nos anos 90. Não houve um processo de avaliação pública sobre a concessão minerária para exploração do subsolo, sob nenhum aspecto, nem relativa a um plano nacional de exploração minerária, nem tampouco sob a perspectiva do desenvolvimento local. Não há também licitação ou abertura de concorrência para a exploração de determinada jazida mineral, já que no Brasil impera o modelo da “prioridade” no trâmite dos processos minerários, ou seja, quem requer primeiro determinada área para pesquisa, passa a ser o “proprietário” desse direito minerário e, se cumprir todos os procedimentos exigidos pelo DNPM, adquire a autorização de lavra para si. No caso do empreendimento da Anglo American trata-se de alguns processos minerários, em fases distintas, que acompanham também o processo de expansão da própria mina, em suas etapas I, II e III.

13 A corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que desse modo a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução dos problemas sociais e locais. O orçamento é uma norma que, nesse caso, resolvendo um aspecto do conflito distributivo, em favor da economia globalizada, agrava outros (SANTOS, 2004).

Basicamente para a consecução da autorização de lavra, deve-se apresentar uma documentação comprovando a titularidade do direito minerário, a área específica na qual se irá minerar e a capacidade financeira para realização do empreendimento - este procedimento pode ser realizado através de um formulário eletrônico disponibilizado no site do DNPM. Os principais documentos necessários são os seguintes, previstos no artigo 38 do Código de Mineração:

I - Certidão de registro do titular na Junta Comercial Estadual, em original ou cópia autenticada, com situação ativa;

II - Definição gráfica da área pretendida, que será preenchida no formulário do pré-requerimento eletrônico, de acordo com a Portaria DNPM nº 263/2008, além de planta de situação e de detalhe;

III - Plano de aproveitamento econômico (PAE) assinado por técnico legalmente habilitado;

IV - Prova de disponibilidade de fundos, de acordo com o parecer PROGE nº 177/2003 (disponível na página do DNPM na internet), no qual constam os seguintes exemplos: a) Atestado de capacidade financeira, em original ou cópia autenticada; b) Demonstração de instalação dos equipamentos necessários à exploração; c) Disponibilidade de máquinas e equipamentos próprios ou de terceiros, com atestado feito por técnico do DNPM após vistoria in loco; d) Contrato de financiamento.

V - Licença ambiental obedecendo os critérios da Resolução CONAMA nº 237/1997 (DNPM, 2012).

O processo de licenciamento, por ser mais permeado pelo debate público, é o que demanda ação estratégica permanente para aquisição das licenças ambientais previstas na legislação para empreendimentos potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. Como visto acima, é a Resolução CONAMA nº 237/1997 que divide o licenciamento em três fases. A Licença Prévia que basicamente aprova a localização, a concepção do empreendimento e estabelece condicionantes a serem cumpridas nas fases posteriores. A Licença de Instalação, que permite que o empreendimento inicie o processo de se estabelecer no território, de acordo com as condicionantes da Licença Prévia, construindo as primeiras construções e investimentos em capital fixo. Por fim, a Licença de Operação que permite que o empreendimento inicie seu funcionamento desde que cumpridas as exigências e condicionantes fixadas nas etapas anteriores do processo de licenciamento (CONAMA, 1997).

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são instrumentos técnicos fundamentais nesse processo, previstos na Constituição Brasileira, através dos quais o empreendedor deve apresentar os potenciais impactos e as medidas mitigadoras que serão desenvolvidas para a operação do projeto. A Resolução CONAMA 001/86 estabelece quatro dimensões que devem constar nos EIAs: análise dos meios físicos, biológicos, ecossistemas naturais e meio socioeconômico. Para isso, se estabelece também a necessidade de uma equipe multidisciplinar que será responsável técnica pelos resultados apresentados (CONAMA, 1986). Devem ser determinadas nesses estudos as Áreas de Influência Direta (AID), bem como as Áreas de Influência Indireta (AII), fazendo com que assim se delimite a localização do empreendimentos e os possíveis ecossistemas e comunidades humanas impactados pelo mesmo. Os custos desse processo correm por conta do proponente do empreendimento e a escolha das empresas de consultoria e dos pesquisadores que os realizam também são de responsabilidade da empresa, determinando que a abordagem trazida em tais estudos, em geral, sejam mais uma defesa da viabilidade do empreendimento do que um questionamento crítico sobre os impactos do mesmo.

Por fim, nessa breve apreciação do licenciamento ambiental, vale destacar que a participação da sociedade civil não tem caráter definidor sobre os resultados do licenciamento. Este aspecto é tratado também na Resolução CONAMA 001/86 e além de subordinar o acesso às informações ao sigilo industrial, faculta ao órgão licenciador a realização de Audiências Públicas:

Artigo 11 - Respeitado o sigilo industrial, assim solicitando e demonstrando pelo interessado o RIMA será acessível ao público. Suas cópias permanecerão à disposição dos interessados, nos centros de documentação ou bibliotecas da SEMA e do estadual de controle ambiental correspondente, inclusive o período de análise técnica,

§ 1º - Os órgãos públicos que manifestarem interesse, ou tiverem relação direta com o projeto, receberão cópia do RIMA, para conhecimento e manifestação,

§ 2º - Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental e apresentação do RIMA, o estadual competente ou o IBAMA ou, quando couber o Município, determinará o prazo para recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais interessados e, sempre que julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA (CONAMA, 1986).

Esta ausência de abertura para a contribuição crítica oriunda da sociedade tem um efeito importante que é a subavaliação dos impactos e dos impactados pelo empreendimento.

No caso do EIA/RIMA apresentada para obtenção da Licença de Operação houve nítida subnotificação de comunidades e famílias potencialmente atingidas pelo empreendimento, fato que possibilitou a realização de um diagnóstico alternativo sobre a Área Diretamente Afetada e a Área de Influência Direta da Mina da Anglo American (DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA, 2011). Este diagnóstico realizado em 2011 trouxe à tona, além de um quantitativo de atingidos pelo empreendimento diferente do apresentado pela empresa, uma outra forma de compreender as injustiças socioambientais dos mais variados tipos, que também estavam ausentes na abordagem empresarial (FERNANDES, 2016).

Um aspecto fundamental no licenciamento do empreendimento é a opção da empresa de fragmentar o licenciamento, dividindo cada parte do empreendimento em procedimentos separados (mina, mineroduto, porto) e separando ainda as próprias etapas de requalificação e expansão do projeto (etapas I, II e III). Essa fragmentação determina que o tratamento administrativo, político e institucional também seja realizado de forma fragmentada. Então, o mineroduto foi licenciado no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; o Porto do Açú, destino do minério transportado pelo mineroduto, projetado de forma simultânea e integrada à extração mineral, foi licenciado pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, órgão do Rio de Janeiro; o complexo minerário (mina, planta de beneficiamento e barragem de rejeitos), a linha de transmissão e a captação de água foram licenciados por órgãos do Sistema Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais – SISEMA, ligado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) (CONFLITO..., 2016). Este Sistema tem como órgãos fundamentais no licenciamento o Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF). A partir de 2006, houve um processo de fragmentação ainda maior no processo de licenciamento em Minas Gerais, no qual as atribuições do COPAM e da SEMAD foram descentralizadas para unidades regionais, quais sejam as Unidades Regionais Colegiadas (URCs) e as Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SUPRAMs).

Esse fatiamento também tem efeito direto sobre as formas de reivindicação das comunidades e famílias afetadas. Por exemplo, as comunidades do Turco e da Cabeceira do Turco sofrem impactos oriundos da instalação do mineroduto, que tem o IBAMA como órgão licenciador e a comunidade de Água Quente é afetada pela barragem de rejeito, sob

licenciamento dos órgãos estaduais de Minas Gerais. Mas em verdade é impossível distinguir estes impactos fragmentadamente, pois atuam de forma sinérgica. A fragmentação faz com que muitas vezes os órgãos públicos se eximam da responsabilidade de dar respostas satisfatórias às demandas dos moradores, sob a justificativa de não se tratar de aspecto do projeto referente à sua responsabilidade administrativa, fortalecendo uma dinâmica de fragilização das vozes comunitárias.

Essa fragmentação não se deu apenas entre partes e fases distintas do próprio empreendimento, ela ocorreu no interior do processo de aquisição da Licença de Instalação, que foi dividida em duas fases - LI Fase 1 e LI Fase 2. Isso se deu por conta das fragilidades iniciais do Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela empresa, que demandou uma série de novas condicionantes:

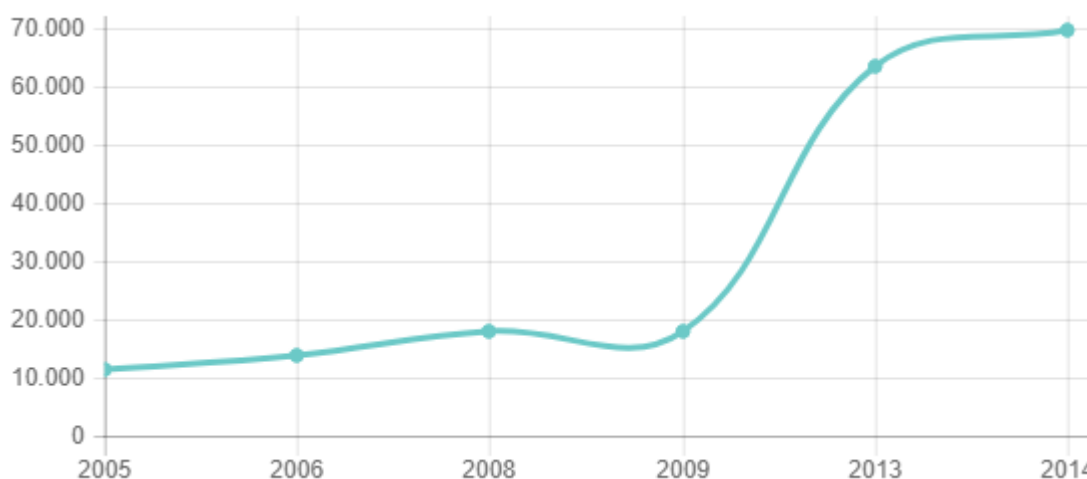
As características críticas do processo de licenciamento ambiental geraram uma avalanche de medidas condicionantes sendo: na Licença Prévia (LP), em 2008, 101 medidas condicionantes entre itens e subitens, sendo destas 33 específicas ao empreendimento; 12 relativas ao meio biótico; 56 relativas ao meio socioeconômico, além de 2 condicionantes da COPASA, 6 condicionantes do IBAMA e 6 condicionantes gerais. Em síntese, o não cumprimento efetivo e integral de tais condicionantes gerou a fragmentação da Licença de Instalação (LI) em 2 fases (LI Fase 1 e LI Fase 2). (...) Tendo em vista a redefinição e os ajustes em condicionantes, negociadas e aprovadas pelo conselho da URC-Jequitinhonha chegou-se a mais de 270 condicionantes, o que caracteriza os percalços e falhas do processo de gerenciamento do empreendimento frente às exigências legais e o respeito à construção social local (PEREIRA; PEREIRA, 2012).

É preciso atentar que a literatura aqui abordada acerca do papel desses Conselhos e Órgãos ambientais, não os apresenta propriamente como fóruns nos quais se há uma hegemonia de atores críticos ao empreendimento. O processo de composição e funcionamento desses Conselhos tendem a se auto-representar como espaços representativos e democráticos, refletindo determinada pluralidade de interesses e perspectivas e espaços dialógicos e pedagógicos de dirimção de conflitos e construção de consensos. No entanto, as condições de acesso a estes espaços são determinadas por formas distintas de acúmulo de capital simbólico, técnico e/ou econômico e ainda se restringem ainda mais a partir da constituição de uma “elite interna” que com o domínio das normas e dos *habitus* relativos à atuação na política ambiental. Essa conformação, analisada a partir da perspectiva de Bourdieu, vai ser definida como oligarquização da política ambiental mineira (CARNEIRO, 2005).

Além da fragmentação do processo de licenciamento ambiental, a companhia mineradora orienta seus esforços para garantir o apoio dos governos à frente das diferentes

instâncias do estado no processo de licenciamento. Há elementos que sugerem que nos licenciamentos há uma tensão econômico-política que faz com que os governantes tendam a uma posição favorável aos empreendimentos. No que diz respeito à mina de ferro, foi o órgão estadual quem realizou o licenciamento ambiental. Há alguns descompassos entre a decisão política-institucional e a análise técnica multidisciplinar dos empreendimentos, em geral prevalecendo a primeira sobre a segunda. A hegemonia da compreensão que associa megaempreendimentos desse perfil com a possibilidade de desenvolvimento, geração de renda e empregos; a fragilidade dos órgãos ambientais para verificação empírica das informações do EIA-RIMA e para fiscalização do cumprimento das condicionantes ambientais; a possibilidade de um incremento extraordinário do orçamento público¹⁴ e; a permeabilidade do estado brasileiro aos interesses privados¹⁵.

Gráfico 2: *Receitas Orçamentárias Realizadas (Unidade: R\$ x1000)*



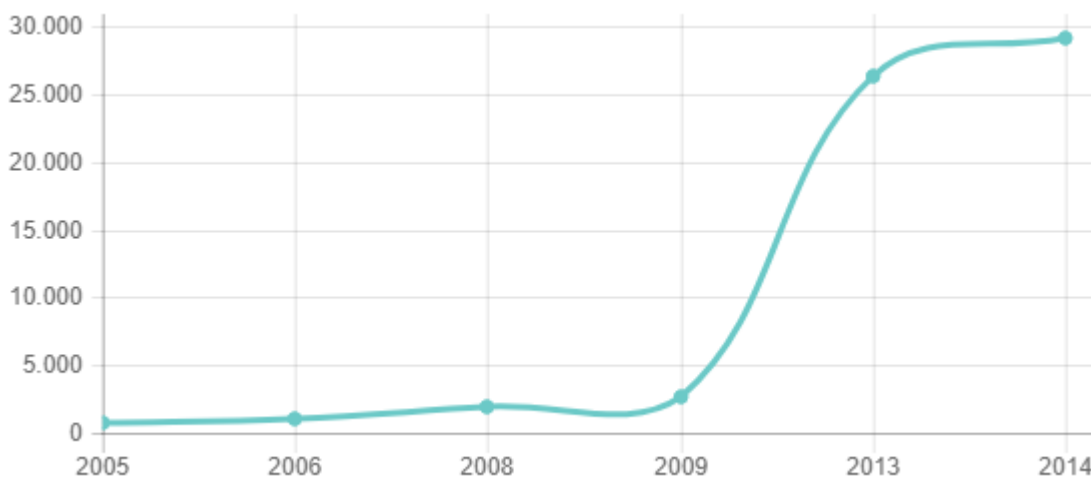
Fonte: IBGE Cidades

E é fácil verificar que a instalação do empreendimento está fortemente vinculada ao acréscimo da arrecadação municipal quando verificamos que o montante do crescimento da arrecadação oriunda das receitas propriamente tributárias foi cerca da metade do crescimento total da arrecadação.

14 O orçamento municipal saltou de cerca 6 milhões ao ano, antes da instalação do projeto para cerca de 120 milhões por ano.

15 Assumindo aqui a perspectiva apresentada por Sergio Buarque (1986) que define o patrimonialismo brasileiro. Que seria o sistema político no qual aqueles que detêm as funções públicas não reconhecem uma fronteira entre os desígnios do público e do privado. Os funcionários patrimoniais dão escoamento a objetivos particulares, acabando por conceber o Estado como um círculo fechado e pouco acessível “a uma ordenação impessoal”.

Gráfico 3: Receitas orçamentárias realizadas / tributárias (Unidade: R\$ x 1000)



Fontes: IBGE Cidades

O ISS salta de praticamente zero em 2005 para R\$ 25,7 milhões em 2014. A variação do valor arrecadado com o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU, não sofreu variação tão significativa, passando de R\$ 75 mil para 98 entre 2005 e 2014. As transferências da União com Destino à Conceição pulam de R\$ 6.657 para R\$ 18.949, no mesmo período.

O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG) um amplo parecer sobre o “Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio”, elaborado pela Consultoria Ferreira Rocha Gestão de Projetos Sustentáveis, a serviço da Anglo American, de acordo com a legislação brasileira (ZHOURI et al, 2014). Essa atualização foi derivada das fragilidades constantes do Estudo de Impacto Ambiental, já apontadas acima, fazendo com que a URC Jequitinhonha em sua 43ª Reunião Ordinária, em 10 de junho de 2010, tomasse a seguinte decisão:

Que seja custeado pela empreendedora Anglo Ferrous, um laudo confeccionado por empresa independente, de notório saber técnico, a ser indicada pela Comissão de Atingidos, relativamente à caracterização da ADA-Área diretamente afetada e AID-Área de influência direta. Prazos: 20 dias para a indicação de 03 empresas, pela Comissão de Atingidos, devendo a indicação ser protocolada no escritório da Anglo Ferrous em Conceição do Mato Dentro. 20 dias para a contratação da empresa indicada. Na reunião da URC subsequente à contratação, apresentação da metodologia (REUNIÃO ORDINÁRIA DA URC JEQUITINHONHA, 2010, linhas 584 a 591).

Desse processo, resultou a contratação da consultora *Diversus* para realização dos estudos, que foram realizados entre setembro e dezembro de 2010, com a metodologia

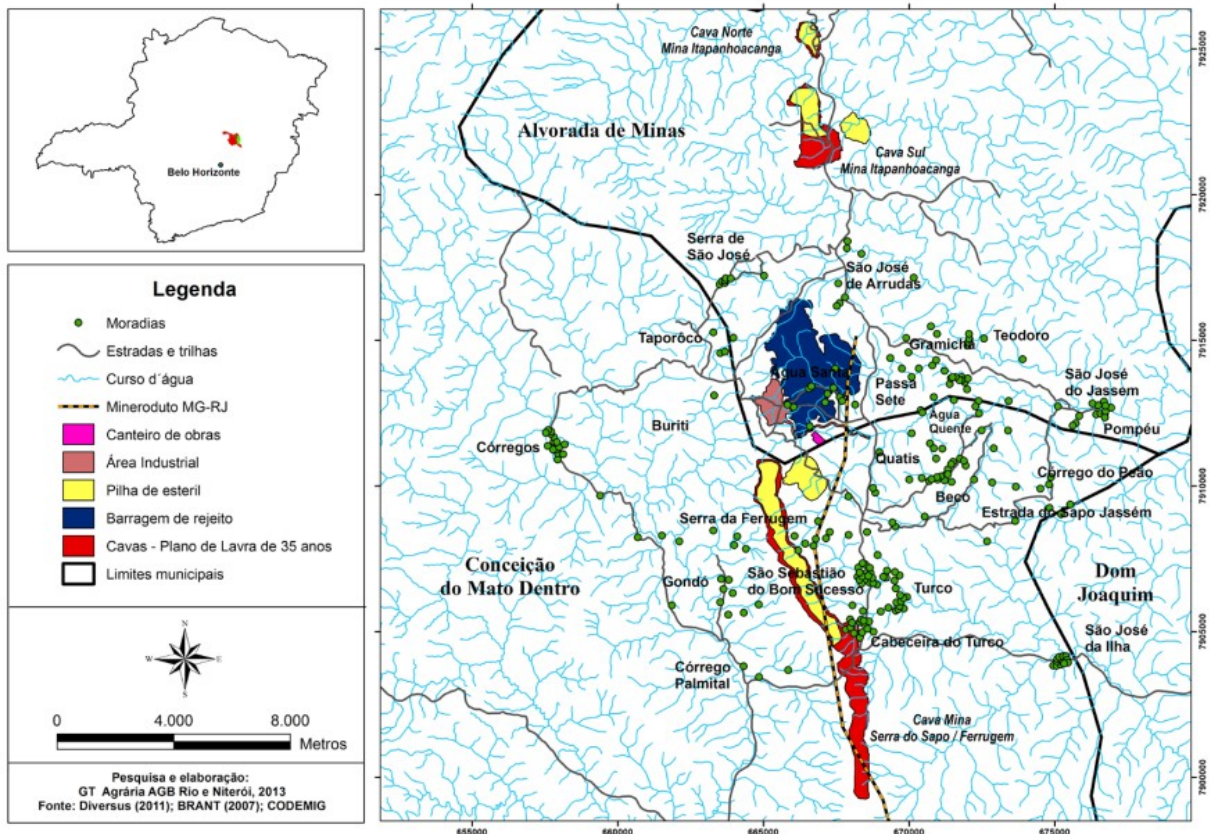
aprovada na 45ª Reunião Ordinária da URC Jequitinhonha, conforme previsto em decisão anterior. Esse diagnóstico extra, sob escolha realizada fora do âmbito da empresa, é uma peça relativamente inovadora se considerarmos o conjunto dos procedimentos de licenciamento ambiental realizados nos diversos estados do Brasil. No entanto, percebe-se também que suas conclusões foram incorporadas apenas de forma periférica, estabelecendo a condicionante de número 70, determinando a inclusão, “no novo Programa de Negociação Fundiária realizado a partir da condicionante 91, dos novos moradores considerados diretamente impactos/atingidos pelo levantamento que está sendo realizado pela empresa Diversus” (SISEMA, 2008).

É interessante perceber que a existência desse diagnóstico alternativo se torna conflitante com o processo formal do licenciamento e, em especial, com o Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela empresa em pelo menos dois níveis. No nível qualitativo epistemológico e no nível quantitativo material. A abordagem sócio-antropológica trazida no diagnóstico da Diversus, com entrevistas quantitativas e grupos focais com atingidos e não atingidos pelo empreendimento, considerando dimensões como religiosidade, variações de percepção sobre a qualidade de vida com a chegada do empreendimento, expectativas de benefícios e prejuízos, a sensação de segurança e sobre os usos diversos dados ao território, incluindo lazer e comunicação, é bastante distinta da que propõe os manuais de elaboração de EIA/RIMAs, que seguem o marco geral da legislação ambiental, e que subsumem toda essa complexidade dentro do eixo meio sócio-econômico. Essa distância qualitativa e epistemológica talvez esteja associada à origem do olhar sobre o território. A empresa e o estado tendem a acompanhá-la nesse raciocínio, pensam no processo de afetação do empreendimento como possíveis custos, medidas reparatórias pecuniárias, desapropriações. Por isso tendem a olvidar aspectos que não têm equivalentes monetários, como os vínculos comunitários e territoriais ancestrais, forma de ser/estar com uma rigidez locacional muito forte (pra usar um termo bastante frequente no discurso minerário), que só uma análise que ausculte a perspectiva das comunidades e pessoas envolvidas poderia trazer. Nesse sentido, a abordagem antropológica é sempre de grande valia, apesar de praticamente inexistente nos diferentes Estudos de Impacto Ambiental apresentados ao longo de todo o processo.

Essa distinção qualitativa tem efeito também sobre as conclusões quantitativas. Ao tentar subordinar a qualidade de atingido pelo empreendimento a uma dimensão de cartografia formal, os estudos encomendados pela empresa ignoram que o território não se constitui a partir das fronteiras políticas instituídas pelo projeto corporativo. O mapa

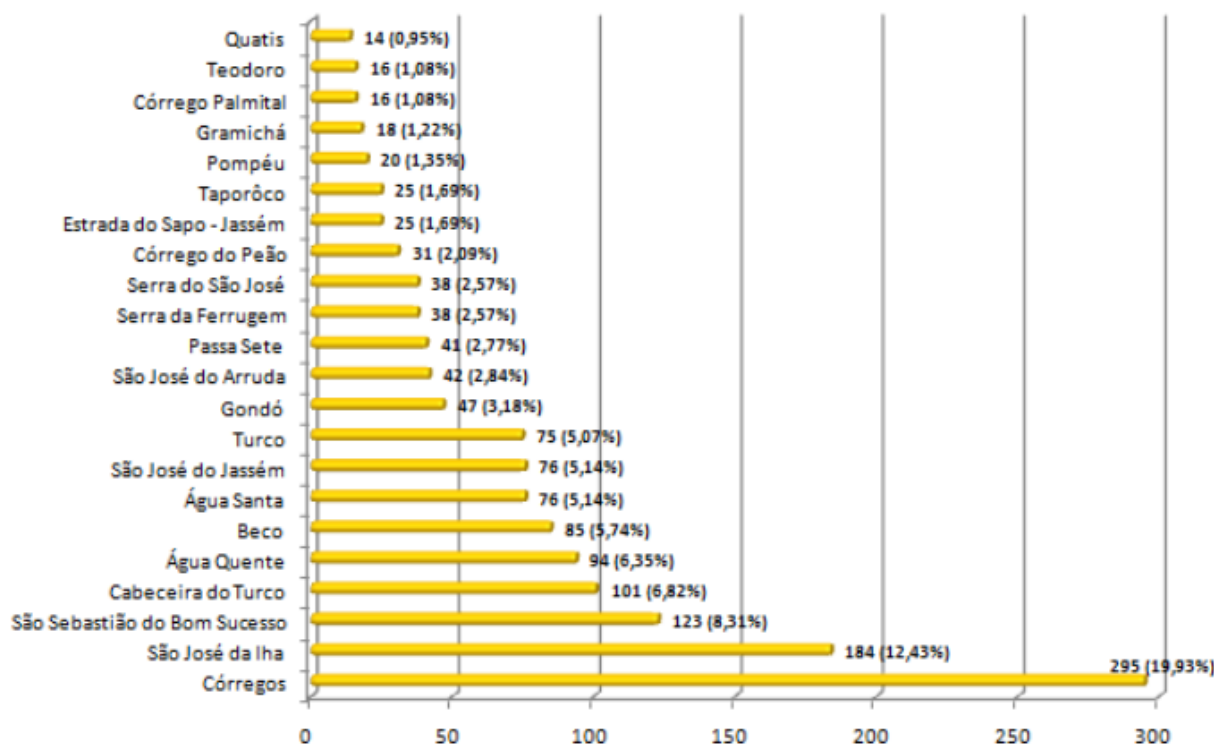
produzido pelo diagnóstico da Diversus demonstra que a compreensão sobre o afetamento pelo empreendimento não tem derivação apenas nas questões da proximidade física com o empreendimento. É possível ver nesse mapa o sistema de drenagem local conectando comunidades e o empreendimento em torno dos usos comuns das águas. Comparando a área delimitada como “Estruturas” no mapa abaixo e a Área Diretamente Afetada no EIA/RIMA da extensão da Mina do Sapo (FERREIRA ROCHA, 2016) é possível perceber que as delimitações cartográficas tendem a subestimar a própria concepção dos moradores acerca da noção de afetação. Naturalmente, a localização é um aspecto importante na determinação de quem de fato é atingido pelo empreendimento minerário, no entanto, ela não pode ser o único fator a se levar em conta, devido à complexidade e ao gigantismo do projeto, a autocompreensão como atingidos, por exemplo, deve ser um fator determinante também nessa definição dos sujeitos e comunidades sob afetamento .

Figura 4: Mapa dos Atingidos pela extensão Mina Sapo



Fonte: Diversus (2011)

Gráfico 4: Número de Moradores por Localidade



Fonte: Diversus (2011)

Esse conflito interpretativo, a partir da entrada em cena de uma consultoria independente da predileção da Anglo American, reorientou também o arranjo institucional deliberado pela URC Jequitinhonha. A partir de fevereiro de 2012, inicia-se uma mudança de rota inesperada, esvaziando o poder de decisão da URC Jequitinhonha e fortalecendo como instância de decisão os órgãos superiores da SEMAD. Em reunião da SEMAD, na qual compareceram Diversus, SUPRAM e Anglo American, estas duas últimas expressaram dúvidas referentes à ausência de informações no Diagnóstico Socioeconômico e Cultural elaborado pela Diversus, acerca de “quem estaria na ADA e quem estaria na AID”. Por conta disso, a empresa de consultoria apresentou documento intitulado “Adendo ao Diagnóstico Socioeconômico”, encaminhado à SUPRAM no dia 28 de agosto de 2012. Segundo o GESTA/UFMG, é possível denotar dessa iniciativa da empresa e da SUPRAM uma afronta à decisão da 42ª Reunião Ordinária da URC Jequitinhonha na qual se compreendia a definição de atingidos levando em conta “as relações sociais dos atingidos, com quantidades de pessoas da família, laços com a comunidade, o que está sendo atingido e de que forma está sendo atingido, enfim, todas as questões sociais dos moradores das propriedades. O cadastro patrimonial são os bens existentes, todas as benfeitorias das propriedades”. Portanto,

buscando mais do que a criação de um cadastro/listagem de nomes e propriedades, um diagnóstico sócio-antropológico (ZHOURI *et al*, 2014).

A partir dessa fragilização da deliberação da URC Jequitinhonha e, por conseguinte, da construção de um diagnóstico mais completo das afetações impostas pelo empreendimento, se iniciou um processo de realocação da perspectiva da empresa, tanto epistemológica qualitativa, quanto quantitativa, na condição de definidora principal da abordagem relativa ao tema dos atingidos, retirando da consultoria eleita pelos mesmos para realizar o diagnóstico.

Quando a SUPRAM recebeu o Adendo da empresa Diversus, o procedimento regular do processo, seria a análise desse documento, bem como do Diagnóstico Socioeconômico e Cultural da Área Diretamente Afetada e da Influência Direta. A partir disso deveria submeter esses estudos ao plenário da URC, para que fosse discutido por seus conselheiros.

No entanto, no dia 29 de agosto de 2012, um dia após o Adendo da Diversus ter sido encaminhado ao órgão, e antes que ele fosse protocolado e juntado ao Processo COPAM nº. 00472/2007/004/2009, a SUPRAM encaminhou à Empreendedora Anglo American o ofício SUPRAM JEQ no. 1435/2012, solicitando à empresa “sua manifestação sobre o referido Diagnóstico, inclusive com relação às recomendações nele contidas, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do presente ofício”. Em 18 de setembro de 2012, a Anglo American pediu a prorrogação do prazo, afirmando que se manifestaria até o dia 13/10/2012 (Ofício AFB-EXT de nº 333). Em 10 de outubro de 2012, através do Ofício AFB-EXT 383/2012, a Anglo American se manifestou através de Parecer Técnico sobre o Adendo da Diversus, elaborado pela empresa Ferreira Rocha, sob sua contratação direta. Esses encaminhamentos ocorreram sem diálogo com os atingidos e com a URC Jequitinhonha. Após essa dinâmica tortuosa a SUPRAM interrompeu o andamento do processo, não submetendo o Diagnóstico da Diversus à URC, conforme determinado pela condicionante de no. 70 da LI Fase 2, tal como deliberada pelo órgão colegiado (ZHOURI *et al*, 2014).

Além dessa permeabilidade que se desenvolve no interior da legalidade, há indícios que apontam para processos ilícitos de subordinação de agentes públicos aos interesse empresariais. O juiz da 8ª Vara Criminal de Belo Horizonte abriu investigação a partir de denúncia do Ministério Público de Minas Gerais (MP) contra o ex-secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Adriano Magalhães Chaves e outros quatro ex-funcionários da pasta, todos suspeitos de prevaricação. A denúncia do MPE-MG aponta que eles se associaram para cometer crimes, entre eles, retardar e deixar de praticar,

indevidamente, atos de ofício para satisfazerem interesses pessoais e de terceiros. Sob o comando do ex-secretário, autos de fiscalização e infração emitidos contra a mineradora MMX, de Eike Batista, foram ocultados, facilitando a emissão das licenças ambientais. Tais ações também teriam impedido a interrupção das atividades da empresa na ocasião na qual o Ministério Público já apontava problemas no processo de licenciamento, pois os documentos relativos às possíveis infrações não eram lançados no sistema público de informações ambientais¹⁶.

A ONG FASE e o ITTERN-IPPUR UFRJ realizaram uma análise interessante sobre os processos de licenciamento ambiental sob a perspectiva da equidade ambiental que caminham no mesmo sentido das análises apresentadas anteriormente:

as ações dos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento indicam que eles estão invariavelmente tensionados entre a pressão governamental para a rápida aprovação do empreendimento e o cumprimento de seu mandato constitucional enquanto agências públicas destinadas a salvaguardar as populações e o meio ambiente de possíveis danos e degradações ambientais provocadas por projetos potencialmente poluidores (LEROY *et al*, 2011, p. 109).

Esse relatório produzido por Jean Pierre Leroy, Henri Acselrad, Julianna Malerba e outros, estudando casos concretos, indagam:

Nos estudos de caso analisados, os órgãos ambientais estaduais são as instâncias muitas vezes fragilizadas, pouco equipadas em termos de pessoal, com estruturas hierárquicas rígidas, sem força política frente a outras instâncias de governo e, em alguns casos, submetidas aos interesses econômicos dos empreendimentos.

A partir desses exemplos, pode-se indagar se, por uma questão de coerência classificatória, não dever-se-ia incluir dentro da categoria “empreendedor” este conjunto das instituições que, juntos e sincronicamente, realizam ações visando garantir a implementação dos projetos. Neste caso, o “empreendedor” poderia ser descrito como um conjunto em que coexistem de maneira articulada o investidor privado, órgãos da burocracia estatal, os governos municipais, estaduais e federal e as consultorias especializadas na comercialização de laudos científicos (LEROY *et al*, 2011, p. 109).

No projeto Minas-Rio, a conjunção da fragmentação do licenciamento, com a fragilidade dos órgãos licenciadores, diante da proporção de demandas que um empreendimento desse porte implicam e a permeabilidade ao interesse privado permitiram que decisões governamentais fossem tomadas sem que os órgãos responsáveis por emitir a licença ambiental tivessem se manifestado decisivamente.

16 Associação do Ministério Público de Minas Gerais. Dezembro de 2014.

Em 26 de junho de 2006, o governo do Rio de Janeiro, o governo de Minas Gerais e a MPC - Mineração Pesquisa e Comércio Ltda firmaram um Protocolo de Compromissos que previa a declaração de utilidade pública (BRASIL, 1941) relativa ao empreendimento que a seguir seria concedida, demonstrando a pró-atividade estatal em favor dos interesses minerários. A consequência desse Protocolo está implicada na decisão do governo estadual em declarar de utilidade pública a faixa ao longo do trajeto do mineroduto de 30m de largura, antes da licença prévia referente ao complexo minerário de responsabilidade do próprio governo do estado ter sido concedida (GESTA, 2017). A licença prévia do mineroduto foi concedida em agosto de 2007 pelo IBAMA e o governo estadual decretou, em março de 2008, a utilidade pública das terras. No entanto, a Licença Prévia para o empreendimento só foi concedida em dezembro de 2008 (GESTA, 2017). Um ano depois, foi concedida a Licença de Instalação e as licenças de operação do mineroduto e da mina foram concedidas em setembro de 2014.

Figura 5: Foto Mineroduto Minas-Rio



Fonte: Mariela Guimarães / O Tempo

O DECRETO Nº 41.652 de 22 de janeiro de 2009 pelo governador do estado do Rio de Janeiro¹⁷ é bastante revelador quanto à imbricação dos interesses públicos e privados, especialmente as justificativas que constam nos incisos de seu artigo primeiro:

II - o dever que o Poder Público tem de assegurar plenas condições de desenvolvimento sócio-econômico, mediante o fomento de atividades geradoras de empregos e catalisadoras de investimento,

VII - a implantação do empreendimento propiciará o surgimento de uma rede de serviços que dará suporte a pequenas e médias empresas da região mineira

XI - o aumento de postos de trabalho pela efetiva criação de empregos diretos e indiretos, necessários ao desenvolvimento do empreendimento, bem como do recolhimento de tributos;

XII - a importância do empreendimento, permitindo a ampliação da exportação de minério de ferro e demais produtos, favorecendo o desenvolvimento regional, otimizando sua competitividade e acelerando a implantação de outros investimentos associados;

XV - a relevância da implantação imediata do Mineroduto Minas-Rio para o sucesso do empreendimento em razão da extensão de sua tubulação - aproximadamente 525 Km - e da complexidade das obras de engenharia a serem desenvolvidas; (RIO DE JANEIRO, 2009)

Essas decisões, por decreto, cumprindo um protocolo firmado ainda em 2006, demonstram que há instância decisória prévia e superior ao órgão licenciador e que é possível através da legislação brasileira fazer com que o empreendimento se desenvolva e se consolide a partir da ação discricionária do Poder Executivo, previamente o cumprimento do rito de licenciamento ambiental. E tanto a abordagem como o encadeamento cronológico das decisões demonstram que parece se tratar de um fato consumado, inexorável.

Nesse ponto, não é possível creditar o conjunto desse processo de forma direta e única à ação da empresa. Mesmo que tenha havido processo de negociação público entre o poder público e a empresa, esta relação deita sobre um clima político-institucional previamente constituído que se pode chamar, seguindo Maristela Svampa, de um consenso. A noção de poder trazida pela abordagem das RGPs precisa ser aprofundada aqui à luz da ação institucional e de suas finalidades. Para os governos - mais do que para os estados já que como aponta Bunker esses grandes empreendimentos e economias de escala também geram deseconomias - estes empreendimentos também são geradores de capital político, além de

17 O governador nessa ocasião era Sérgio Cabral, que se encontra encarcerado sob acusação de relações corruptas com grandes empresas.

aumento orçamentário e destinação de benesses privadas, como asfaltamento de estradas, através de convênios com os poderes públicos. Por isso, muitas vezes as diferentes esferas governamentais atuam não como avaliadoras do projeto, mas como suas defensoras.

No que diz respeito ao uso de água o empreendimento obteve diferentes outorgas com distintas finalidades. São destinadas ao abastecimento da planta de beneficiamento, para o transporte pelo mineroduto, a umidificação de vias, irrigação, barragem de rejeitos, pilha de estéril e o rebaixamento do lençol freático. São cerca de 20 outorgas em nome da empresa Anglo Ferrous, que captam água do Rio do Peixe, Ribeirão Santo Antônio, Ribeirão dos Porcos e Córrego Vargem Grande, além das captações de água subterrânea e do rebaixamento do lençol freático que vem sendo uma das causas do fim de algumas nascentes na região.

Segundo o Plano de Controle Ambiental da primeira etapa de instalação, o empreendimento demandará cerca de 5 milhões de litros de água por hora. Esta demanda inevitavelmente cria impactos sobre os outros usos da água na região que basicamente se destinam ao consumo humano e a dessedentação animal. Dessa forma, como veremos mais detidamente a seguir, há um processo de modificação do acesso à água em diversas comunidades, modificando inclusive os meios de obtenção de água, inclusive em alguns casos, tendo a empresa se tornado a responsável por abastecer famílias com água potável, onde antes se obtinha água diretamente em córregos e nascentes da região que foram impactados pelo empreendimento.

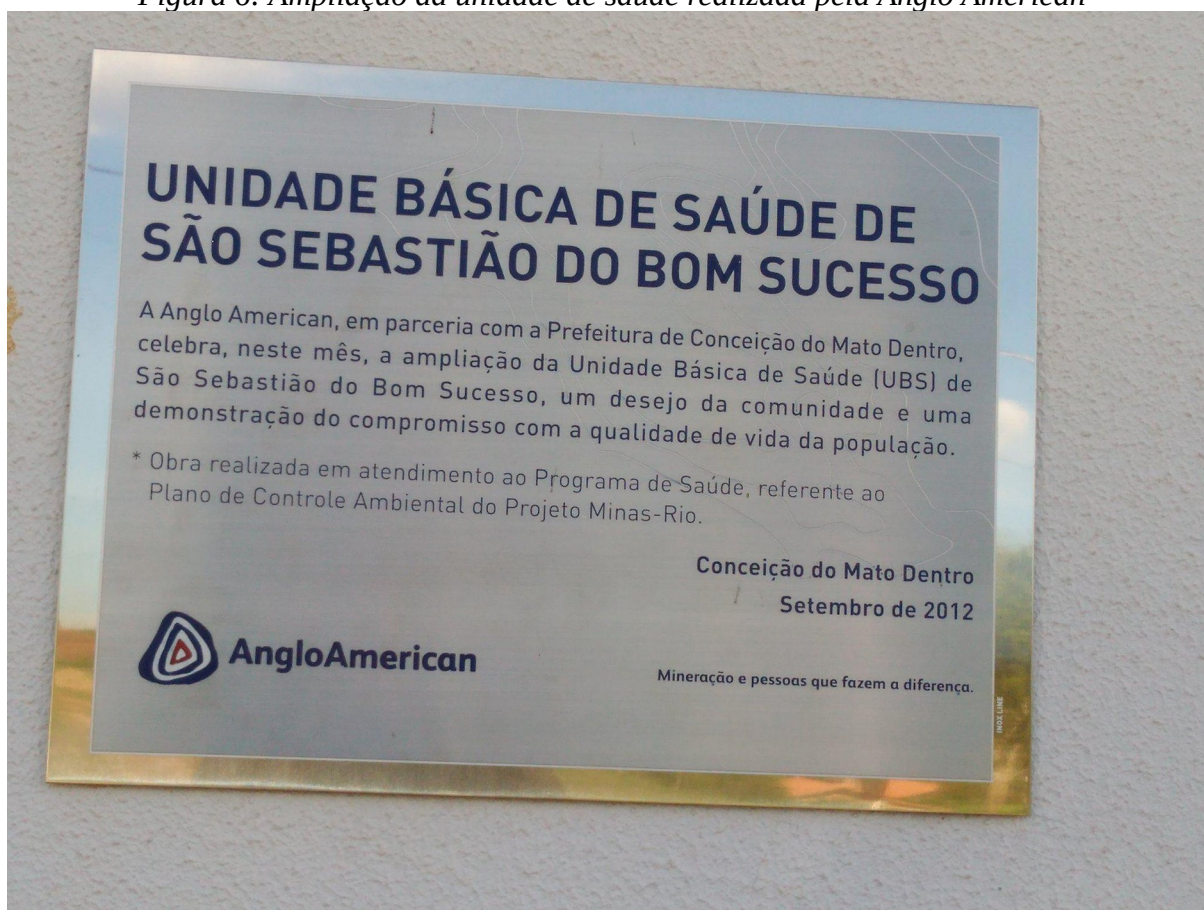
Em nível Municipal, ocorreu um processo similar. Há que se ressaltar a instabilidade institucional que o município atravessou entre os anos de 2009 e 2012, nos quais sucederam-se sete prefeitos municipais, dois deles afastados por condenações judiciais, um referente a crime eleitoral e outro referente à condenação por corrupção. Isso, segundo Vulmar Procópio que esteve na prefeitura no período imediatamente anterior, determinou uma fragilidade da regulação pública frente às iniciativas da empresa. A REAJA – REDE DE ARTICULAÇÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL DOS ATINGIDOS PELO PROJETO MINAS-RIO - denunciou esse processo em nível municipal, afirmando que tanto o governo estadual quanto o municipal são pautados pelos interesses da Anglo, não permitindo que haja um debate público mais amplo para discussão do projeto (ESTRATÉGIA ..., 2015).

Há que se mencionar, que além dos ganhos diretamente auferidos pela administração municipal com o crescimento do orçamento, a empresa firmou diversos convênios com a prefeitura, com valores bastante significativos, que permitiram que fossem feitas obras de

grande porte como o asfaltamento e a drenagem da pista principal da cidade, que alcançou o montante de R\$ 40 milhões. Outro convênio importante com o poder público é com a Polícia Militar que recebeu viaturas, contou com a construção de 16 casas para policiais e também recebeu da Anglo as novas instalações do 5º Pelotão da PM, o quem tem implicações com a forma como essa corporação trata o empreendimento, em especial as contestações a ele.

Conceição do Mato Dentro concentrou a maior parte desses convênios, mas quase todos os municípios do entorno, intermediados pela Associação Mineira dos Municípios, também firmaram convênios com a Anglo e receberam significativas quantias, especialmente os municípios de Serro e Alvorada de Minas.

Figura 6: Ampliação da unidade de saúde realizada pela Anglo American



Fonte:

2.8 A busca por legitimação junto à sociedade civil

O “consenso” ideológico ou a busca por uma licença social em torno da instalação desse tipo de empreendimento tem efeitos significativos sobre uma parcela importante da população, especialmente a que vive na área mais central da cidade, apesar da insatisfação de um setor importante e de seus protestos. A expectativa da geração de emprego e renda, o discurso acerca da possibilidade de desenvolvimento associado à entrada em determinado universo de consumo, a estimativa do crescimento do orçamento público e, portanto, dos investimentos nos bens públicos, criam sobre uma parte da população uma visão positiva acerca do empreendimento, pelo menos em um primeiro momento.

Figura 7: Restauração da Igreja Matriz realizada pela Anglo American



Fonte:

Além disso a empresa atua estrategicamente buscando ampliar essa aceitação. A forma mais explícita de atuação diz respeito aos convênios firmados com entidades da sociedade civil. A Anglo American possui um importante convênio com a Igreja Católica que trata desde

a reforma de Igrejas e a instalação de uma pista de caminhada nas cercanias do Santuário do Bom Jesus do Matozinhos. Além disso, firmou convênio com a APAE do município, com associação de produtores rurais, colaborou na construção de um conjunto habitacional de perfil popular e na construção de um novo loteamento no município, com casas sofisticadas para os funcionários de mais alto escalão da empresa, criando um bairro que se destaca na região central da cidade, em contraste com a arquitetura colonial, com casas com arquitetura contemporânea e carros modernos nas garagens.

A empresa tem um departamento de relação com a comunidade (RCC) que monitora e dá acompanhamento a algumas das demandas surgidas nas comunidades, buscando sempre contornar e mediar a tendência à conflitividade que possam decorrer da ação empresarial. Os responsáveis pela aproximação com as comunidades que se sucederam nessa tarefa, foram escolhidos dentre os moradores do próprio município, o que cria uma sensação de proximidade entre a ação empresarial e os interesses comunitários. É preciso destacar que o atendimento dessas demandas se dá de forma diferenciada, levando em consideração o nível de conflitividade que a família ou pessoa tem com a Anglo e o próprio conteúdo da demanda, já que algumas delas ultrapassam o nível das práticas de responsabilidade social da empresa e constituem empecilhos para o próprio desenvolvimento do projeto, como é o caso das reivindicações acerca da manutenção da qualidade das águas de algumas nascentes e córregos, ou a continuidade de caminhos tradicionais que foram inviabilizados pelas propriedades privadas da empresa.

A publicidade e a propaganda também são meios importantes para buscar a viabilização do consenso em torno do empreendimento. A cidade é repleta de placas, cartazes, outdoors de iniciativas da empresa ou de mensagens de conscientização, no trânsito por exemplo. Além de uma série de avisos: Entrada Proibida - Propriedade Particular. Essa ação publicitária tem a marca do enfrentamento da contestação do projeto de forma indireta, a publicação da empresa destinada às comunidades se denomina “Diálogo” e busca retratar um perfil de ação permanente em busca do bem estar, inclusive praticamente não mencionando a atividade fim da empresa, que é a mineração. Um fato interessante é que essa publicação só passou a ser distribuída quando o empreendimento já se encontrava em operação.

Figura 8: Capa da revista Diálogo Anglo American



Fonte: Diálogo Anglo American

Esse processo de legitimação vem também acompanhado da tentativa de deslegitimar as vozes discordantes, fazendo-as parecer contrárias ao desenvolvimento municipal. Outro método de deslegitimação é a invisibilização dos atingidos pelo projeto, desde o primeiro momento a empresa subestimou o número de comunidades e famílias atingidas. Não reconheceu direitos de posse de várias dessas famílias e quando os reconhecia operava processos de reassentamento e compra de imóveis que contribuíram para o silenciamento de algumas vozes de contestação ao empreendimento. Outro método que foi relatado em algumas das entrevistas é a ameaça ao emprego de trabalhadores que têm famílias envolvidas na contestação à mineração e mesmo àquelas que não se manifestam por conta do medo que seus parentes percam o emprego.

Figura 9: Obra de contenção de terreno realizada pela Anglo American



Fonte:

2.9 Criminalização e repressão

Por fim, sabemos que todas as iniciativas não coercitivas que buscam através do diálogo, da legitimação ou da cooptação têm seus limites em casos de instalação de empreendimentos com esse perfil. Quando esse conjunto de estratégias não são suficientes para silenciar ou amenizar as críticas ou as resistências, passa-se a conjugar duas outras ordens de iniciativa: a criminalização judicial de algumas lideranças e posseiros e a repressão ao movimento de contestação.

Um método bastante usual foi a busca por reintegrações de posse que iam tanto no sentido do aumento dos ativos imobiliários da empresa, quanto na expropriação de famílias camponesas instaladas no caminho da empresa. Segundo Larissa Pirchiner, advogada do Coletivo Margarida Alves de assessoria popular, um dos métodos utilizados foi a compra de partes de terrenos, para depois pedir a reintegração de posse da área completa. Nessas iniciativas, volta a aparecer o nome da empresa Borba Gato como litigante nas reintegrações

de posse. Apenas o senhor Lúcio da Silva Pimenta, conta com 13 processos movidos contra ele pela Anglo American.

Um método de judicialização ainda mais ostensivo foi impetrado contra três moradores impactados pelo projeto. Trata-se do pedido de Interditos Proibitórios impetrado contra manifestantes que em julho de 2015 participaram de manifestações na Rodovia MG-010. Claramente extrapolando o escopo desse instrumento jurídico que tem por finalidade proteger o possuidor que se vê ameaçado em sua posse. O objetivo de tal Interdito - que acabou sendo indeferido em juízo - era cercear o direito de manifestação pública. Apesar de não ter conseguido bom termo nessa ação judicial é importante frisar que esse conjunto de iniciativas criminalizantes criam uma atmosfera de constrangimento e criminalização dos que se opõem ao empreendimento.

2.10 Passos e descompassos de uma estratégia

A pesquisa empírica em Conceição do Mato Dentro encontrou muitos pontos de contato com a abordagem apresentada por Claudia Composto e Mina Navarro, no que diz respeito às estratégias e dispositivos expropriatórios (COMPOSTO; TRUJILLO, 2011). A estratégia corporativa articula os níveis econômicos e produtivos do empreendimento com a necessidade de legalidade, legitimidade e controle do dissenso. Busca constituir um ambiente estável para seus negócios, que mantenha preservada a potencialidade de lucros com o empreendimento.

No entanto, a estratégia não é apenas um plano teórico, a natureza do comportamento estratégico é prática. E nesse sentido não se pode pensar em uma estratégia corporativa que transcorra de forma linear. No caso concreto do empreendimento da Anglo American em Conceição houve significativa readequação dos planos por conta de empecilhos encontrados pela empresa. A começar pelas dificuldades encontradas no próprio universo empresarial. Na transação entre Eike Batista e a Anglo American, o empreendimento parecia de mais simples viabilização do que o demonstrou de fato. Foram gastos cerca de US\$ 5,5 bilhões de dólares a mais do que o previsto no cronograma inicial. A então presidente da Câmara Municipal, Flávia Magalhães sugeriu que setores responsáveis pela intermediação imobiliária, entre proprietários e a empresa Anglo American, beneficiaram-se, impondo sobrepreço aos valores pagos pela Anglo aos proprietários.

Somado a isso, a articulação entre os atingidos pelo empreendimento, algumas redes de ambientalistas e a universidade, especialmente através da REAJA e do GESTA/UFMG, com o acompanhamento do Ministério Público Estadual, conseguiram impor um processo de debates não previsto, conseguindo, inclusive algumas vitórias parciais como a aprovação da feitura de um relatório independente sobre as famílias e comunidades atingidas (DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA, 2011).

Nesse processo, a CEO da Anglo American Cynthia Carroll pediu demissão, principalmente por conta dos prejuízos que advieram aos acionistas devido aos atrasos no cronograma inicial e no aumento dos custos do projeto Minas-Rio, que foi se revelando mais desafiador do que o previsto. Sua demissão é um fenômeno interessante do ponto de vista da análise da estratégia da corporação. É um ponto-chave de reorientação estratégica. A própria presidente-executiva explicitou isso ao afirmar a existência de “diferenças de opinião” com acionistas da Anglo American para justificar seu afastamento do cargo (FERREIRA-MARQUES; CRUISE, 2012). Sua estratégia de diversificação da carteira de minérios da empresa e de um relativo deslocamento para fora da África do Sul, demandando novos e significativos investimentos em capital, em um cenário no qual os preços das commodities minerais se encontravam em queda, repercutiu muito fortemente no jogo político interno da empresa, tornando a orientação de redução de custos e venda de ativos majoritária. Quando Mark Cutifani substituiu Cynthia Carroll, no cargo de executivo-chefe em abril de 2013, modifica-se a orientação da empresa para se adequar aos interesses de seus principais acionistas (MACDONALD, 2015).

Capítulo III: Corporatização do território e subordinação do lugar

Neste capítulo se apresentam os resultados da pesquisa referente às derivações da relação entre a atividade empresarial da Anglo American e a dinâmica socioterritorial de Conceição do Mato Dentro. Abordaremos essa interação a partir das contribuições analíticas apresentadas no primeiro capítulo, especialmente a abordagem de Milton Santos acerca da “corporatização dos territórios”. O foco aqui não é propriamente o conflito socioambiental que se instala ou as ações dos grupos contestatórios, apesar de este ser um elemento importante de variação da dinâmica local. O centro da análise está na ação estratégica da empresa mineradora. Em alguns momentos, inevitavelmente, esses conflitos aparecem com algum destaque, mas apenas na medida em que se interpõe diante da ação empresarial.

A questão em torno da qual se desenvolverá essa parte da análise são as transformações sofridas pela dinâmica territorial da cidade mineira a partir da chegada da Anglo American. Em que medida essas transformações pelas quais passou o município estão conectadas com a estratégia da mineradora?

Neste momento, a categoria geográfica de “lugar” (TUAN, 1983) atuará lado a lado com a noção de espaço e território que foram desenvolvidas até aqui. O conceito de lugar, vem ganhando destaque em uma série de estudos sociais e geográficos e busca relacionar o espaço às experiências e valores humanos relacionados a ele. Arturo Escobar, por seu turno, traz para discussão a contradição existente entre o processo de globalização, impulsionada pela modernidade-colonialidade, que tende a desenraizar as pessoas e comunidades e a diversidade de significações dadas ao lugar que segue se reinventando. As novas configurações desta categoria analítica estariam muito ligadas às práticas e perspectivas de movimentos sociais, comunitários e ecológicos que destacam os laços culturais, afetivos e as formas de ser, produzir e estar nos territórios como constituintes de uma apropriação da paisagem local que só pode ser realizada por agentes sociais com convívio mais íntimo com o mesmo (ESCOBAR, 2005).

Por isso, nessa seção do presente trabalho, levaremos em consideração tanto os dados sociais e econômicos, que indicam as transformações na dinâmica sócio-territorial local, como as entrevistas realizadas no decorrer desta pesquisa e de outras, que apresentam as percepções

dos moradores do município em torno dessas mudanças. O relatório da Diversus é especialmente rico na apresentação dessa percepção, pois além de ter realizado entrevistas em 417 domicílios, 8,2% do total de domicílios ocupados, em 22 comunidades (DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA, 2011). Realizou ainda 12 entrevistas em profundidade com antigos moradores da região e realizando três grupos focais abarcando diferentes tipos sociais, de gênero e etários e diferentes percepções acerca de ser ou não atingido pelo projeto minerário.

3.1 Breve história social e econômica de Conceição do Mato Dentro

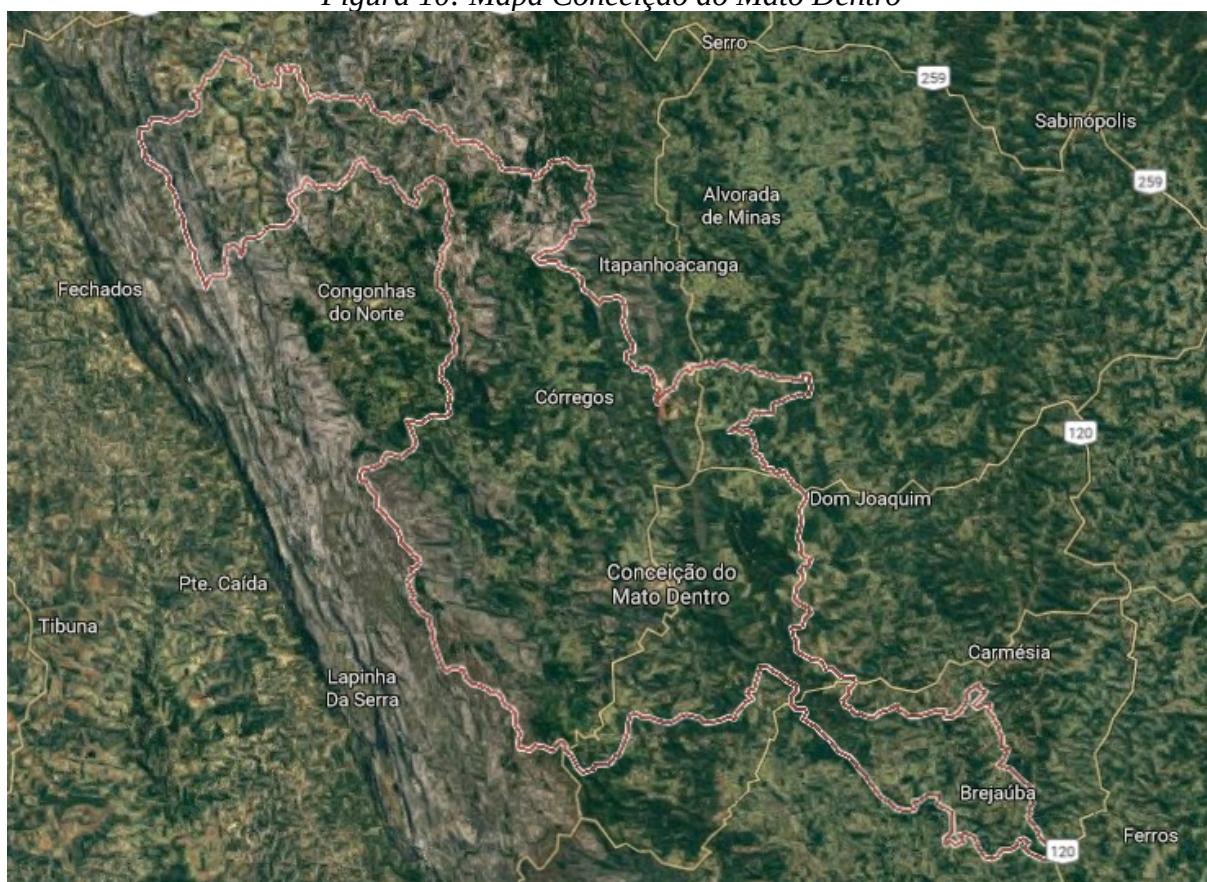
Localizada a pouco mais de 150 Km à nordeste de Belo Horizonte, Conceição do Mato Dentro encontra-se encravada em meio a serras com grande potencial para exploração mineral. Essa é a característica fundamental da história colonial desse município, as marcas de sua inserção como espaço colonizado pela dinâmica de acumulação mundial, vão além do casario típico do século XVIII e XIX.

Seu passado pré-colonial estava mais associado ao Vale do Rio Doce, como espaço de fertilidade e abundância e menos por sua fartura minerária. Os indígenas que ali viviam eram descendentes de Aimorés, do tronco linguístico macro-jê, denominados pelos colonizadores de Botocudos, por conta da utilização de botoques (metara para os indígenas). A perseguição e o extermínio a essas etnias foram ainda mais implacáveis do que aquela que se abateu contra os indígenas do tronco linguístico tupi-guarani que foram encontrados na costa brasileira e que firmaram o primeiro contato com os portugueses.

Os primeiros contatos dos colonizadores com esses povos que ali habitavam se iniciaram provavelmente na virada do século XVII. Borba Gato realizou nesse período descobertas de ouro por ali e em 1702, os bandeirantes Ponce de Leon, Gaspar Soares e Manuel Correia de Paiva, vindos de uma experiência exitosa de descoberta de ouro na região de Serro, fundaram o Arraial de Nossa Senhora de Conceição¹⁸. Há relatos que apontam que uma expedição comandada por Fernandes Tourinho já havia ali chegado no ano de 1573 (QUANDO..., 2017). Sua origem está umbilicalmente vinculada à busca por metais por parte da metrópole colonial na Serra do Espinhaço e Conceição participará com um papel significativo nesse primeiro ciclo mineral exportador brasileiro.

18 No dia 23 de março de 1850, o arraial foi elevado à vila com a denominação de Conceição. A elevação à cidade aconteceu em outubro de 1851, desta vez, com o nome de Conceição do Serro. Já em 31 de dezembro de 1943, por meio do decreto-lei nº 1058, passou a se chamar Conceição do Mato Dentro.

Figura 10: Mapa Conceição do Mato Dentro



Fonte: Google Maps

Por conta dessa expectativa que se gerou em torno da exploração de ouro e diamantes, houve um processo de migração de algumas famílias para a região em busca do *El Dorado*. Ao mesmo tempo, eram trazidos para o município negros e negras escravizados e indígenas para servirem de mão de obra compulsória na exploração aurífera. Essas migrações foram responsáveis pelo desenvolvimento de um pequeno centro urbano, com sede para administração e igreja matriz. Esse predomínio da religião católica pode até hoje ser percebido através da centralidade que alguns festejos assumem para a cidade, especialmente a Cavalgada do Jubileu do Bom Jesus de Matozinhos, que reúne milhares de pessoas na cidade.

Com a crise da economia do ouro e a modificação da inserção econômica brasileira no mercado mundial, transitando de um perfil mineiro-exportador para um perfil agro-exportador, o perfil da cidade se modificou bastante, ampliando a ênfase da pecuária para leite e para abate e da agricultura de subsistência. A própria centralidade do município na região diminuiu e o seu relativo isolamento geográfico, entre as serras, fez com que a sua dinâmica assumisse um perfil mais centrado em seus processos internos. Tornou-se rota de tropeiros que fazia com

que a velocidade das trocas comerciais e de informações na região passasse muito pela ação desses viajantes. Apenas em 1926 iniciou-se a construção da estrada que faria a interligação rodoviária com Belo Horizonte.

Mais tarde, uma outra atividade vai se desenvolver no município, relacionada às belezas naturais ali existentes, o ecoturismo. As serras, rios, cânions e cachoeiras tornaram-se um atrativo para um número significativos de turistas vindo de outras partes de Minas Gerais e do Brasil. Um novo ciclo se abriu e Conceição entrou para o roteiro do turismo sustentável no país, com paisagens de rara beleza como a Cachoeira do Tabuleiro, a Cachoeira Rabo de Cavalo, o Salão de Pedras e tantos outros. Esse perfil turístico conviveu com o turismo histórico já existente em algumas cidades de Minas e reforçado pela revitalização da memória e das estruturas da Estrada Real que corta a região.

No início do século XIX, o Intendente Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, foi responsável por desenvolver a primeira experiência siderúrgica do Brasil. Criou no atual município de Morro do Pilar a Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar ou de Gaspar Soares, ano de 1814 (MENDONÇA, 1958). Essa ação pioneira anunciava de certa forma um outra “vocaçãõ” econômica que mais tarde inauguraria um novo ciclo minerador no município que traria transformações significativas, em um relativamente curto espaço de tempo.

Na constituição de uma memória de Conceição do Mato Dentro, deve-se fugir de qualquer romantização do passado. A complexidade dessa reconstituição histórica exigiria muito mais do que uma sessão exploratória deste trabalho. Aqui se buscará analisar, a luz dos dados socioeconômicos do município e da percepção de alguns de seus moradores, aquelas transformações que podem guardar relação com o início da extração mineral em larga escala no século XXI. Olhando de forma genérica, nessa parte do trabalho se buscará cruzar a dimensão “tempo” com a dimensão “espaço/território” que veio sendo mais destacada até aqui.

É preciso também deixar nítido que esses processos de transformação não são uniformes para o conjunto do município entendido apenas do ponto de vista político-administrativo. Tantos os efeitos da instalação da mina são desiguais sobre o território, afetam distintamente partes diferentes do extenso município, quanto a percepção dos moradores também será distinta, e isso em muito está relacionado a forma como as pessoas são afetadas pelo empreendimento.

A “corporatização dos territórios”, conceito chave desse estudo, se afirma como processo histórico. É a representação do processo de encadeamento entre as três dimensões constitutivas da dinâmica da Rede Global de Produção, do link entre os altos circuitos financeiros do planeta e os lugares de Conceição do Mato Dentro. Quais sejam, “valor (criação, ampliação e captura), poder (corporativo, institucional e coletivo) e enraizamento (social, em rede e territorial)” (Milanez e Santos, 2015, p. 5). A efetivação de uma rede de poderes hierárquicos desiguais, que transformam a situação do município em diversos níveis e âmbitos. É possível encontrar os efeitos dessa transformação nos dados e nas entrevistas e, em alguns casos, é possível relacionar ambos. O Secretário de Desenvolvimento Rural de Conceição, Sr. Vulmar Procópio, em uma das entrevistas realizadas nos estudos de campo, quando perguntado sobre o que mudou em Conceição depois da chegada da Anglo - pergunta central na pesquisa - foi categórico:

Eu acho que mudou tudo, a verdade é essa.” Nós tivemos essa fase de implantação da empresa em que tudo aqui passou a ser caro demais. Porque nós chegamos a ter aqui, 12.000 pessoas de fora, do Brasil inteiro, inclusive do Haiti, trabalhando aqui e essas pessoas aumentaram o custo do aluguel, valorizou muito as residências, muita gente construiu casa para alugar, pra vender, comercializar”... “o comércio, expandiu muito o comércio. O meio rural teve uma valorização de terras, assim, considerável, até muito além da expectativa, porque as pessoas que tinham propriedades ligadas a essa área da mineração foram vendendo terras, às vezes comprando de outro. Então na realidade é o seguinte, Conceição nunca teve gente rica e passou a ter muitos milionários. Então eu acho que foi um período muito bom (PROCÓPIO, 2016).

Os dados estatísticos sobre o município refletiram esse processo de transformação determinado pela chegada da Anglo American. Entre 2010 e 2014 o Produto Interno Bruto (PIB) do Município saltou de cerca de R\$ 155,9 milhões para cerca de R\$ 351,3 milhões. As despesas orçamentárias realizadas no período entre 2005 e 2014 saltaram de R\$ 11,2 milhões para R\$ 69,6 milhões (IBGE, 2016).

No entanto, essa perspectiva expansiva não se estende a todas as áreas, pois em algumas delas é possível perceber retração de índices. Uma análise dos dados do IBGE no que diz respeito à educação trazem a luz com algum destaque a diminuição do ensino fundamental público no município. Se em 2005 havia 21 escolas municipais desse segmento, em 2015 foram reduzidas a 12 e as estaduais foram reduzidas de 13 para 10. Enquanto apenas um escola privada foi aberta. Nas matrículas escolares no ensino fundamental, percebe-se essa queda da rede pública de ensino, seja municipal ou estadual e um acréscimo das matrículas do ensino privado. As matrículas da rede municipal no ensino fundamental caíram de 1.222 em

2005 para 762 em 2015. E na rede estadual de ensino caíram de 3.101 para 2.288 no mesmo período. Enquanto as da rede privada saltaram de 0 a 252 entre 2012 e 2015 nesse mesmo segmento. O número de docentes envolvidos nessas redes acompanhou a tendência.

Há uma modificação importante na dinâmica de mobilidade e do público da cidade. Isso se torna muito evidente ao chegar ao centro de Conceição do Mato Dentro e mesmo quando circulamos pelo restante do município:

Minha primeira impressão foi muito ligada à quantidade de camionetes e carros das empresas que compõem o empreendimento da Anglo. A cidade parece viver em função do empreendimento. Pura passagem para carros, fornecimento de alimento para funcionários, etc. No restaurante em que almocei nos dias que fiquei em CMD vi que a maioria absoluta dos clientes são funcionários das empresas parceiras do projeto Minas-Rio. Muitos uniformes e casacos com logotipos. Todos na cidade só falam da mineração e ao me verem, alguém que chega de fora, pensam que estou trabalhando em alguma dessas empresas (Prodocimi, 2014, p. 97).

A frota municipal de veículos teve uma significativa ascendente, saltou de 1.420 em 2005, para 3.135 em 2010 e para 6.298 em 2016. Todos os modelos de veículos tiveram crescimento muito significativo. Do ponto de vista da dinâmica espacial do lugar, esses veículos são em parte integrados à logística da Anglo American e outros a uma dinâmica mais ou menos descoordenada de automóveis individuais, como se pode notar, por exemplo, no crescimento forte do número de motocicletas variando de 394 para 1995, entre 2005 e 2016. Esse aumento da circulação de automóveis é um dado importante acerca da forma como os fluxos e os ritmos da cidade se transformam.

A partir daqui serão destacadas transformações de diferentes matizes em distintos âmbitos da vida em Conceição do Mato Dentro. Buscando a vinculação destas transformações com o possível processo de corporatização do território e subordinação do lugar, através da Rede Global de Produção do minério de ferro e suas vinculações com a dinâmica do sistema-mundo capitalista. A separação destes diferentes âmbitos tem caráter relativamente arbitrário e objetivo estritamente de apresentação das informações acumuladas durante a pesquisa. Na realidade, nos processos efetivamente em curso no território, estas diferentes dimensões da dinâmica territorial atuam amalgamadas. Na análise do decréscimo do setor relacionado à agricultura, que será feita a seguir, não é possível reduzir a uma relação de causalidade com a concorrência econômica do negócio minerário. Atuam aí a questão do aumento do preço da terra, da diminuição ou contaminação das fontes de água, a inviabilização direta pela sobreposição da exploração mineral em relação à atividade agrícola.

É interessante destacar um fato apresentado pelo relatório da Diversus. No ponto realizado no três grupos focais sobre a vida na comunidade antes da instalação do empreendimento “o que se viu foi que os participantes dos três grupos mencionaram, espontaneamente, fatos e acontecimentos relativos ao tempo presente para confrontá-los com as mudanças ocorridas nos hábitos de vida e costumes locais”. “Nas falas comuns aos três grupos, a implantação do empreendimento da Anglo Ferrous na região aparece como o responsável pelo desencadeamento de uma série de transformações que alteraram, e continuam alterando, o ritmo de vida das pessoas e do lugar”. (DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA, 2011, p. 138). Este aspecto é importante pois destaca como a ação empresarial é reconstituidora da dinâmica local.

3.2 Desestímulo agrícola

O perfil agrícola concepcionense é majoritariamente voltado para a produção de subsistência. O relatório da Diversus pesquisou 418 propriedades e revelou informações interessantes acerca desse perfil. Em 230 dessas propriedades se desenvolve algum tipo de produção agrícola, excetuando-se hortas e pomares nos quintais. Dentre outros, aparecem cultivos de mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar, café, arroz e amendoim. Em apenas 10 dessas propriedades (5,65%) se realiza produção voltada exclusivamente para venda. Em 145 (63,04%) o destino é o consumo para subsistência e em 63 (27,83%) comercializam apenas o excedente ao consumo familiar (DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA, 2011, p. 79-80).

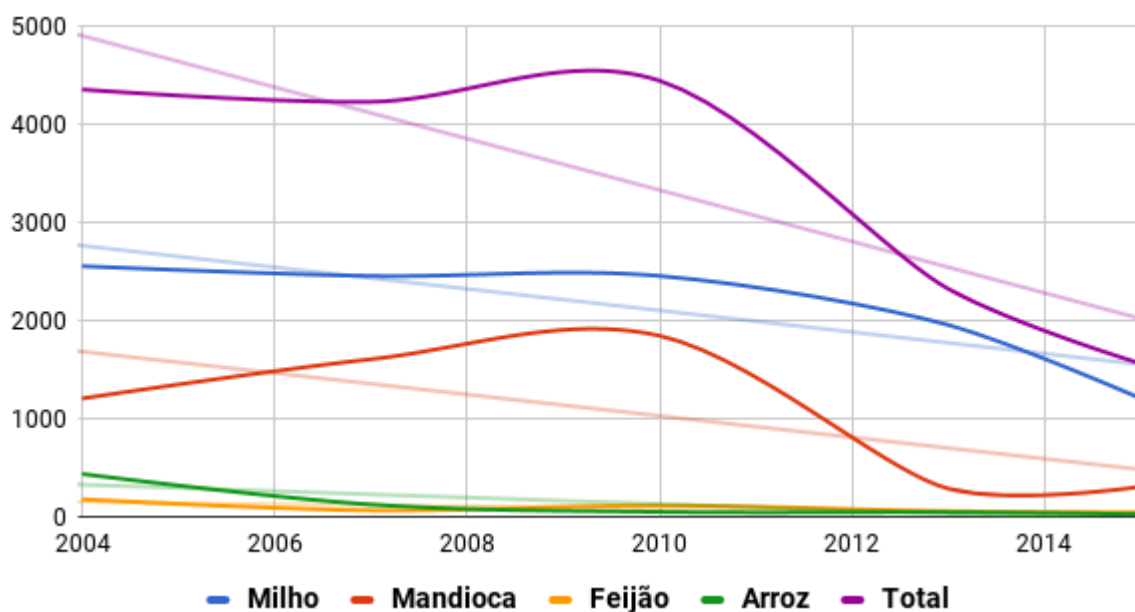
Quando se inclui a produção de hortaliças percebe-se que ela é bastante difundida, constando em 330 (78,95%). Isso se adequa bastante ao perfil das propriedades locais, contando na maioria das vezes com um quintal para horta, pomar e criação de galinhas e/ou porcos, próximos ao local da moradia. No caso dessa modalidade de plantio, a produção para o autoconsumo é de 97,58%, 322 propriedades.

Há pomar em 320 propriedades (76,56%), desenvolvidos nos próprios quintais, nos quais as famílias cultivam diversas variedades de frutas. As árvores também geram sombra para as habitações. Seus frutos servem ainda para a fabricação de doces e outros pratos. A produção de quitandas é uma cultura alimentar importante da região, em 239 propriedade se desenvolve a produção de doces (58,44%), com quase 90% da produção voltada para o consumo próprio.

Se olharmos os dados referentes à produção agrícola no município é possível perceber uma evidente retração do setor. Isso é verdade no que diz respeito a uma quantidade relativamente ampla de produtos agrários, analisando tanto a quantidade produzida quanto a área plantada.

No que diz respeito às lavouras temporárias é possível perceber a tendência de queda significativa de quatro culturas importantes e uma queda do total geral produzido. Se em 2004 eram produzidas 2.550 toneladas de milho, 1.200 toneladas de mandioca, 430 toneladas de arroz e 172 toneladas de feijão, em 2015 esses números caíram para 1.200, 300, 20 e 36 toneladas, respectivamente, como mostra o gráfico a seguir.

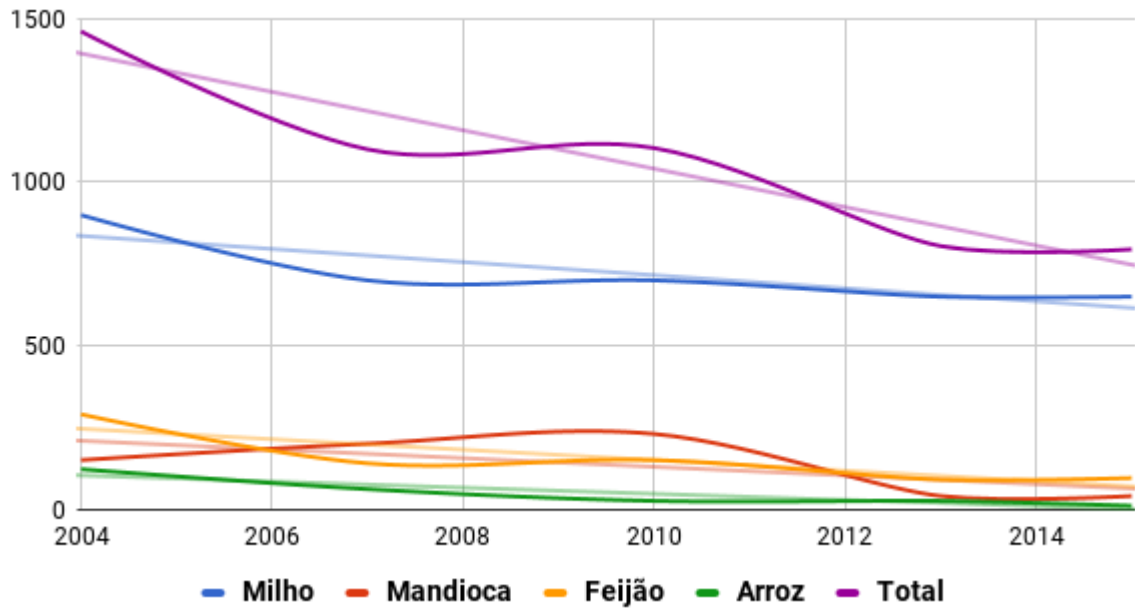
Gráfico 5: Lavoura Temporária (toneladas)



Fonte: IBGE Cidades

Não se trata apenas de uma queda de produtividade da agricultura local, é possível perceber que a diminuição da produção agrícola das lavouras temporárias guarda relação com a diminuição da área plantada destinada a essas que sofreram uma redução total de 45,6% nesse período, caindo de 1.462 hectares plantados com essas culturas para 795 hectares, tendo sido verificada uma queda significativa da área cultivada referente a cada um desses produtos, como é possível ver no gráfico abaixo.

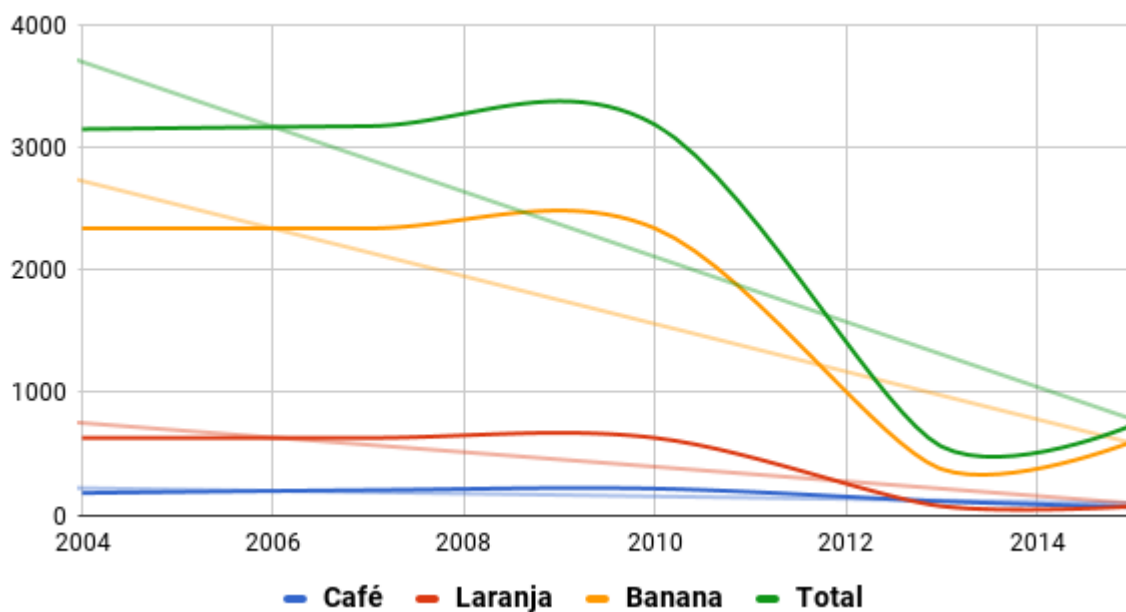
Gráfico 6: Lavoura Temporária (hectares)



Fonte: IBGE Cidades

Essa tendência também pode ser verificada no que diz respeito à lavoura permanente. A queda na produção agrícola da lavoura permanente é um indicador ainda mais sólido do que as lavouras temporárias, por se tratar de investimentos de mais longo prazo, tanto pelo tempo que requer o desenvolvimento das plantas até a fase da colheita, como por serem espécies que a mesma lavoura produz várias safras, como é o caso do café e da laranja. Entre 2004 e 2015, a produção de café variou de 180 para 60 toneladas, a de laranja de 630 para 70 toneladas e a de banana de 2340 para 600 toneladas.

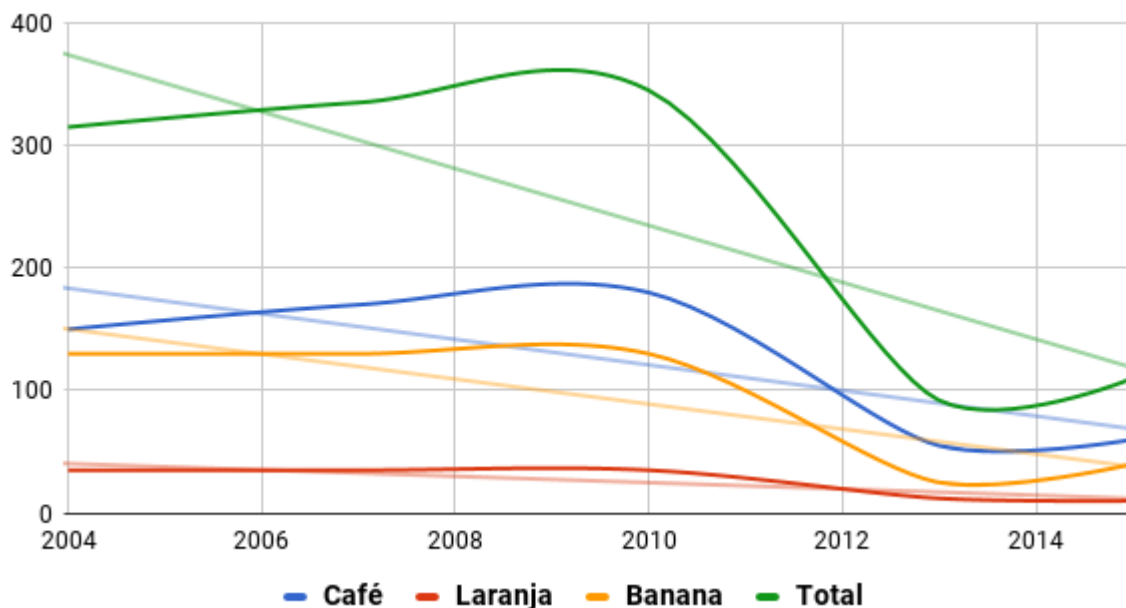
Gráfico 7: Lavoura Permanente (toneladas)



Fonte: IBGE Cidades

E assim como nas lavouras temporárias, o decréscimo não está diretamente relacionado à diminuição de produtividade, mas à queda da área plantada com essas culturas. O que na prática significa a inviabilização de centenas de pés de café, laranja e banana. No caso da diminuição da área total destinada a esses produtos a queda foi ainda mais acentuada, alcançando 65,1%.

Gráfico 8: Lavoura Permanente (hectares)



Fonte: IBGE Cidade

A explicação desse processo é necessariamente multicausal. Possivelmente, o aumento do valor das terras é um elemento explicativo importante, mas certamente não deve ser o único. Esse aspecto aparece em quase todas as falas dos moradores entrevistados nessa pesquisa e também em relatos de outros trabalhos. O relatório da Diversus aponta um aspecto interessante que surgiu nos grupos focais, que um meio de cultivo da terra muito praticado é a agricultura de meação, que sofreu uma perda de trabalhadores rurais por conta da expectativa de emprego nas empresas subsidiárias da mineradora (DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA, 2011, p. 139). Aspecto também recorrente diz respeito ao cercamento de terras que antes tinham uso compartilhado, como para a cata de lenha, por exemplo. Nesse sentido seguem três trechos de depoimentos dos grupos focais vindos da boca, tanto de atingidos, como de alguém que não se considera atingido, sobre a diminuição da produção agrícola:

Eu produzia muito, porque tinham pessoas que trabalhavam comigo como meeiros. E hoje, o pessoal já partiu em busca de melhorias, em busca de garantias de emprego. Hoje, eu não produzo praticamente nada (GF Atingidos).

“Hoje, não tem como produzir mais. Uma pessoa sozinha não tem como produzir. Achar pessoas para trabalhar ficou difícil. A mineradora parece que dá estabilidade melhor (GF Atingidos).

Antes, nós vivíamos da plantação. O povo estava todo envolvido com a roça. A gente plantava, colhia e vivia da agricultura. Hoje em dia, nem água a gente tem direito (GF Não atingidos) (DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA, 2011, p. 139).

Outro aspecto que guarda relação com o verificado desestímulo agrícola é a insegurança jurídica em torno da posse da terra, e do risco de não permanecer em seus terrenos. Segundo o relatório da Diversus, vários produtores em processo de negociação com a empresa foram orientados por funcionários do empreendimento a paralisar as plantações, pois a colheita não estaria certa. (DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA, 2011, p. 232)

Além disso, um aspecto importante pode ter desdobramentos nesse mesmo sentido, que são os impactos sobre os recursos hídricos. O Parecer Sisema (2008) já considera essa hipótese como inevitável:

mesmo considerando-se a adoção de medidas de controle ambiental pertinentes e as ações contempladas nos programas de medidas potencializadoras, o impacto potencial é negativo, com intensidade alta, pois as restituições, das condições naturais do aquífero serão capazes de causar importantes modificações locais quantitativas e qualitativas no ambiente, mas que representam significado crítico para a AID do empreendimento (SISEMA, 2008, p. 93).

No trabalho de campo de pesquisadores do GESTA/UFMG (ZHORI *et al*, 2014), realizado nas comunidades rurais afetadas pelo empreendimento Minas-Rio em julho de 2013, esse aspecto aparece na percepção dos moradores atingidos pelo empreendimento. Apontam a perda de utilidade dos terrenos com a inviabilização dos cursos d'água, como por exemplo, nos terrenos cortados pelo Córrego Pereira - que sem o córrego, segundo uma moradora, “não serve para nada”. (ZHORI *et al*, 2014, p. 38). Outra questão relacionada também ao tema da água é a diminuição dos peixes nos rios e, por conseguinte, da pesca de subsistência nos cursos d'água da região. Após a instalação do empreendimento foram verificadas algumas mortandades de peixes no Rio Santo Antonio e no córrego Passa Sete.

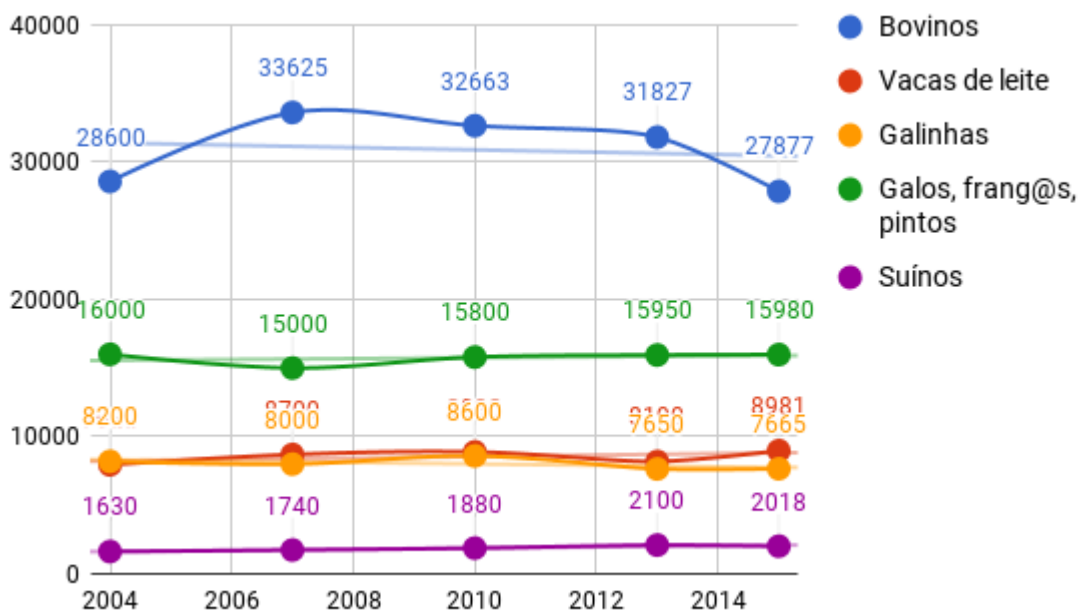
Nesse mesmo parecer é apresentado ainda um problema aparentemente inusitado que é a destruição das lavouras por animais silvestres. Os moradores relatam que a partir da instalação do empreendimento, bichos como raposa, capivara, paca, tatu e porco do mato atacam as plantações para se alimentar. Segundo um atingido da comunidade de Água Quente, “muita gente deixou de plantar porque bicho não deixa. Antes a gente não via bicho de dia, mas depois do empreendimento, os bichos ficam procurando comida nas plantações durante o dia” (ZHORI *et al*, 2014, p. 39)

Certamente, não seria possível esgotar nesta seção, com a profundidade que se exige, o conjunto das causas do desestímulo agrícola em Conceição e muito menos desenvolver prognósticos quanto ao alcance e intensidade dessa tendência decrescente. O objetivo aqui é a identificação desse decréscimo com a instalação do empreendimento minerário. Nesse sentido, parece que o conjunto das fontes e dados analisados, e os depoimentos recolhidos no município confirmam a hipótese de que o desestímulo agrícola tem relação com a instalação do empreendimento. O cruzamento dos relatos colhidos na cidade (que não tem uma validade estatística em si), com os dados do IBGE Cidades, acerca da produção agrícola do período imediatamente anterior com aquela imediatamente posterior à chegada do empreendimento se encaixam. Apesar da complexidade do tema, é possível identificar um nexo de causalidade entre a chegada da empresa, a instalação de um situação de conflito e o desestímulo agrícola.

No caso, uma diminuição de uma produção que era majoritariamente voltada para o consumo próprio. Nesse sentido seria necessário investigar em trabalhos posteriores os efeitos dessa queda da produção agrícola sobre a segurança alimentar da região. Caso não se verifique um cenário de aumento da insegurança alimentar das famílias no município, provavelmente deverá haver indícios de que houve uma mudança de seus perfis produtivos, relacionada ao abandono da atividade agrícola como fonte principal de subsistência.

Os dados do IBGE, no entanto, não demonstram variações muito significativas no que diz respeito à produção pecuária. Há uma relativa estabilidade dos principais rebanhos da região, entre 2004 e 2015. Infelizmente não é possível verificar nessa base de informações a variação da área destinada à criação desses animais, especialmente o caso dos bovinos.

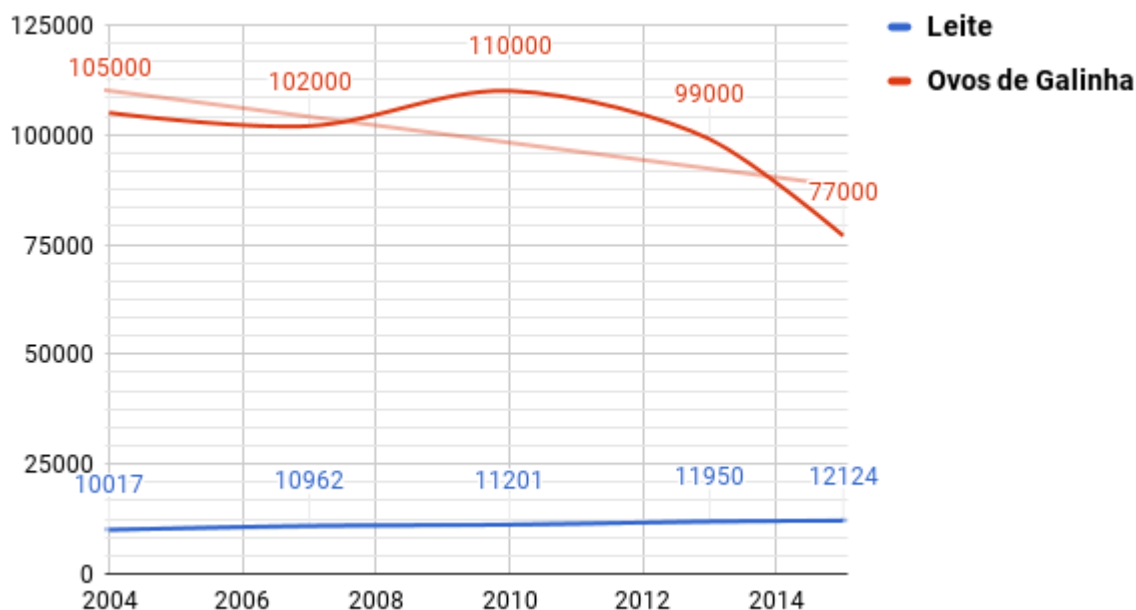
Gráfico 9: Pecuária (número de cabeças)



Fonte: IBGE Cidades

A produção leiteira experimentou um incremento de cerca de 20%, saltando de cerca de 10 milhões de litros para pouco mais de 12 milhões de litros em 2014. A exceção a essa estabilidade ou crescimento é a produção de ovos de galinha que teve uma queda da ordem de 36% nesse mesmo período.

Gráfico 10: Produção de leite e ovos de galinha (mil litros e dúzias)



Fonte: IBGE Cidades

Outra distinção importante entre as atividades pecuárias e as agrícolas, que aparece nas propriedades estudadas no diagnóstico da Diversus, é a destinação final dos produtos. Na pecuária bovina, por exemplo, 15,87% das propriedades destinam sua produção exclusivamente para a comercialização, e outros 34,92% comercializam seu excedente, enquanto 42,06% destinam tudo para o consumo próprio (DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA, 2011, p. 74).

A criação de galináceos é bastante ampla na região, 300 (71,77%) das 418 propriedades analisadas pela Diversus têm algum tipo de criação desse tipo. E 90,67% dessas propriedades destinam os produtos para o consumo próprio das famílias produtoras.

É preciso investigar mais a fundo as causas dessa distinção entre as tendências de expansão/estagnação do setor pecuário e de queda do setor agrícola. Buscar entender as relações do empreendimento com esses efeitos e em que medida essa diferenciação pode ter a ver com o perfil da produção em questão, se mais voltado para o mercado ou para a subsistência.

3.3 Mineração e transformações ecológicas

Há muitas entradas para realizar uma reflexão sobre transformações ecológicas a partir da ação de uma empresa mineradora. Mais uma vez é necessário fazer o alerta que não é

objetivo deste trabalho fazer uma abordagem profunda e específica sobre este aspecto em sua integralidade, mas buscar verificar a hipótese de transformações na dinâmica ecológica local a partir da intervenção da mineradora.

Antes de tudo, vale ressaltar que a abordagem aqui realizada se insere no bojo de trabalhos da chamada Ecologia Política, apresentada em linhas gerais no primeiro capítulo. Portanto, a própria separação de uma seção para os impactos ecológicos, distinta de uma sessão sobre os impactos na agricultura ou nas comunidades tem caráter meramente formal para a apresentação das conclusões da pesquisa, já que para essa corrente ecológica não há separação formal entre sociedade/cultura e natureza. Por conta disso, seus objetivos não estão relacionados à preservação ambiental diretamente, mas à justiça ambiental. Isso pode parecer contraditório ou tautológico, mas um exemplo pode demonstrar como a distinção faz sentido: basta olhar para os casos nos quais a instituição de Unidades de Conservação obrigou a remoção de comunidades ou famílias que ali viviam, estabelecendo uma relação de convívio de baixo impacto com o meio natural.

Essa matriz de pensamento tem distinção importante com a abordagem preservacionista ou de “culto à vida silvestre” (ALIER, 2007), que por um lado não enxerga nos ambientes naturais as modificações e adaptações vividas pelos mesmos ao longo de um convívio com grupos humanos de dezenas de milhares de anos. Que mesmo operando sistemas de convívio e apropriação de natureza de baixíssimo impacto se comparados com os modelos atuais, causaram modificações significativa nas paisagens e ambientes mesmo em tempos remotos (DEAN, 1996). Por outro lado, e vinculado a essa visão de formação natural apartada dos processos humanos, a solução para esse campo da ecologia seria a criação de Parque Nacionais ou Unidades de Conservação (muito similares ao modelo norte americano) que mantivessem algumas partes do território intocada e apartada do convívio humano.

É necessário fazer ainda uma distinção ainda mais significativa, usando ainda a tipologia de Alier (2007), com outro tipo de corrente ecológica, que ironicamente o autor vai denominar de “o evangelho da ecoeficiência”. Essa perspectiva busca criar coerência entre o discurso da sustentabilidade e a exploração econômica dos bens naturais, por um lado. Fazendo muitas vezes o que se convencionou chamar de *greenwashing*, pintando de verde negócios que são deveras impactantes, como a extração petrolífera ou mesmo a exploração minerária. Por outro lado, essa estratégia busca criar mecanismos de mercado para atuar no combate aos efeitos da crise ecológica, como por exemplo o mercado de carbono, no qual

empresas ou investidores podem comprar seu direito de poluir desde que invistam na manutenção de florestas (inclusive os chamados desertos verdes de monocultura de eucalipto e pinus) para captura de carbono a milhares de quilômetros do local onde se gerou a poluição que o obrigou à contrapartida.

Em Conceição do Mato Dentro, esta que poderia ser apenas mais uma querela teórica toma forma social e política e é possível verificar a existência dessas três correntes¹⁹. A que primeiro se desenvolveu foi a de perfil preservacionista. Após a derrocada do primeiro ciclo minerador, como foi dito acima, o município passou por um processo de especialização na agricultura de perfil de subsistência e na produção de leite. Durante essas décadas, ocorreu um relativo isolamento municipal, por conta de sua localização e de um perfil econômico mais introvertido. A redescoberta das belezas naturais da região, associada à revitalização dos caminhos da Estrada Real, através do programa iniciado em 1999, pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), fez com que se fortalecesse um fluxo de turismo para a região (FERREIRA; FREITAS NETO; FARIA, 2014). Esse processo redundou também na constituição de um movimento ambientalista regional de marcado perfil preservacionista, que buscará proteger o patrimônio natural através da busca de criação de Parques e Unidades de Conservação, e do fortalecimento dos já existentes (BECKER; PEREIRA, 2011). Em 1984 foi criado o Parque Nacional (PARNA) da Serra do Cipó, com 33.800 hectares e, em 1990, foi criada a Área de Preservação Ambiental (APA) Morro da Pedreira, circundando todo o Parque Nacional e somando uma área total de 100.000 hectares (ICMBIO, 2017). Em 2002, foi criado o PARNA Sempre-Vivas, com 124.000 hectares (BRASIL, 2002). Em 2005, foi aprovada no Man and the Biosphere Programme (UNESCO) a criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, com mais de 3 milhões de hectares.

Esse processo de criação da Reserva da Biosfera, revelou como o movimento preservacionista local ganhou força e capacidade de articulação institucional com universidades como a PUC-MG, a UFMG e diferentes esferas do poder público na criação de um processo que culminou com a aprovação da Reserva. No bojo desse movimento se destaca a ONG Sociedade dos Amigos do Tabuleiro (SAT), o nome dessa organização, vinculando-a ao maior monumento natural do município, a Cachoeira do Tabuleira (3ª maior do Brasil), é demonstrativo do vínculo existente entre a busca por preservação ambiental e o

19 Toda tipologia é ao mesmo tempo uma forma de generalização e simplificação ao mesmo tempo. Pode ser arriscado resumir o conjunto de movimentos e perspectivas em atuação em Conceição do Mato Dentro, mas parece que há aspectos efetivos em cada um deles que justificam esse enquadramento.

desenvolvimento do turismo. Demonstrando também a compreensão do turismo como um possível vetor de desenvolvimento econômico para a região, fazendo com que Conceição passasse a se intitular como capital mineira do ecoturismo (BECKER; PEREIRA, 2011).

Figura 11: *Cachoeira do Tabuleiro*



Fonte:

Com a chegada do empreendimento minerário, surgiu em Conceição do Mato Dentro, uma outra linha de atuação ambiental organizada; impulsionada pela ação empresarial, primeiro da MMX e, posteriormente, da Anglo American. Essa perspectiva buscou demonstrar (para assegurar seu enraizamento na cidade e, após isso, a sua operacionalização) que é possível realizar um mega empreendimento minerário de forma sustentável. Entre as sete abas principais do website do Anglo American Brasil²⁰, encontra-se uma destinada à “Sustentabilidade”. Esse é um tema central do discurso legitimador do empreendimento.

É interessante perceber que a perspectiva ecológica da empresa, pelo menos discursivamente, é multifatorial. Trabalha a dimensão “meio ambiente” ao lado da dimensão “comunidades”, relaciona “desempenho” e “segurança e saúde”. Apresenta, com destaque, a

20 Disponível em: <<http://brasil.angloamerican.com>> Acessado em: 24/07/2017.

fórmula sintética “comunidades sustentáveis”. Cada uma dessas abas do site direciona para a apresentação de iniciativas, projetos, relatórios, que misturam e/ou desenvolvem alguns desses quatro aspectos: a) um caráter propagandístico, b) busca de um discurso técnico de caráter validador, c) uma posição ética de empatia com as comunidades e, d) apresentação da mineração como necessária e inevitável.

Figura 12: Website do Anglo American Brasil



Fonte: Anglo American

Não seria possível esgotar aqui uma análise de cada uma dessas dimensões encontradas no discurso das empresas Anglo American e MMX - esse aspecto sobre a ação empresarial, através da propaganda e dos relatórios técnicos, merecia um trabalho próprio²¹ - mas trazendo a luz o tratamento dado pela mineradora, a questão das cavernas, por exemplo, é possível ter uma noção aproximada do todo da abordagem socioambiental da empresa.

Nesse segmento, patrimônio espeleológico e arqueológico, a Anglo afirma ter investido cerca de R\$ 7 milhões, até abril de 2016 (DIÁLOGO ANGLO AMERICAN, 2016a). A empresa afirma em um de seus boletins que graças a sua atuação “81 cavidades (cavernas, grutas ou outras formações rochosas subterrâneas), e 59 sítios arqueológicos estão protegidos” (DIÁLOGO ANGLO AMERICAN, 2016a, p. 9). No entanto, o agente causador das principais ameaças às cavernas da região foi a própria Anglo American. No processo de Licenciamento das duas primeiras etapas do projeto foram identificadas 56 cavidades ao todo na área da serra do Sapo/Ferrugem, sendo que 23 delas foram suprimidas com a instalação da

21 A empresa até aqui publicou 10 números de seu boletim intitulado “Diálogo” com periodicidade de no máximo 3 meses, desde novembro de 2014. Em cada um deles é possível a forma como a empresa aborda os temas candentes sobre sua atuação: segurança, meio ambiente, emprego, saúde da mulher, etc.

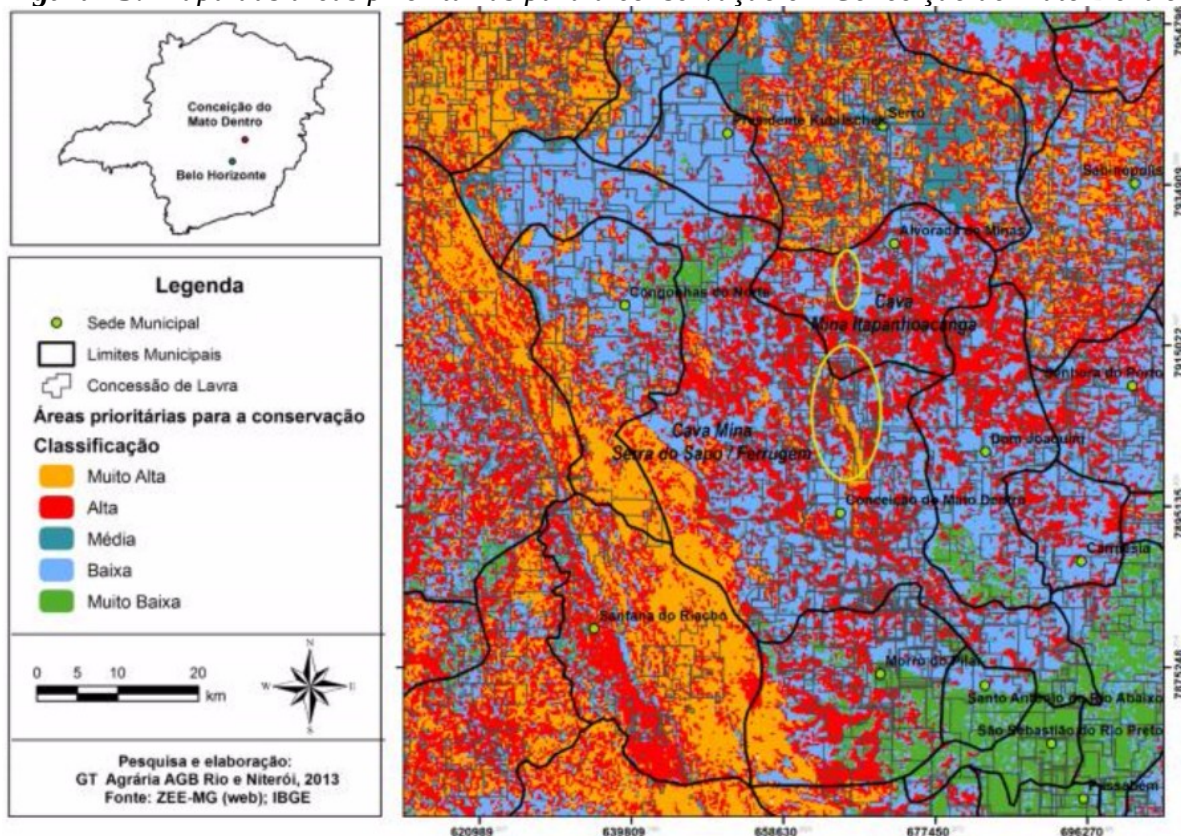
mina. Além disso, também foram identificados 19 sítios arqueológicos, dos quais 4 (3 pré-históricos e um misto de histórico e pré-histórico) foram suprimidos pela pilha de estéril, pela barragem de rejeito pela área industrial do empreendimento, outros 15 se encontram na Área de Influência do empreendimento (SISEMA, 2008).

Com o título “Nascido há 10 mil anos” a empresa abre a sessão de seu boletim sobre o tema. Apresenta as informações sobre as 81 cavidades e 59 sítios que supostamente estariam sobre a proteção dos R\$ 7 milhões investidos pela empresa. Destaca ainda a criação pela empresa, em parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), do Núcleo Espeleológico da Serra do Espinhaço Meridional. A Anglo American apoiou a produção de livros sobre estudos arqueológicos e de espeleologia. Publicou o livro “Das Grutas à Luz”, do autor Castor Cartelle, e lançou a publicação “Cavernas da Serra do Espinhaço Meridional”, junto à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Além disso, criou a Estação Ciência Anglo American, na qual podem ser encontrados os materiais líticos oriundos da região. Em nenhum momento é feita qualquer relação dessas ações com processos mitigatórios ou condicionantes impostas pelo licenciamento.

Uma das ações estratégicas da empresa foi uma aproximação com o movimento ambiental de perfil preservacionista. Rafael Prosdocimi aponta que embora inicialmente críticos ao empreendimento, “os ambientalistas ligados à SAT se uniram aos empreendedores buscando conciliar a mineração e a defesa do patrimônio ambiental, na tentativa de garantir que a instalação do empreendimento se fizesse com atenção a determinados aspectos, sobretudo aqueles relacionados ao patrimônio natural. Pouca atenção foi dada, nesse momento prévio, às questões envolvendo a população que habitava a área de entorno ao empreendimento. A atuação acordada entre membros da SAT e funcionários da MMX, posteriormente da Anglo American, provocou uma verdadeira ruptura dos alicerces do movimento preservacionista local, gerando novas iniciativas por parte da sociedade civil no esforço de atuar de forma crítica à instalação do projeto Minas-Rio na região.” (PROSDOCIMI, 2014, p. 59).

Um dos aspectos que permitiu essa aproximação foi a relativa distância que separa a área de principal interesse preservacionista e turístico da área da exploração mineral. Mas se observarmos o mapa abaixo é possível perceber que nos locais exatos nos quais se instalaram e estão projetadas as cavas das minas, são área de “alta” ou “muito alta” classificação quanto a necessidade de conservação prioritária.

Figura 13: Mapa das áreas prioritárias para a conservação em Conceição de Mato Dentro



Fonte: ZEE-MG; IBGE

Nesse contexto emerge um terceiro tipo de movimento ecológico, mais ligado à luta contra os efeitos negativos da mineração no território, muito baseado na relação com as comunidades e famílias atingidas, e com um perfil que Alier chama de “ecologismo dos pobres” ou movimento por justiça ambiental. Essa rede de organizações que passou a confrontar o empreendimento com um discurso mais contundente tem fortes bases locais, especialmente de famílias que tiveram suas terras atingidas pelo empreendimento. Seu fundamento é menos o “meio ambiente” como meio natural apartado do convívio comunitário e mais a luta pela manutenção das condições ecológicas que permitiam a sua reprodutibilidade no território.

Nos termos de Alier, trata-se de um conflito distributivo. Comunidades que viviam no ambiente de acordo com práticas de apropriação da natureza e hábitos de convívio comunitário tiveram suas vidas completamente modificadas a partir da chegada do empreendimento, que instala no território novas e intensivas formas de apropriação da natureza, e é nesse sentido que há uma dimensão distributiva no conflito, por conta da apropriação desigual dos bens naturais e da sujeição de alguns à inviabilização de sua

presença no território. Arturo Escobar, em diálogo com a formulação de Alier, vai afirmar o seguinte:

uma visão da ecologia política que incorpore sistematicamente o econômico, o ecológico e o cultural, definindo este campo como o estudo dos conflitos distributivos econômicos e culturais (ESCOBAR, 2005, p. 17, tradução nossa).

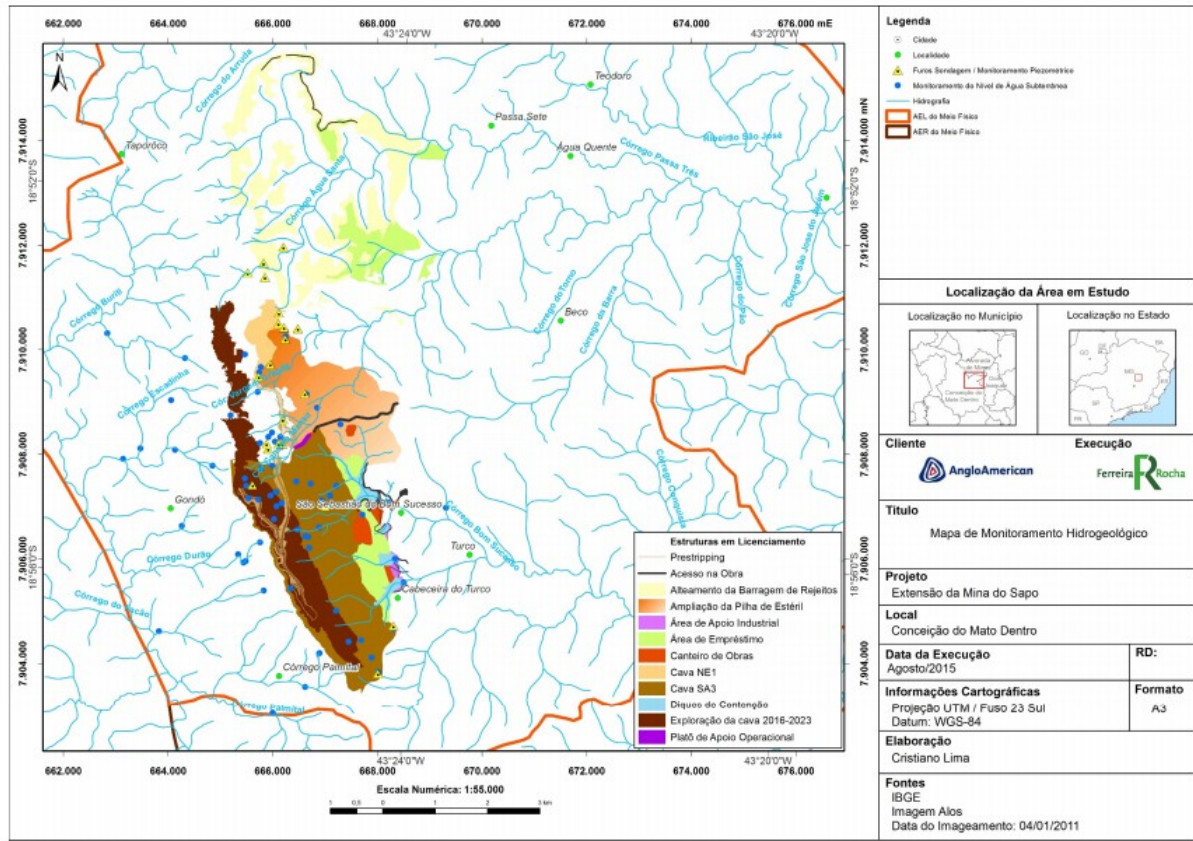
Esse conflito se materializa em muitos âmbitos e ele também precisa ser analisado de um ponto de vista multiescalar. Na escala do convívio comunitário com a empresa, as mudanças ecológicas mais significativas dizem respeito aos cursos e às fontes de água, à interrupção de caminhos e atalhos de uso tradicional comum, à poluição do ar por material particulado e aos impactos nas moradias decorrentes das explosões na mina e no funcionamento do mineroduto. Para buscar aprofundar melhor esse tema, a análise se concentrará na questão da água, por sua centralidade para a sobrevivência das comunidades e também por ser um dos mais evidentes e reconhecidos impactos ecológicos na região.

Antes de mais nada é necessário fazer uma breve caracterização da hidrografia e da hidrogeologia da região, baseado no Parecer Único SISEMA 01/2008.

O empreendimento se localiza na sub-bacia do rio Santo Antônio, dentro da bacia federal do rio Doce. Os principais formadores dessa sub-bacia são o rio Santo Antônio (a oeste da serra do Sapo/Ferrugem) e o rio do Peixe (a leste da serra do Sapo/Ferrugem). Este último constitui um dos principais afluentes da margem esquerda do rio Santo Antônio, unindo suas águas à sudeste do empreendimento, no município de Ferros.

A área de drenagem do rio do Peixe se encontra na Área de Influência Direta da cava da serra do Sapo, e recebe contribuições diretas das águas vertentes da serra. Na porção sul da serra do Sapo os principais contribuintes são os córregos Água Santa (extremo norte), Vargem Grande e Candeia Mansa, localizados na extremidade norte de São Sebastião de Bom Sucesso. Destaca-se também, mais ao norte, a sub-bacia do córrego Passa-Sete (ou Passa-Três), onde foi implantada a barragem de rejeitos. As drenagens que nascem na encosta oeste da serra do Sapo contribuem para o rio Santo Antônio. Ao sul dessa face, o ribeirão Santo Antônio recebe as águas dos córregos Amolar e Palmital. Nas porções central e norte, os córregos Durão, do Lucas, Escadinha e Buriti afluem para o ribeirão Santo Antônio do Cruzeiro, que passa a se chamar ribeirão Santo Antônio a partir da confluência com o córrego Palmital.

Figura 14: Mapa Hidrogeológico de Conceição do Mato Dentro



Fonte: Projeto de Extensão da Mina do Sapo – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) 2015

Além disso, a Serra do Sapo cumpre um papel de “produtora” de água na região, pois esse sistema de corpos hídricos está integrado a uma rede de aquíferos, sendo que dois destes se localizam na região da cava. Trata-se de uma zona de recarga hídrica.

“A área diretamente afetada pelo empreendimento caracteriza-se como uma área de recarga, que, a exemplo do que acontece nas minas do quadrilátero ferrífero, constituem aquíferos com elevado potencial de armazenamento de água. Essa condição favorece o surgimento de várias nascentes distribuídas no divisor, tanto na vertente leste quanto na oeste.” (SISEMA,2008, p. 17)

Os impactos nos ciclos hidrológicos da região são basicamente de quatro tipos: a) inviabilização total do corpo hídrico, b) rebaixamento do lençol freático, c) redução da vazão hídrica e d) poluição e/ou assoreamento dos corpos hídricos. Muitas vezes estes diferentes impactos atuam combinadamente.

- a) Diversos corpos hídricos deixaram de existir. As nascentes situadas dentro ou próximas da cava, principalmente as da vertente leste (que representam a descarga

hídrica do aquífero da Formação Serra do Sapo), tiveram suas vazões reduzidas, ou foram suprimidas. (SISEMA, 2008, p.57)

Apesar de mantida uma vazão diminuída no Córrego Passa-Sete à jusante da barragem de rejeito nesse mesmo córrego, na prática, as condições ecológicas do rio foram suprimidas, tamanho o assoreamento por lama e o risco potencial imposto a este corpo hídrico.

- b) As cavas localizadas na serra do Sapo/Ferrugem drenam uma quantidade significativa de águas subterrâneas, por conta do sistema de rebaixamento de nível d'água. Isto ocorre tanto pela profundidade que as cavas alcançam, quanto pelo aumento da área de recarga da formação ferrífera. Esse rebaixamento do lençol freático afeta consideravelmente as condições de escoamento subsuperficial na AID, gerando reflexos diretos para a AII, gerando um redução de vazão de diversos corpos hídricos. O desenvolvimento da lavra está vinculado à necessidade de se executar o rebaixamento do nível de água subterrâneo, implicando em redução do volume de vazão nas nascentes, bem como, alteração do seu local de surgência. (SISEMA, 2008, p. 57)
- c) a redução de vazão tem origem no processo de supressão de corpos hídricos e no rebaixamento do lençol freático, como foi visto acima. No entanto, há outro processo de redução de vazão oriundo da demanda de captação hídrica do empreendimento através de outorga estadual no Rio do Peixe (município de Dom Joaquim). Essa captação é feita através de 3 (três) bombas, duas operacionais e uma reserva. São captados 2,5 milhões de litros de água por hora, transportados por uma adutora de 32 km de extensão e 30 polegadas de diâmetro, até a planta de beneficiamento. A vazão total do Rio do Peixe (vazão mínima anual de 7 dias consecutivos de 10 anos de período de retorno) é de cerca de 11,6 milhões de litros por hora, ou seja, a captação da Anglo American vai reduzir a vazão à jusante de sua captação em uma proporção em torno de 21,6%, abaixo do limite máximo permitido pelo estado que é de 30%. A quantidade de água captada é equivalente ao necessário para uma cidade de aproximadamente 200.000 mil habitantes, ou seja, dez vezes mais habitada do que Conceição do Mato Dentro. (SISEMA, 2008, p. 14)

d) A poluição e/ou o assoreamento dos corpos hídricos é uma das consequências dos processos anteriores. Quando se rebaixa o lençol freático e bombeia-se água subterrânea para manter alguma vazão nos córregos e nascentes da Serra, esta água traz propriedades físico-químicas diferentes das águas superficiais, pois a água subterrânea é ligeiramente mais ácida, o que pode alterar a biota aquática local, tanto em termos de fauna quanto de flora.

O próprio estudo de impacto ambiental da empresa admite que há alteração da qualidade das águas nas bacias do Rio Santo Antônio e Rio do Peixe, decorrente do carreamento de material fino nos acessos e frentes de lavra, nas pilhas de estéril, nos taludes da barragem de rejeito, nas estradas e no pátio de beneficiamento, e também pela percolação das águas pluviais incidentes nestas. (SISEMA, 2008, p. 57)

Esse é um conflito distributivo fundamental na região. Devido à transformação do regime hidrográfico e hidrogeológico da região, diversas comunidades e famílias tiveram seu acesso à água, até então senão abundante suficiente para os diversos usos, restringido. São muitos os relatos de inviabilização de cursos d'água no interior de propriedades em Conceição do Mato Dentro, mortandade de peixes, turbidez da água, assoreamento.

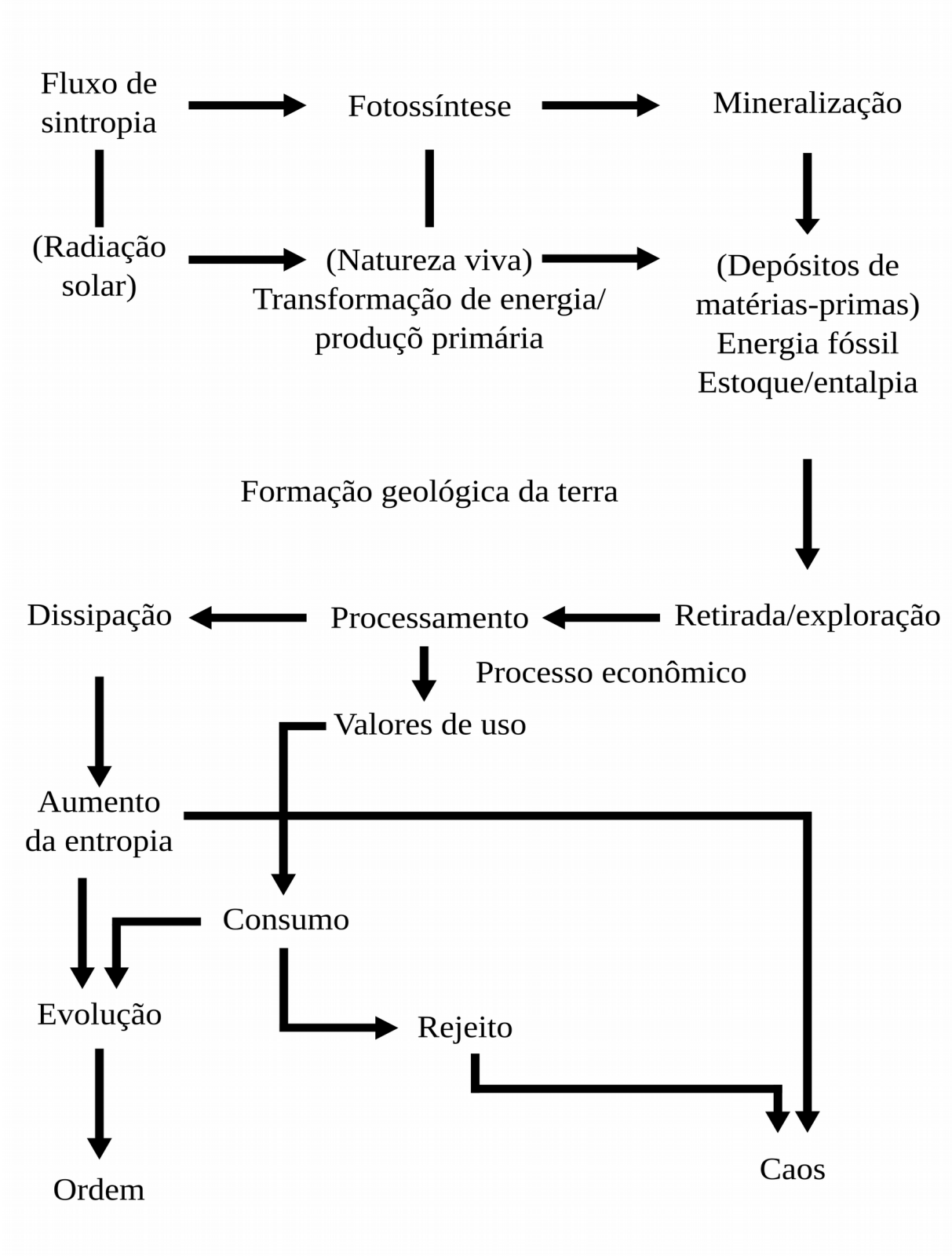
A quantidade de mudanças ecológicas na região é significativa e não poderia ser esgotada aqui. Por exemplo, uma análise dos dados do IBGE acerca da produção de carvão vegetal no município merecem alguma reflexão, apesar da série histórica se mostrar intermitente. Entre 2004 e 2011 observaram uma queda de 24 para 10 toneladas e o dado referente ao ano de 2015 eleva essa quantidade a 125 toneladas. Como há nos dados estatísticos do IBGE uma separação entre essa forma de produção de carvão e a forma relacionada à silvicultura do eucalipto, por exemplo, pode-se inferir que ao menos um percentual desse significativo aumento é oriundo da extração ilegal de madeira das matas da região. O que pode ser considerado grave se levamos em conta o tipo de vegetação localizado na região. Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Serro se encontram no ecótono (intercessão) dos biomas Cerrado e Mata Atlântica, o que faz com que além de conviverem espécies do dois biomas, haja uma série de espécies endêmicas (GOULART, 2007).

Um sentido dessa apropriação desigual da natureza só pode ser apreendido se ampliarmos a escala de localização do empreendimento e, em certa medida, o nível de abstração sobre os diversos processos ali inseridos, trabalhando com categorias mais sintéticas, como apropriação de matéria e energia (ALTVATER, 1992). Altvater argumenta

que conceitos da física termodinâmica podem ser úteis às ciências sociais, especialmente o de entropia e sintropia.

O físico Hans Peter Dürr delimita o conceito da seguinte maneira: ‘A fonte primária de sintropia para a evolução da vida na face da Terra é a radiação solar direta. O desenvolvimento técnico é alimentado essencialmente por carvão, petróleo e gás, provenientes de radiações solares recebidas anteriormente. A pesquisa sistemática da crosta terrestre e a descoberta contínua de novas reservas energéticas, ou melhor, de ilhas de sintropia positiva, desenvolveram a impressão de que a Terra, medida em atividades humanas, pode ser considerada uma fonte inesgotável de sintropia ... A exploração de ilhas não renováveis de sintropia positiva para o nosso processo de criação de valor tem desvantagens em relação aos processos utilizados pela natureza no nosso planeta, e constitui ... a causa essencial de uma ampla parcela de nossas dificuldades hoje globais: nós gastamos o que não pode mais ser repostado - e, portanto, estamos consumindo a própria substância...’ (1990, p.13 ss.) Neste sentido, o conceito de sintropia designa o estado de um sistema (fechado) de elevada ordem. O que também poderia ser traduzido como um estado de baixa entropia. Contudo, neste caso o conceito de sintropia é preferido, porque a entropia se refere essencialmente a fluxos energéticos, isto é, à conversão de energia livre em energia vinculada (ALTVATER, 1992, p. 45).

Figura 15: Fluxo de sintropia e aumento de entropia



Fonte: Altvater (1992)

Na sociedade industrial capitalista, com o perfil desigual que assume o seu desenvolvimento, seja no que diz respeito ao sistema de nações, quanto aos desníveis no interior das próprias sociedades nacionais, é possível melhorar os balanços de entropia de um país enquanto piora o balanço de outros países ou regiões, exteriorizando os problemas ecológicos relativos à produção e ao consumo. Os países e as classes sociais que ocupam o topo do ranking do desenvolvimento industrial capitalista podem importar matérias-primas e energia, enquanto exportam rejeitos sólidos, líquidos e gasosos. (Altvater, 1992, p. 37)

Um aspecto constituinte do empreendimento, condição sine qua non para seu funcionamento, é a linha independente de transmissão de energia - derivada da Subestação da Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (CEMIG). Para o processo de instalação do empreendimento e seu canteiro de obras foi construída uma linha de transmissão de 13,8kV, suprida pela CEMIG, proveniente da cidade de Conceição do Mato Dentro (SISEMA, 2008). Segundo a mineradora o projeto utiliza 17,9 MegaWatts de potência, o que significa 156,8 mil MegaWatts por ano, o suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 150 mil habitantes (SISTEMA..., 2015)

Nas tabelas abaixo é possível verificar o papel destacado que a rede do minério de ferro cumpre na demanda energética brasileira. Percebe-se que a pelletização não tem um papel destacado no consumo energético por unidade de produção, no entanto, como trata-se de produto que tem uma economia de grande escala, seu consumo total acaba ficando entre os principais no quadro dos maiores demandantes de energia elétrica do país.

Tabela 4: Grandes consumidores industriais: consumo específico de eletricidade ⁽¹⁾, por segmento (kWh/t)

Segmento	2014	2019	2024	2014-2024 (% ao ano)
Alumínio Primário	14.752	14.178	13.769	-0,7
Alumina	299	288	278	-0,7
Bauxita	13	13	12	-0,4
Siderurgia (aço bruto)	507	486	476	-0,6
Pelotização	49	48	47	-0,4
Ferroligas	8.471	8.516	8.468	0,0
Cobre	1.545	1.488	1.456	-0,6
Soda-Cloro (soda)	2.727	2.653	2.598	-0,5
Petroquímica (eteno)	1.484	1.443	1.407	-0,5
Celulose	980	947	924	-0,6
Pasta Mecânica	2.189	2.142	2.102	-0,4
Papel	791	769	751	-0,5
Cimento	112	108	105	-0,6

(1) Inclui autoprodução.

* Estimativa preliminar para 2014.

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – NOTA TÉCNICA DEA 03/15

Tabela 5: Grandes consumidores industriais: consumo total de eletricidade ⁽¹⁾, por segmento (GWh)

Segmento	2014	2019	2014-2024	
			2024	(% ao ano)
Alumínio	12.896	15.751	16.081	2,2
Alumina	3.113	3.650	3.956	2,4
Bauxita	464	543	533	1,4
Siderurgia (aço bruto)	17.677	21.042	22.873	2,6
Pelotização	3.644	4.448	4.759	2,7
Ferroligas	8.259	12.004	12.699	4,4
Cobre	646	682	858	2,9
Soda-Cloro	3.798	4.059	4.735	2,2
Petroquímica (eteno)	7.358	7.783	8.059	0,9
Celulose	16.571	24.929	28.990	5,8
Pasta Mecânica	1.130	1.101	1.081	-0,4
Papel	8.345	9.695	11.753	3,5
Cimento	7.913	9.004	10.757	3,1
Total	91.813	114.690	127.134	3,3

(1) Inclui autoprodução.

* Estimativa preliminar para 2014.

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – NOTA TÉCNICA DEA 03/15

Além do consumo de energia elétrica é necessário levar em conta toda a demanda energética proveniente do consumo de combustíveis fósseis, na frota de caminhões, caminhonetes, automoveis, relacionados ao projeto e às máquinas que operam com diesel como combustível.

O valor de uso derivado daí é o ferro purificado, separado de todo o rejeito que estava misturado a ele na natureza. Esses *pellet feed*²², com cerca de 67/68% de teor de ferro, é embarcado e vai cruzar o mundo tendo como destino principal a China. Agregado a ele vão as enormes quantidades de energia e água necessários em sua produção. Ao mesmo tempo, o empreendimento instala no território um gigantesco cemitério de natureza revirada e morta. A barragem de rejeito e as pilhas de estéreis, as cavernas e sítios arqueológicos destruídos, a perda de vegetação, o aumento das emissões de CO₂, dinâmicas de alto teor entrópico, de perdas de energia e matéria. Confirmando a interpretação de Altvater (1992) os países centrais do capitalismo dispõe de condições favoráveis para se apossar dos valores de uso, importando

22 O mais fino dos três tipos de minério (menos de 0,15 mm).

matéria e energia e exportando rejeitos. Essa seria uma condição válida mesmo quando parte significativa da produção mineral brasileira estava sob controle do estado nacional, após sua completa privatização e, em se tratando de uma mineradora de uma fusão de capitais ingleses e americanos, esse processo torna-se ainda mais efetivo e direto.

Nessa perspectiva mais ampla acerca do debate ecológico, das trocas ecológicas desiguais no sistema-mundo capitalista, é possível perceber um dos aspectos do significado do conceito da “corporatização dos territórios”. O metabolismo da relação sociedade e natureza se modificou profundamente. Tanto na intensidade e na quantidade de transformação de matéria com energia, quanto no ritmo no qual a apropriação da natureza se verifica. Há também um novo nexos entre as Serras de Conceição do Mato Dentro, as indústrias de transformação da China, os centros financeiros globais de Londres e Wall Street. Há muita discussão em torno da precisão dos cálculos acerca da “contabilidade de fluxos de matéria e energia” (MEFA - *material and energy flow accounting*) e da “apropriação humana da produção primária líquida” de biomassa (HANPP - *Human appropriation of net primary production*). A controvérsia em torno da precisão das formas de medir estas categorias analíticas, não obnubilam o potencial analítico dos mesmos. A quantidade de produto final é “impressionantemente pequena se comparada à quantidade bruta de produto gerado em potencial (ALIER, 2008, p. 119). Nessa perspectiva para toda quantidade de valor produzida há um montante de valor destruído (ALTVATER, 1992).

3.4 Especialização econômica, conflitividade e violência

A chegada de um empreendimento de tal porte em um município pequeno como Conceição do Mato Dentro inevitavelmente traz transformações. Do ponto de vista das relações econômicas esse processo se torna ainda mais evidente. O processo de enraizamento da Rede Global de Produção tem na questão do mercado de mão-de-obra um aspecto fundamental e o processo de instalação de uma mina da dimensão da estudada aqui tem efeitos qualitativos e quantitativos sobre as relações de trabalho locais. Como já vimos acima, há indícios de que haja uma conexão entre a tendência decrescente das atividades agrícolas e a instalação do empreendimento, repercutindo também em um possível deslocamento de força de trabalho da atividade agrícola para as atividades subsidiárias da mineração. Nesse sentido, há quase um consenso de que os dados demográficos do IBGE se encontram desatualizados,

já que apontam, entre o Censo de 2000 e o de 2010 um pequeno decréscimo populacional, passando de 18.637 para 17.908 habitantes.

A chegada de um empreendimento de tal porte em um município pequeno como Conceição do Mato Dentro inevitavelmente traz transformações. Do ponto de vista das relações econômicas esse processo se torna ainda mais evidente. O processo de enraizamento da Rede Global de Produção tem na questão do mercado de mão-de-obra um aspecto fundamental e o processo de instalação de uma mina da dimensão da estudada aqui tem efeitos qualitativos e quantitativos sobre as relações de trabalho locais. Como já vimos acima, há indícios de que haja uma conexão entre a tendência decrescente das atividades agrícolas e a instalação do empreendimento, repercutindo também em um possível deslocamento de força de trabalho da atividade agrícola para as atividades subsidiárias da mineração. Nesse sentido, há quase um consenso de que os dados demográficos do IBGE se encontram desatualizados, já que apontam, entre o Censo de 2000 e o de 2010 um pequeno decréscimo populacional, passando de 18.637 para 17.908 habitantes.

Há algum nível de controvérsia quanto à estimativa do número efetivo de operários envolvidos no processo minerário no município. Em estudo realizado pela Synergia Consultoria Ambiental (2013) é possível ter uma noção mais aproximada do impactos demográficos do empreendimento. Na Fase de I, de implantação do projeto, foram demandados no pico da obra, 6.610 trabalhadores. E para a operação é prevista uma mão-de-obra permanente de 713 trabalhadores.

No entanto, o Parecer Técnico apresentado pela Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Ambiental de Conceição do Mato (SALVIANO; MASCARENHAS; FERREIRA, 2015) aponta que os números apresentados pela empresa estavam aquém da verdadeira demanda de mão de obra prevista na Licença de Operação do projeto.

Constata-se ainda que na Etapa 01, os dados de quantidade de trabalhadores foram acentuadamente subestimados. O empreendedor informou que a Etapa 01 teria pico de aproximadamente 4 mil trabalhadores durante a implantação, número este que chegou a 12 mil funcionários. (SALVIANO; MASCARENHAS; FERREIRA, 2015, p. 12)

Tal dinâmica determinou uma acentuação do processo migratório em direção à cidade. A empresa aponta que entre 2010 e 2014 foram atendidos 1.458 migrantes pelo seu Programa de Orientação ao Migrante, em Conceição do Mato Dentro e em Dom Joaquim. (DIÁLOGO AMBIENTAL, 2014)

Tabela 6: Projeções Populacionais Conceição do Mato Dentro (2014-2020)

Cenários	Expectativas	2014	2016	2018	2020
1	Pessimista: sem os investimentos produtivos, investimentos na etapa de implantação, não operação da atividade extrativa, 1/3 das pessoas externas permanecem no município e manutenção das taxas de ocupação formal anteriores ao empreendimento.	19.792	21.116	22.637	24.772
2	Intermediário: com parte dos investimentos previstos e confirmados para a região, sem investimentos na etapa de implantação, operação parcial da mina com 50% da população ocupada prevista sendo utilizada (357 trabalhadores empregados diretamente), 1/3 de pessoas externas permanecendo no município e ampliação da formalização de empregos na ordem de 15% até 2020.	20.517	22.525	25.013	27.941
3	Otimista: com todos os investimentos confirmados, investimentos na etapa de implantação, operação total da mina com 100% da população ocupada prevista sendo utilizada (713 trabalhadores diretos), 1/3 de pessoas externas permanecem no município (198) e ampliação da formalização de empregos na ordem de 25% até 2020.	21.035	23.293	25.963	29.068

Fonte: Projeções Demográficas Synergia (2013), elaborado por Lara (2015)

Percebe-se ainda um incremento do número de unidades empresariais atuando no município que vai gerar desdobramentos diretos sobre a dinâmica econômica local. Esse incremento é acompanhado por um crescimento do número de pessoas ocupadas nessas unidades (LARA, 2015).

Tabela 7: Número de Empresas no Município de Conceição do Mato Dentro (2006- 2015)

Variável - Número de unidades locais (Unidades)									
Município - Conceição do Mato Dentro (MG)									
Ano									
2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
187	396	237	471	316	309	389	437	443	387

Variável - Pessoal ocupado total (Pessoas)									
Município - Conceição do Mato Dentro (MG)									
Ano									
2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1.058	1.248	1.177	1.959	2.420	2.462	5.131	5.655	4.584	4.436

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas

Essas modificações na dinâmica das relações de trabalho locais são uma das principais fontes de transformação do conjunto das relações sociais no município. A corporação minerária vai determinando um conjunto de transformações ao seu redor para levar adiante seus negócios. Além da diminuição do peso relativo e absoluto da produção agrícola municipal, o setor de serviços e comércio cresce acentuadamente, sustentado pelo crescimento dos serviços de alojamento, alimentação e transportes terrestres, que obtiveram crescimento de 183%, 214% e 300%, respectivamente (LARA, 2015). Verifica-se também um aumento do setor de transformação e de construção civil.

Tabela 8: Número e percentual de estabelecimentos e vínculo formais (empregados) por setores econômicos

Setores Econômicos	Estabelecimentos						Vínculos					
	2006		2009		2012		2006		2009		2012	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura	61	33,0	50	23,3	50	16,8	117	11,4	91	5,9	227	7,1
Extração	0	0,0	1	0,5	1	0,3	0	0,0	2	0,1	286	8,9
Transformação	13	7,0	17	7,9	15	5,1	27	2,6	48	3,1	48	1,5
Construção Civil	3	1,6	5	2,3	13	4,4	4	0,4	387	25,2	1.127	35,1
Comércio e Serviços	108	58,4	142	66,0	218	73,4	880	85,6	1.006	65,6	1.524	47,4
Total	185	100,0	215	100,0	297	100,0	1.028	100,0	1.534	100,0	3.212	100,0

Fonte: RAIS, elabora por Lara (2015)

A chegada de empreendimento de tal porte em um município pequeno por si só já cria um poder de atração e impulsão de uma série de outros negócios que atuarão de forma associada à mineração. Além disso, a mineradora tem uma ação coordenada para o desenvolvimento dessas atividades, especialmente através do “Promova – Programa de

Desenvolvimento de Fornecedores Locais”. Criado em 2012, o programa realizou 35 cursos para 1.700 pessoas em parceria com o Sebrae, com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) (ANGLO..., 2017). O Promova multiplicou em 14 vezes o volume de compras locais feitas no Minas-Rio. Identificou 520 potenciais fornecedores locais para trabalhar com suas atividades, 87 contratos foram assinados e 140 empresas garantiram negócio com a companhia. A Anglo American gastou mais de US\$ 73 milhões em contratos locais e a receita total criada pelos negócios apoiados pelo Promova representaram 16% do PIB desses municípios. Em 2015, o impacto no PIB chegou a alcançar 20% (ANGLO..., 2016).

É possível perceber, portanto, um processo de especialização econômica em curso no município. Este aspecto é fundamental para compreender os encadeamentos locais da RGP de minério de ferro, integrando uma teia de empresas de variados tipos e dimensões ao processo de criação, ampliação e captura de valor. Os processos organizados através do Promova utilizam Know-how de gestão empresarial para articular em uma dinâmica comum diversas etapas do processo produtivo, desde a hospedagem, alimentação e transporte dos trabalhadores até as empresas de transformação e construção civil. O processo de enraizamento da RGP não pode ser entendido apenas como um encaixe do empreendimento na dinâmica econômica local. De certa forma, a corporação minerária cria o próprio substrato no qual se enraíza, já que as condições técnicas e econômicas prévias à chegada do empreendimento eram qualitativa e quantitativamente distintas às demandadas por um projeto minerário desse porte.

Esse processo de especialização econômica traz em seu bojo o binômio modernidade-colonialidade. A perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado possibilita que se aborde os fenômenos locais sob a mesma chave interpretativa utilizada para abordar em nível global a dinâmica da dependência e do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Isso se sustenta também na abordagem de Altvater (1992) que coloca ao lado do processo de criação de valor o processo de destruição de valor. Paralela à organização do espaço e a instituição de ordem, a desorganização espacial e desordem. O caso da expansão da oferta de empregos relacionados ao empreendimento revela essa contraface contraditória à promessa de desenvolvimento. Essa expansão, apesar de sustentar para uma parte do município o discurso do aumento das oportunidades de emprego e renda com a chegada da mineração, também introduziu uma importante componente de conflito. Durante a implantação do

empreendimento surgiram diversas denúncias relacionadas a violações de direitos trabalhistas por empresas subcontratadas. Em 2013, por exemplo, 800 trabalhadores de um empresa contratada incendiaram os alojamentos em protesto contra as más condições de trabalho e ao não pagamento das horas extras (WROBLESKI, 2014a). Ainda em 2013, a Anglo American foi autuada por manter trabalhadores em condições análogas à escravidão; um total de 172 trabalhadores foram libertados, 100 deles haitianos, além de migrantes nordestinos. A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego detectou condições de trabalho degradantes devido à precariedade dos alojamentos, à má qualidade da comida e à servidão por dívida (WROBLESKI, 2014b). Em 2014, em nova fiscalização, foram libertados mais 185 trabalhadores em condições degradantes, 67 deles empregados diretos da Anglo American e os demais de empresas terceirizadas. Nessa ocasião, as más condições estavam relacionadas aos turnos de trabalho acima dos permitidos pela legislação, com motoristas trabalhando 18 horas por dia e outros trabalhadores que desfrutavam de apenas 20 minutos de intervalo para almoço (MILANEZ; SANTOS, 2015).

Este é um aspecto determinante para a corporatização do território de Conceição do Mato Dentro, o Minas-Rio por tudo o que vimos até aqui é eminentemente um instituidor de conflitividade. A materialização territorial dessa dupla perspectiva - ordem/desordem, valor/rejeitos, modernidade/colonialidade - é o conflito. A conflitividade instalada com o empreendimento tem muitas dimensões, em algumas delas se encontra abertamente ativa e em outros apenas latente. Sua base é de fato distributiva, gira especialmente em torno das formas de apropriação da natureza, do espaço, dos bens comuns, da cultura e da riqueza. Se caracteriza por seus atores assumirem posições sociais desiguais, que inviabilizam a coexistência entre práticas socioespaciais distintas (ZHOURI; LASCHEFSKI; BARROS, 2005).

A conflitividade inaugurada com o empreendimento é em si uma das chaves importantes para a realização do enraizamento da corporação. Nesse sentido o conflito deve ser entendido mais além do que uma consequência da corporatização do território, ele mesmo é causa da reterritorialização em curso e da redefinição de papéis dos sujeitos sociais.

A primeira expressão desse conflito emerge assim que se apresentam os contornos do empreendimento e revela através do impacto direto da instalação da mina e de suas infraestruturas associadas sobre a dinâmica de vida de uma parte significativa da população da cidade. A definição de atingido é uma categoria em disputa e está relacionada, por um lado,

pela tentativa da empresa em restringi-la apenas aos domínios da área estabelecida pelo projeto e, por outro, pelo reconhecimento dos efeitos diversos que o empreendimento pode causar sobre a vida de pessoas e famílias, mesmo estando fora da Área Diretamente Afetada (SANTOS *et al*, 2013).

A constituição de uma parcela de “atingidos” pelo empreendimento será a faceta principal do conflito e terá muitas repercussões na vida do território. Tanto porque em muitos casos isso significa a saída de famílias de suas terras, o que em si, já é uma modificação importante, como porque esses “atingidos” se conectam em torno de interesses comuns frente à corporação mineradora. Essa rede de atingidos conecta-se entre si e com outras redes e instituições na busca de fazer valer seus interesses no interior do conflito. O surgimento desse grupo de atingidos é por si só um aspecto de transformação do município que vê nascer um movimento por justiça ambiental com um perfil até então inexistente. Isso cria uma diferenciação social e política no interior da cidade, colocando uma parte da cidade contra outra e esse é um aspecto importante da reconfiguração territorial em curso. Hoje há uma rede importante de organizações e instituições no campo da defesa dos direitos dos atingidos, a principal delas é a REAJA – Rede de Articulação e Justiça dos Atingidos do Projeto Minas-Rio. A Cáritas, o MAM - Movimento Pela Soberania Popular na Mineração, o GESTA/UFMG, o Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular e o Programa Pólos de Cidadania da UFMG integram essa rede que envolve ainda relação com o Ministério Público, ONGs e movimentos religiosos, fazendo com que ações sejam realizadas desde o nível local, até o internacional.

Com sua atuação os grupos de atingidos influem no processo de instalação do empreendimento através de estratégias de mobilização, litigância judicial e produção de informação. Revelam com sua ação as diversas dimensões distributivas do conflito em sua complexidade relacionada aos usos pretéritos do território e aos modos de vivê-lo. A questão da interrupção de caminhos tradicionais, do acesso à água, do risco que se impõe sobre algumas comunidades, como é o caso das que se encontram à jusante da barragem de rejeitos, as dificuldades que se desenvolvem para os processos produtivos de subsistência, etc.

Há ainda facetas do conflito que não necessariamente se manifestam em torno do grupo dos atingidos diretamente pelo empreendimento. Estes aspectos têm a ver com efeitos mais difusos da instalação do empreendimento minerário, mas não por isso deveriam ser entendidos como desvinculados do conflito ambiental em curso. Alguns deles já foram

abordados nas sessões em que se tratou dos impactos ecológicos e sobre a agricultura trazidos pelo projeto. Podemos citar também o aumento da pressão sobre os serviços públicos a partir da chegada de novos moradores na cidade, os impactos sobre as vidas das mulheres com o aumento significativo da população masculina na cidade, a pressão sobre o preço dos imóveis.

Um aspecto se destaca entre os demais no interior da dinâmica de conflitividade instalada com o empreendimento: a questão da violência. Há duas modalidades de violência que se desenvolvem com a chegada do empreendimento, a violência e a criminalização dos que protestam contra o empreendimento e o aumento dos crimes comuns no cotidiano da cidade.

A violência pode ser compreendida de muitas maneiras. A retirada de uma família das terras onde vivia por décadas, rompendo os laços comunitários existentes, pode ser entendido como violência. No entanto, a acepção que será utilizada aqui está relacionada à forma mais evidente e direta de violência, que é o uso da repressão aberta contra o protesto social, a criminalização jurídica de pessoas envolvidas com o movimento de atingidos e até a ameaça à vida daqueles que se opõem ao empreendimento.

Do ponto de vista da criminalização ela se divide tanto em ações contra o direito à manutenção da posse da terra, por meio da tentativa de reintegração de posse de terrenos inteiros a partir da compra de parte das terras, incidindo sobre membros de famílias envolvidos na divisão do espólio, como foi apresentado mais acima quando se tratou das “terras de bolo”. Houve uma gama significativa de ações similares ao caso emblemático de Natalina Ferreira da Silva, despejada do seu terreno aos 85 anos de idade, antes de receber qualquer valor referente à indenização, tendo que ir morar na casa de familiares. Segundo o advogado de Natalina, um primo distante da idosa, que não vivia na região e em seguida desapareceu, assinou um contrato de venda da propriedade em nome da família com a Anglo, mas sem o seu consentimento. Esse processo aquisitório, no mínimo, pouco convencional, foi reconhecido pela justiça, que aprovou liminarmente, em dezembro de 2015, a ação de reintegração de posse nas terras de Natalina e seus dois filhos. Vinte policiais cumpriram a liminar de despejo, colaborando para dar o contorno ainda mais violento (BAETA, 2015).

Figura 16: Despejo em ação ajuizada pela Anglo American



Fonte: Jornal O Tempo

Outro mecanismo de ação da mineradora contra os atingidos pelo empreendimento e seus porta-vozes foi o ajuizamento por advogados da empresa de interdito proibitório contra três membros das comunidades em julho de 2015. O interdito busca obrigar o “não fazer”, ou seja, é uma ação judicial para impedir que determinadas pessoas participassem em uma manifestação realizada na rodovia MG-10. A justificativa seria a ameaça à posse de uma fazenda da Anglo American. A mineradora requereu liminar com fixação de multa contra os líderes comunitários. Mesmo diante da negativa dessa primeira liminar o pedido foi renovado no dia 08 de agosto de 2016, em face da convocação de nova manifestação realizada no mesmo local pela comunidade.

Além disso, a vinculação da mineradora com a ação policial é explícita, tanto através de convênios para a construção de casas para abrigar os policiais e a ampliação e reforma da sede 5º Pelotão da Polícia Militar. Essa vinculação ocorre também por conta da escolha de um coronel da PM pela mineradora para a chefia de sua segurança. O gerente de segurança empresarial da Anglo American, é o Cel QOR Rômulo Berbert Diniz, que atua tanto na organização interna desses serviços da empresa, como representando-a na inauguração do 5º Pelotão, por exemplo (INAUGURAÇÃO..., 2016). Segundo a presidente da Câmara

Municipal de Vereadores, Flávia Magalhães, há uma troca direta de informações entre a segurança da empresa e a Polícia Militar, inclusive no monitoramento das ações dos movimentos de atingidos (MAGALHÃES, 2016).

A vigilância sobre o território é permanente, o número de funcionários envolvidos apenas com esse setor na empresa é significativo e alguns deles também vêm das fileiras da Polícia Militar (MAGALHÃES, 2016). Basta uma parada na estrada para fotografar de longe a mina que as caminhonetes da Anglo American passam a circular em baixa velocidade de forma intimidadora, como pude vivenciar no trabalho de campo. Os carros da companhia também circulam próximos e às vezes ficam parados nas redondezas das moradias dos atingidos fortalecendo esse clima de intimidação.

Essa dinâmica de violência tem uma dimensão paralela a essa apresentada acima. É um consenso de que o que podemos chamar de violência urbana aumentou de forma significativa, como a maior ocorrência de acidentes de trânsito, o aumento de roubos e o varejo de tráfico armado de drogas. Nos dez anos que sucederam após a chegada do empreendimento os índices de violência aumentaram. Apesar de alguma diferença entre os dados do DATA SUS e os da Segurança Público dos estado de Minas Gerais, é possível perceber, especialmente entre os anos de 2013 e 2015, um acréscimo significativo, tanto do número de homicídios, quanto de furtos (SIDS, 2017).

A partir de uma busca em alguns jornais de Minas Gerais sobre violência no município, é possível perceber especialmente o crescimento do varejo do tráfico de entorpecentes ilícitos e assaltos (CONCEIÇÃO..., 2015; OPERAÇÃO..., 2016; ASSALTOS..., 2017). No dia 29 de abril de 2015 foi realizada uma manifestação por parte dos moradores da cidade contra a violência, que segundo eles estariam levando o município a um estado de calamidade pública. Interessante é notar no panfleto de convocação da manifestação uma possível menção indireta à mineradora Anglo American, quando afirma que “não somos contra ninguém e nem contra nenhuma empresa, somos a favor da segurança em Conceição” (MORADORES..., 2015). Essa suposta menção é interessante do ponto de vista das subjetividades locais, parece caminhar na corda bamba entre reconhecer que o aumento da violência é oriundo da instalação da mineradora e ao mesmo tempo buscar se contrapor à violência sem expor o papel que a empresa cumpriu.

A violência no trânsito na cidade também se apresenta como uma aspecto que sofreu importante variação. Segundo o GESTA/UFMG, a partir de consulta ao banco de dados da

Polícia Militar de Minas Gerais, é possível vincular a chegada da mineração com o aumento do número de crimes de trânsito em Conceição do Mato Dentro, principalmente a partir de 2010. Os crimes mais comuns dessa natureza são: abaloamento com vítima, atropelamento, capotamento, colisão, omissão de socorro, conduzir veículo sob influência de álcool ou outras substâncias e a falta de habilitação/permissão para dirigir. A partir do ano de 2009 os delitos no trânsito aumentam de forma exponencial. O município deteve, durante praticamente toda a década passada, uma média anual de vinte crimes por ano, taxa considerada baixa quando se leva em conta as médias dos municípios brasileiros. Entretanto, de 2009 para 2012 os eventos triplicam, aumentando a uma taxa de aproximadamente 280% (GESTA, 2014).

Por fim, há um encontro entre estas duas dimensões de violências. O aumento da criminalidade relacionada a crimes comuns, cria um cenário no qual a criminalização dos movimentos e atingidos, e a violência contra eles assumem uma espiral crescente que é alimentada também pela divisão que se cria no interior da própria comunidade, entre aqueles que se opõem e aqueles que apoiam o empreendimento. Esses conflitos vêm redundando na necessidade de retirada de atingidos de seus territórios para a preservação de sua integridade através de programas de proteção. Esse aspecto se acentuou especialmente a partir do início da operação da mina em 2014 e após a busca pelo licenciamento de uma nova etapa do empreendimento conhecida como “step 3”.

3.5 Predominância corporativa

As formas contemporâneas de realização da dominação econômica de grandes corporações sobre os territórios, especialmente as relacionadas ao setor primário-exportador, diferem significativamente na forma daquelas adotadas com intuito semelhante nos séculos XIX e XX. Como se a forma do cerco e da conquista militar se ajustasse melhor para aquele período, e a forma do enraizamento e da imiscuição preponderasse para as atuais formas de dominação em prol da acumulação. Como vimos acima, isso não significa afirmar que a questão da violência esteja ausente na dinâmica atual.

A abordagem das Redes Globais de Produção contribuem nesse sentido. Articular em torno de uma unidade analítica muitas dimensões e multiatores. A forma como a empresa Anglo American e antes dela a MMX se enraízam no território, licenciam sua atividade, adquirem terras, movimentam a economia local tem efeitos sobre o conjunto da vida comunitária trazendo modificações demográficas, ecológicas e produtivas na região.

Essas transformações são acompanhadas e fundamentadas por ações legitimadoras junto ao estado e à sociedade civil, na qual a dimensão do poder é fundamental. Como vimos, o desenrolar do processo de licenciamento do empreendimento é revelador do papel que cumpre a empresa mineradora em seu interior, com acesso especial - isso pode ser entendido tanto do ponto de vista estritamente de sua capacidade de lobby quanto do próprio ponto de vista técnico-científico de domínio do conjunto das informações - ao processo decisório sobre sua própria atividade. Valendo-se, é nítido, de um arcabouço jurídico institucional já preparado para que as ações se dêem exatamente dessa forma, inclusive associando de forma explícita a mineração à “utilidade pública”. A ementa do Decreto que institui a mineração como de “utilidade pública” é bastante reveladora do intuito dessa categoria: “Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública” (BRASIL, 1941). Naturalmente, essa legislação não foi feita sob medida para a ação da Anglo American, mas é fruto de longo processo de desenvolvimento da formação social brasileira na sua perspectiva dependente e periférica.

As ações de comunicação, convênios, contrapartidas da firma mineradora também se somam ao processo de enraizamento e legitimação do empreendimento. Através delas é possível perceber que a racionalidade estratégica da empresa busca dar respostas permanentes, desde seu ponto de vista, para as situações de agravamento de pontos de conflitos. Se a empresa reconhece em seu próprio processo de licenciamento que irá inviabilizar diversas fontes e consumir quantidades estratosféricas de água, esse aspecto se invisibiliza nos seus materiais publicitários no qual se dedica a demonstrar o quanto a empresa economizará de água em seus processos produtivos.

A questão é que a corporatização do território não se realiza apenas na esfera jurídico-institucional ou mesmo nas disputas políticas e sociais que se abrem na sociedade de Conceição. Os efeitos da ação empresarial se generalizam para variadas dimensões daquela sociedade, modificando seu ritmo e sua realidade espacial. A questão das novas relações de trabalho que se estabelecem não podem ser resumidas ao aspecto demográfico ou mesmo técnico, com a chegada de diversas pessoas de fora para instalar, operacionalizar e atuar nas atividades correlatas à mina. A expectativa de efetivação das promessas de emprego e renda e a dimensão “modernizadora” dessas transformações nas relações de trabalho, guardam relação com a diminuição da atividade agrícola, trazem em si também efeitos sobre as relações de gênero e étnico-raciais. A violência é também uma dimensão que não pode ser dissociada desse processo, revelando a dimensão entrópica que teima em ser dissimulada nas ações

publicitárias ou nos atos legitimadores institucionais. A produção de valor traz sempre o seu reverso da destruição de valor, a construção de uma nova forma de ordenação social, institui novos caos.

Esses são apenas os anos iniciais do empreendimento, mas a intensidade das transformações que se sucederam nesse período demonstram que a ação estratégica da empresa permite que nos territórios de Conceição do Mato Dentro seus interesses obtenham prioridade sobre os demais. Essa predominância não diz respeito apenas às ações conscientes, disputas efetivas e conflitos. Ela institui uma espécie de moto-contínuo, devido às proporções das má0-quinas e engrenagens que, literalmente, o empreendimento coloca para funcionar.

Esse aparato técnico e logístico gigantesco não existiria como força local. Ele é fruto da mobilização de forças estranhas ao território e aí está mais um aspecto fundamental da viabilização da predominância corporativa na dinâmica territorial: a mina do Sapo/Ferrugem é só um ponto na Rede Global de Produção de Ferro e essa, por sua vez, é apenas um ponto nas relações de força e domínio econômico do sistema-mundo capitalista. A mina de ferro de Conceição do Mato Dentro, recém inaugurada, conecta-se com as hierarquias e desigualdades do processo de acumulação de capital em nível global. Esse aspecto também reforça o predomínio da empresa na luta pelo ordenamento territorial mais subordinado ao seu interesse, pois articula uma série de interesses associados em nível global, incluindo os de caráter geopolítico e de arquitetura financeira global.

A corporatização do território não significa o aniquilamento da diversidade existente, nem tampouco na crença de que haveria um território prévio puro, intocado. Não se trata, como se poderia pensar, de uma desterritorialização, na qual uma determinada dinâmica territorial fosse substituída por outra. Nessa perspectiva, apoiamos o conceito de Milton Santos (apud HASBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2005,):

a ordem (territorial) mundial é na verdade, sempre, uma des-ordem, ou seja, caminha dialeticamente num processo concomitante de destruição e reconstrução de territórios - ou seja, num processo de des-re-territorialização (Hasbaert and Porto Gonçalves, 2005, p. 131).

A emergência de sujeitos coletivos de contestação do empreendimento, as mobilizações, diálogos internacionais, intercâmbios com outras comunidades atingidas têm efeitos sobre a estratégia corporativa e chega a obter vitórias, mesmo que parciais, diante da empresa, como foi o caso do adiamento judicial da realização da Audiência Pública em Conceição para o licenciamento da mina do Sapo, “step 3”, no dia 11 de abril de 2017. É

possível supor que toda a ação contestatória por parte das comunidades atingidas, movimentos sociais, pesquisadores seja uma das componentes dos prejuízos operacionais e atrasos que se sucederam antes da entrada em atividade do empreendimento. No entanto, a resistência mesma é consequência da ação empresarial. Sem o empreendimento, o processo de constituição desses sujeitos contestatórios não se realizaria. E é nesse sentido que ela também é fruto do processo de corporatização do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível trazer aqui algumas evidências de que o processo de conexão da cidade de Conceição do Mato Dentro com a Rede Global de Produção de Ferro se insere na dinâmica desigual de apropriação da natureza e do trabalho em curso na atual conformação da divisão internacional do trabalho. São evidências parciais, que não esgotam a questão, mas que combinadas confirmam a hipótese de que as transformações territoriais realizadas no município de Conceição reproduzem a lógica de instituir uma predominância dos interesses da mineradora Anglo American sobre os demais. Reproduzindo assim novas hierarquias e desigualdades na forma de apropriação do território e da natureza, que estão relacionadas a como os países industrializados impõe suas demandas de desenvolvimento às demais economias periféricas.

Esse diálogo entre escalas distintas, combinando dimensões tão variadas, como a especialização econômica, a violência, a ação comunicativa da empresa e o papel dos órgãos do estado fazem com que nenhum desses aspectos sejam tratados exaustivamente, tendo como foco principal mais as formas como elas se conectam umas às outras do que uma análise que aprofunde cada um desses temas. Esta é uma opção epistemológica não necessariamente fácil, porque inevitavelmente deixa algumas lacunas, mas que pode lançar luz sobre o objeto estudado de forma mais ampla. Em suas “Teses sobre o conceito de história”, Walter Benjamin (1987) afirma que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi.’” Jorge Luís Borges, em breve conto de tom satírico, intitulado “Sobre o rigor da ciência” nos conta:

Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do Império uma Província inteira. Com o tempo, estes Mapas Desmedidos não bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto (BORGES, 1982, p. 117).

Nesta pesquisa não se encontra um esforço científico de reconstituição fidedigna do objeto à moda de Suárez Miranda²³, ele próprio já está lá em sua forma integral e concreta.

23 Autor fictício que Borges coloca como escritor do conto “Del rigor en la ciencia”.

Através da verificação da validade da hipótese da corporatização do território de Conceição do Mato Dentro, foi possível realizar um diálogo entre autores, que apesar de guardarem semelhanças entre si, muitas vezes abordam a hierarquização e as desigualdades no sistema-mundo capitalista sob perspectivas e olhares distintos, inclusive do ponto de vista das áreas do conhecimento. Colocar para dialogarem autores tão diversos como Gunder Frank (1974), Altvater (1992) e Henderson et al (2011), por exemplo, também tem seus riscos. No entanto, a luz que a perspectiva de um lança sobre a análise do outro, reciprocamente, aprofunda a capacidade conceitual de síntese e, ao mesmo tempo, fortalece suas potencialidades para a análise do objeto em estudo.

Nesse sentido, a abordagem geográfica-espacial, tem aqui um papel central. O conceito de espaço, da forma que o concebe Milton Santos, é uma unidade analítica que permite “a produção de um sistema de ideias que seja, ao mesmo tempo, um ponto de partida para a apresentação de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo da geografia” (SANTOS, 2004, p. 18). Ele permite o diálogo entre as análises de perspectiva mais econômica, incorporando a ela os debates acerca das trocas metabólicas de matéria e energia e, portanto, da natureza. É permeável também à dimensão da cultura, da sociabilidade e da política, especialmente, quando apresentado em diálogo com o conceito de território. O enraizamento da RGP e sua perspectiva multidimensional também tem um forte componente espacial.

O processo vertical de chegada do empreendimento impôs uma reconfiguração do território a partir de suas demandas. De certa forma, a mineradora se torna um dos principais agentes de regulação do espaço e do território na cidade de Conceição e, apesar das resistências e contestações, busca se afirmar como um fato consumado, uma inevitabilidade. Milton Santos, investigando as relações entre o dinheiro e o território aponta:

Hoje, sob a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática de medo que é um dos produtos da globalização perversa dentro da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que nos convoca a apoiar aquilo em que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais (SANTOS, 2007, p. 19).

Em Conceição do Mato Dentro, a partir das análises aqui apresentadas, é possível identificar diversas características comuns a essa perspectiva da corporatização dos territórios. Mas talvez isso seja o elemento mais óbvio do que foi desenvolvido acima: a dinâmica local sofreu uma série de mudanças bruscas a partir da chegada do empreendimento minerário. É

possível associar a forma como se deram essas mudanças à ação efetiva das demandas e interesses da mineradora Anglo American no território. Para além desse aspecto, é necessário destacar que o gigantismo do empreendimento, do ponto de vista econômico, técnico e logístico e da transformação de matéria e energia não tem apenas efeitos locais, justamente por fazer parte de uma complexa rede global de acumulação de capital. A instalação do projeto Minas-Rio e seu atual processo de expansão, por conta de sua magnitude, tem efeitos e se insere no contexto nacional de reprimarização da pauta exportadora. Portanto, ao lado da corporatização local, o empreendimento atua no sentido de uma estratégia de desenvolvimento e intensifica uma tendência da economia nacional.

Gráfico 11: Composição das exportações em volume



Fonte: Funcex, MDIC, Credit Suisse.

Dessa maneira, o projeto Minas-Rio também lança luz sobre o quadro geral do reforço do setor primário-exportador na balança comercial brasileira. Ao lado do petróleo (hoje a extração do pré-sal já supera a do pós-sal) e da expansão das monoculturas do agronegócio, os mega-empreendimentos minerários sustentam essa base primária de nossas exportações. O caráter extrovertido desse setor possibilita que se compare, em termos não necessariamente abstratos, especialmente se abordarmos desde a perspectiva das trocas metabólicas de matéria e energia, o quanto o empreendimento acrescenta ao território e o quanto ele subtrai do território.

Essa expansão do setor primário-exportador tem muito vínculo com o processo de incorporação permanente de “lugares externos” na acumulação capitalista (HARVEY, 2004), nesse caso as jazidas minerais e as fontes de água da Serra do Sapo e da Ferrugem são acopladas às engrenagens mundiais da acumulação. O fato de se tratarem de bens naturais não renováveis e finitos dá um significado especial às trocas desiguais no comércio internacional. Se um município se especializa na extração de um recurso finito o que ocorre quando finda esse recurso? Essa armadilha se relaciona com a regra da esperteza apresentada por Altavter (1992) citando List, na qual uma vez no topo, destrua a escada por meio da qual este foi atingido para que outros não tenham como nos seguir. Esse é um fundamento importante da tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento, que demonstra a puerilidade da estratégia de espelhar os modelos de desenvolvimento dos países centrais.

O processo de corporatização do território de Conceição do Mato Dentro está apenas em seu início. A previsão de vida útil da mina é de 40 anos e as resultantes do processo de conflito deflagrado não podem ser antecipadas. O que esta pesquisa buscou evidenciar é como a estratégia corporativa da Anglo American, em um período de tempo relativamente curto, foi capaz de transformar o território e suas dinâmicas de maneira tão significativa e certamente com desdobramentos de longa duração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, H. *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **e-cadernos CES**, n. 17, p. 164-183, 2012.
- ALIER, J. M. **O Ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração . São Paulo: Contexto, 2007.
- ALIER, J. M. Perfis metabólicos dos países e conflitos de distribuição ecológica. In BARCELLOS, M. M. C. (org.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, Héctor (org.). **La Naturaleza Colonizada**: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 21-60.
- ALMEIDA, M. P. **Reformas Neoliberais no Brasil**: a privatização no governo Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. 2010. 427 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filodofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: UNESP, 1992.
- ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**: uma crítica radical do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ANGLO AMERICAN. Balanço Patrimonial Referente ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012. **Diário Oficial da Minas Gerais**, Belo Horizonte, 9 jul. 2013. Caderno 3. p. 3.
- ANGLO AMERICAN. **Annual Report 2015**: driving change, defining our future. London: Anglo American, 2016a.
- ANGLO AMERICAN. **Anglo American Funding Factsheet**. Anglo American, 2016b. Disponível em: <<http://www.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-PLC-V2/presentations/2016pres/factsheet-finding-28-07-2016-v2.pdf>> Acessado em: 12 ago. 2017.
- ANGLO AMERICAN. At a Glance. **Anglo American**, 2017. Disponível em: <<http://www.angloamerican.com/about-us/at-a-glance>> Acessado em: 12 ago. 2017.
- ANGLO American Promove Palestra para Fornecedores de Conceição do Mato Dentro e Região. **Anglo American**, Belo Horizonte, 20 abr. 2016. Disponível em: <http://brasil.angloamerican.com/imprensa/press-releases/2016/palestra-para-fornecedores-em-cmd-e-regiao20-04-2016?sc_lang=pt-PT> Acessado em 15 ago. 2017.

ANGLO American Firma Parceria com Sebrae para Capacitação de Fornecedores em Conceição do Mato Dentro (MG). **Anglo American**, Belo Horizonte, 13 jan. 2017. Disponível em: <http://brasil.angloamerican.com/imprensa/press-releases/2017/13-01-2017v2?sc_lang=pt-PT> Acessado em 15 ago. 2017.

ASSALTOS aterrorizam comércio em Conceição do Mato Dentro. **DeFato Online**, 9 maio 2017. Disponível em: <<http://www.defatoonline.com.br/noticias/ultimas/09-05-2017/assaltos-aterroizam-comercio-em-conceicao-do-mato-dentro>> Acessado em 15 ago. 2017.

AUTY, R. **Sustaining Development in mineral economies: the resource curse thesis**. London: Routledge, 2003.

BAETA, J. Anglo American despeja idosa para não 'atrapalhar' expansão de mina. **O Tempo**, 09 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/anglo-american-despeja-idosa-para-n%C3%A3o-atrapalhar-expans%C3%A3o-de-mina-1.1187463>> Acessado em: 14 ago. 2017.

BARCELOS, E. *et al.* **O Projeto Minas-Rio e Seus Impactos Socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos**. 2014. Disponível em: <<https://agburbana.files.wordpress.com/2014/03/dossic3aa-minas-rio-final.pdf>> Acessado em: 14 ago. 2017.

BECKER, L. C.; PEREIRA, D. C. O projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentável: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In: FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUES, M. A. R. S.; ALAMINO, R. de C. (Eds.). **Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial: grandes minas**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI. 2011.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, J. L. Sobre o Rigor na Ciência. In: BORGES, J. L. **História Universal da Infância**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3365**, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm> Acessado em: 15 de ago. de 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 227**, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-Lei nº 1.985 (Código de Minas) de 29 de janeiro de 1940. Brasília, 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-227-28-fevereiro-1967-376017-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 19 de jul. de 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acessado em: 19 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8031**, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm> Acessado em: 24 jul. 2017.

BRASIL. **Comissão de Valores Imobiliários**. 30 de junho de 2008. Informações Trimestrais MMX.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993. Altera os arts. 40, 42, 102, 103, 155, 156, 160, 167 da Constituição Federal. Brasília, 1993. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc03.htm> Acessado em: 19 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8876**, de 2 de maio de 1994. Autoriza o Poder Executivo a instituir como Autarquia o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8876.htm> Acessado em: 24 jul. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995. Altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal. Brasília, 1995. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_06/constituicao/emendas/emc/emc06.htm> Acessado em: 19 jul. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 87**, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Brasília, 1996a. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm> Acessado em: 19 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9314**, de 14 de novembro de 1996. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 1996b. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9314.htm> Acessado em: 19 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto** de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Biológica da Contagem, no Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/Dnn9779.htm> Acessado em: 19 jul. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **The Dutch disease and its neutralization**: a Ricardian approach. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 28, n. 1, p. 47-71, mar. 2008.

BUNKER, S. Matéria, espaço, tempo e globalização. In: ALIMONDA, H (org.). **La Naturaleza Colonizada**: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 127-135.

BUNKER, S.; CICCATELL, P. **Globalization and the Race for Resources**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

BECKER, L. C.; PEREIRA, D. C. O projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentável: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In:

FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUES, M. A. R. S.; ALAMINO, R. de C. (Eds.). **Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial**: grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI. 2011.

CARNEIRO, E. J. A oligarquização da política ambiental mineira. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K., et al (Ed.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.65-88.

CASANOVA, P. G. Colonialismo interno: una redefinición. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. **La teoría marxista hoy**: problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 409-434.

CHAPARRO, E. A. Actualización de la compilación de leyes mineras de 14 países de América Latina y el Caribe. v. 1. **Serie Recursos Naturales e Infraestructura**, CEPAL, Chile, n. 43, jun. 2002. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6403/S025392_es.pdf> Acessado em: 19 jul. 2017.

CLAUSEWITZ, C. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2015.

COMPOSTO, C.; TRUJILLO, M. L. N. **Territorios en Disputa**: entre el despojo y las resistencias: la megaminería en México. Ciudad de México: Asa de Ondas, 2011.

CONCEIÇÃO do Mato Dentro muda hábitos por causa da violência. **Estado de Minas**, 16 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>> Acessado em: 15 ago. 2017.

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 237**, de 19 de dezembro de 1997. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>> Acessado em: 19 jul. 2017.

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 1**, de 23 de janeiro de 1986. Brasília, 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> Acessado em: 19 jul. 2017.

CONFLITO e Resistência à instalação e operação da Mina e Mineroduto do Projeto Minas-Rio. **Observatório dos Conflitos Ambientais**, Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – UFMG, Belo Horizonte, 13 jul. 2016. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=582>> Acessado em: 15 ago. 2017.

CORDEN, W. M.; NEARY, J. P. Booming Sector and De-Industrialisation in a Small Open Economy. **The Economic Journal**, v. 92, n. 368, p. 825-848, dez. 1982.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE PAULA, G. M. **Estratégias Corporativas e de Internacionalização de Grandes Empresas na América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

DEAN, W. **A ferro e fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

DIÁLOGO AMBIENTAL. Belo Horizonte: Anglo American Brasil, n. 4, ago. 2014.

DIÁLOGO ANGLO AMERICAN. Belo Horizonte: Anglo American Brasil, ano 2, n. 8, mar.-abr. 2016a.

DIÁLOGO ANGLO AMERICAN. Belo Horizonte: Anglo American Brasil, ano 2, n. 9, maio-jun. 2016b.

DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA. **Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A.** 2011.

DNPM – DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Manual para a instrução do Requerimento de Lavra. **Portal do Minerador**, Brasília, jan. 2012.

DNPM – DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Anuário mineral brasileiro: principais substâncias metálicas**. Brasília, 2016.

DREIFUSS, R. A. **A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

EJATLAS. **Mining conflicts in Latin America**. Disponível em: <<http://ejatlas.org/featured/mining-latam>> Acessado em: 10 jul. 2017.

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia**. Bogotá: ICANH, 2005.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 133-168.

ESTRATÉGIAS Comuns do (Des)governo de Minas e da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro Confirmam que Ambos São "Pautados" pela Anglo American. **GESTA**, Belo Horizonte, 26 out. 2015. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/estrategias-comuns-do-desgoverno-de-minas-e-da-prefeitura-de-conceicao-do-mato-dentro-confirmam-que-ambos-sao-pautados-pela-anglo-american/>> Acessado em: 16 ago. 2017.

FERREIRA, J. R.; FREITAS NETO, J. F.; FARIA, D. C. P. Turismo e mineração em conceição do mato dentro: conflitos, desafios e oportunidades. In: Congresso Latinoamericano de Investigación Turística, 6., 2014, Neuquén. **Anais...** Neuquén, Universidad Nacional del Comahue, 2014.

FERNANDES, E. R. **O eixo minerário do Projeto Minas-Rio e o processo de identificação de atingidos**. 2016. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juíz de Fora, 2016.

FERREIRA-MARQUES, C.; CRUISE, S. Anglo CEO Cynthia Carroll quits as share price lags. **Reuters**, London, 26 out. 2012. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/uk-anglo-american-ceo-idUKBRE89P08020121026>> Acessado em: 16 ago. 2017.

FERREIRA ROCHA, Gestão de Projetos Sustentáveis. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto Minas-Rio Mineração**. 2015.

FERREIRA ROCHA, Gestão de Projetos Sustentáveis. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Extensão da Mina Sapo**. 2016.

FRANK, A. G. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1974.

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. **Mapa dos Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte: GESTA/UFMG, 2017. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>> Acessado em: 16 ago 2017.

GONÇALVES, G. Eike tem 72,5% do patrimônio nos Estados Unidos. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 out. 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,eike-tem-72-5-do-patrimonio-nos-estados-unidos,130627e>> Acessado em: 14 ago. 2017.

GOULART, F. F. **Laudo sobre o Relatório de Impacto Ambiental referente ao empreendimento de extração de minério de ferro nos Municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim pela empresa MMX**. 2004.

GUDYNAS, E. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: una breve guía heterodoxa. In: LANG, M.; MOKRANI, D. **Más allá del desarrollo**: Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. Quito: AbyaYala, 2011. p. 21-53.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HENDERSON, J. *et al.* Global production networks and the analysis of economic development. **Review of International Political Economy**, v. 9, n. 3, p. 436-464, 2002.

HENDERSON, J. *et al.* Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.

HOBBSBAWM, E. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSON, J. **Estudio Del Imperialismo**. Madrid: Alianza, 1981.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. 2016 Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acessado em: 16 ago. 2017.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional da Serra do Cipó e APA Morro da Pedreira. **ICMBio**, Brasília. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ondeestamos>> Acesso: 16 ago. 2017.

INAUGURAÇÃO do 5º Pel PM-Conceição do Mato Dentro. **Polícia Militar de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 1 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/35bpm/conteudo.action?conteudo=84387&tipoConteudo=noticia>> Acesso: 16 ago. 2017.

KONCZACKI, Z.; PARPART, J.; SHAW, T. **Studies in the Economic History of Southern Africa**: South Africa, Lesotho and Swaziland. v. 2. Abingdon: Routledge, 1991.

LARA, S. L. **A atividade minerária e a dinâmica demográfica em Conceição do Mato Dentro (MG)**. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em análise e Modelagem de Sistemas Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

LEROY, J. P. *et al.* **Projeto Avaliação de Equidade Ambiental**: como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: FASE/ETTERN, 2011.

LITVIN, D. **Os impérios do lucro**. São Paulo: Campus, 2003.

LOWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, n. 1, p. 73-80, 1998.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MACDONALD, A. Anglo American suspending dividend payments. **Market Watch**, London, 8 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.marketwatch.com/story/anglo-american-suspending-dividend-payments-2015-12-08>> Acessado em: 16 ago. 2017.

MACHADO, L. R. L. Anglo American finaliza operação de compra de participação na MMX Minas-Rio. **MMX Relação com Investidores**, Rio de Janeiro, 16 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.mmx.com.br/Show.aspx?IdMateria=+JmVnhlWze3Q0eBUPnCqnQ==&IdCanal=Xoe4t+TfUttgbDO0ZQMhJw>> Acessado em: 14 ago. 2017.

MANGUEIRA, C. Anglo American faz acordo para reduzir tarifas no Brasil. **Diário Comércio Indústria & Serviço**, São Paulo, 30 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/industria/anglo-american-faz-acordo-para-reduzir-tarifas-no-brasil-id242652.html>> Acessado em: 14 ago. 2017.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. Ciudad de México: Editorial Era, 1982.

MARTINEZ-ALIER, J. Mining conflicts, environmental justice, and valuation. **Journal of Hazardous Materials**, v. 86, n. 1-3, p. 153-170, 14 set. 2001.

MATTERA, P. **Anglo American's Track Record**: rhetoric or reality? Anchorage: Renewable Resources Coalition, 2008.

MENDONÇA, M. C. **O intendente Câmara: Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, intendente geral das minas e dos diamantes, 1764-1835**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **AliceWeb2**, Brasília, jun. 2017.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. A Rede Global de Produção (RGP) do Minério de Ferro: empresas, Estado e agentes de contestação. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 16., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador, SBS, 2013.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. A RGP da Anglo American e Conflitos Socioambientais na Mineração de Ferro: valor, poder e enraizamento no Projeto Minas-Rio. In: Encontro Anual da ANPOCS, 39., 2015, Baxambu. **Anais... Baxambu**, ANPOCS, 2015.

MORADORES de Conceição do Mato Dentro realizarão manifestação a favor da segurança pública. **Aconteceu no Vale**, 24 abr. 2015. Disponível em: <<http://aconteceunovale.com.br/portal/?p=57965>> Acessado em: 15 ago. 2017.

OPERAÇÃO termina com 16 presos por tráfico em Conceição do Mato Dentro. **Hoje em Dia**, 9 set. 2016. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/operacao-termina-com-16-presos-por-trafico-em-conceicao-do-mato-dentro-1.412828>> Acessado em: 15 ago. 2017.

PEREIRA, D. C.; PEREIRA, L. F. . Cenários socioambientais em municípios com mineração: complexidades estratégicas e possibilidades transformadoras. In: Seminário Internacional de Reconversão de Territórios, 1., 2012, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte, REUSE/UFMG, 2012.

PETRAS, J. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. **Tensões mund.**, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 301-323, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROSDOCIMI, R. **Nem só de mineração vive o Mato Dentro: a experiência de jovens em território de conflito socioambiental**. 310 f. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

QUANDO tudo começou? **Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro**, Conceição do Mato Dentro, MG. Disponível em: <<http://cmd.mg.gov.br/nossa-historia/quanto-tudo-comecou>> Acessado em: 18 jun. 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003. p. 216-271.

RAMALHO, J. R.; SAMPAIO CARNEIRO, M. Trabalho, sindicatos e contestação a grandes projetos na Amazônia brasileira. **Trab. soc.**, Santiago del Estero, n. 27, p. 79-92, jun. 2016.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA URC JEQUITINHONHA, 43., 2010, Jequitinhonha, MG. **Atas...** Jequitinhonha: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2010.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 41652**, de 22 de janeiro de 2009. Declara de utilidade pública para fins de constituição de servidões administrativas, em favor da empresa Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A., os imóveis situados nos municípios que menciona, necessários à construção e passagem do mineroduto Minas-Rio, com limites e confrontações constantes dos memoriais descritivos que constituem parte integrante do presente. Rio de Janeiro, 2009.

SALVIANO, D. A.; MASCARENHAS, B.; FERREIRA, I. L. **Parecer Técnico Meio Ambiente:** solicitação de declaração de conformidade da otimização da Mina Serra do Sapo. Conceição do Mato Dentro: Secretária Municipal de Meio Ambiente e Gestão urbana, 2015 Disponível em: <http://cmd.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/06/Parecer-da-SMMA_CMD.pdf> Acessado em: 15 ago. 2017.

SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 112, p. 672-688, dec. 2012.

SANTOS, A. F. *et al.* Impactos da Mineração na Região de Conceição do Mato Dentro: relatório parcial. Belo Horizonte; UFMG, 2013. Disponível em: <http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2013/08/RELAT%C3%93RIO-5_CONCEI%C3%87%C3%83O-DO-MATO-DENTRO.pdf> Acessado em: 15 ago. 2017.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. *et al.* **Território.** Rio de Janeiro, Lamparina, 2007.

SANTOS, R. S. P. Redes de produção globais (RPGs): contribuições conceituais para a pesquisa em ciências sociais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.8, n.15, p.127-141, 2011.

SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente. **Parecer Único SISEMA N.º 001/2008**, fls. 05, Processo COPAM N.º0472/2007/001/2007. 2008.

SIDS - Sistema Integrado de Defesa Social. **Portal do SIDS.** 2017. Disponível em: <<http://www2.sids.mg.gov.br/>> Acessado em 15 ago. 2017.

SVAMPA, M. **Modelos de desarrollo cuestión ambie**

SISTEMA Minas-Rio Possui o Maior Circuito de Remoagem de Minério de Ferro do Mundo. **Anglo American**, Belo Horizonte, 13 jul. 2015. Disponível em: <http://brasil.angloamerican.com/imprensa/press-releases/year2015/minas-rio-maior-circuito-de-remoagem-de-minerio-de-ferro-do-mundo?sc_lang=pt-PT%20Visualizado%20em%2027/07/2017> Acessado em 15 ago. 2017.

SVAMPA, M. **Modelos de desarrollo cuestión ambiental y giro eco-territorial**. La Naturaleza Colonizada: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 181-218.

SVAMPA, M. Consenso de los Commodities, Giro Ecoterritorial y Pensamiento crítico en América Latina. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, p. 15-38, nov. 2012.

SVAMPA, M. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 244, mar.-abr. 2013.

SYNERGIA CONSULTORIA AMBIENTAL. **Revisão dHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; BARROS, D. Pas projeções demográficas e de receita associadas ao empreendimento Minas-Rio**. 2013.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VELTMEYER, H.; PETRAS, J. **The New Extractivism: A Post-Neoliberal Development Model or Imperialism of the Twenty-First Century?** London: Zed Books, 2014a.

VELTMEYER, H.; PETRAS, J. **Extractive Imperialism in the Americas: Capitalism's New Frontier**. Leiden: Brill, 2014b.

VERÍSSIMO, M. P.; XAVIER, C. L.; VIEIRA, F. V. Taxa de Câmbio e Preços de Commodities: uma investigação sobre a hipótese da doença holandesa no Brasil. **Revista EconomiA**, v. 13, n. 1, p. 93-130, jan.-abr. 2012.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System: centrist liberalism triumphant, 1789–1914**. v. 4. Berkeley: University of California Press, 2011a.

WALLERSTEIN, I. El debate en torno a la economía política de "El Moderno Sistema-Mundial". **Mundo Siglo XXI**, n. 24, p. 5-14, 2011b.

WALLERSTEIN, I. Crisis como transición. In: AMIN, S. **et al. Dinámica de la crisis global**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1983. p. 14-60.

WROBLESKI, S. Fiscalização volta a flagrar escravidão em megaobra da Anglo American. **Repórter Brasil**, 17 Mai 2014a. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/05/fiscalizacao-volta-a-flagrar-escravidao-em-megaobra-da-anglo-american/>>. Acesso em: 28 Jan 2015.

WROBLESKI, S. Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil. **Repórter Brasil**, 23 Jan 2014b. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-saoescravizados-no-brasil/>>. Acesso em: 28 Jan 2015.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; BARROS, D. P. Introdução: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; BARROS, D. P. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A. *et al.* **Parecer sobre o documento “Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração”, elaborado pela empresa de consultoria Ferreira Rocha Gestão de Projetos Sustentáveis**. Belo Horizonte: GESTA/UFMG, 2014. Disponível: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/09/Parecer-GESTA-sobre-Relat%C3%B3rio-Ferreira-Rocha-2014-VF.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2017.

Entrevistas

BENÍCIO, Juliana. **Entrevista VIII**. [11 nov. 2016]. Entrevistador: Carlos Bittencourt. Conceição do Mato Dentro, 2016.

DEPRÁ, Juliana. **Entrevista VII**. [11 nov. 2016]. Entrevistador: Carlos Bittencourt. Conceição do Mato Dentro, 2016.

FERREIRA, Leonardo Batista. **Entrevista VII**. [11 nov. 2016]. Entrevistador: Carlos Bittencourt. Conceição do Mato Dentro, 2016.

FERREIRA, Maria Anália. **Entrevista VI**. [11 nov. 2016]. Entrevistador: Carlos Bittencourt. Conceição do Mato Dentro, 2016.

PIRCHINER, Larissa. **Entrevista V**. [11 nov. 2016]. Entrevistador: Carlos Bittencourt. Conceição do Mato Dentro, 2016.

MACHADO, Marcelo Mata. **Entrevista IV**. [11 nov. 2016]. Entrevistador: Carlos Bittencourt. Conceição do Mato Dentro, 2016.

MAGALHÃES, Flávia. **Entrevista III**. [11 nov. 2016]. Entrevistador: Carlos Bittencourt. Conceição do Mato Dentro, 2016.

PROCÓPIO, Vulmar. **Entrevista II**. [10 nov. 2016]. Entrevistador: Carlos Bittencourt. Conceição do Mato Dentro, 2016.

SCLIAR, Claudio. **Entrevista I**. [11 jan. 2016]. Entrevistador: Carlos Bittencourt. Rio de Janeiro, 2016. Correio Eletrônico.